



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA UFMA: UMA
ANÁLISE DA IDENTIDADE FEMINISTA A PARTIR DA NARRATIVA DE VIDA**

João Pessoa
2016

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA UFMA: UMA
ANÁLISE DA IDENTIDADE FEMINISTA A PARTIR DA NARRATIVA DE VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação na Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

João Pessoa
2016

M827i Morais, Adenilda Bertoldo Alves de.
 Institucionalização dos estudos de gênero na UFMA: uma
 análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida /
 Adenilda Bertoldo Alves de Moraes.- João Pessoa, 2016.
 138f.
 Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
 1. Educação. 2. Estudos culturais - educação.
 3. Institucionalização - estudos de gênero - UFMA.
 4. Feminismo acadêmico. 5. Narrativa. 6. Identidade feminista.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA UFMA: UMA
ANÁLISE DA IDENTIDADE FEMINISTA A PARTIR DA NARRATIVA DE VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação na Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

Data de aprovação: 26/02/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB Orientadora

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

Prof.^a Dr.^a Glória de Lóupes Freire Rabay - UFPB Co-Orientadora

Glória de Lóupes Freire Rabay

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia da Silva Nunes - UFPB Examinadora interna

Maria Lúcia da Silva Nunes

Prof.^a Dr.^a Iran de Maria Leitão Nunes - UFMA Examinadora externa

Iran de Maria Leitão Nunes

Dedico este trabalho a todas as mulheres
que foram/são engajadas na luta
feminista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Maria Concebida Morais, grande mulher, pela educação que me deu, me mostrando que diante os obstáculos que a vida nos apresenta, primeiro precisamos acreditar em nós, na nossa capacidade, pela compreensão quando da minha ausência (para a conclusão desta pesquisa), em momentos que precisou de mim e por todo o estímulo aos estudos. Ao meu pai, amigo, Ardnildo Morais pelo incentivo ao estudo e ensinamentos sobre a vida mostrando-me que paciência e estratégia são imprescindíveis tanto para ultrapassar obstáculos quanto para alcançar um objetivo. Ao meu esposo Edson pelo apoio, compreensão, paciência, atenção dada em momentos que falei sobre minhas angústias e incertezas relacionadas à seleção do mestrado e doutorado. Aos meus irmãos e irmã, de uma forma muito especial a Adilson, que vibrou desde o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, ao apoio e incentivo, Arnaldo por todo o estímulo, pela calma e pela força em momentos difíceis, pela troca de saberes quando estive no doutorado sanduíche, e a minha cunhada Kalyny, pela atenção e carinho.

De forma muito especial a duas professoras marcantes na minha trajetória acadêmica feminista, a qual não iniciou na minha inserção no mestrado: minha orientadora Profa. Dra. Maria Eulina, a primeira professora que me acolheu na universidade para trabalhar com as questões feministas e iniciar minha trajetória acadêmica, pelas oportunidades de trabalhar em seus projetos de pesquisa, confiança, estímulo e parceria nas publicações, mostrando a importância do trabalho em equipe, pelo rigor e profissionalismo com que corrige os meus trabalhos científicos, fazendo com que eu aprenda cada vez mais, pelo carinho, paciência e atenção quando não conversei sobre questões de trabalho. E a minha co-orientadora, profa. Dra. Glória Rabay, pela oportunidade em trabalhar em seus projetos de pesquisa, pela confiança, atenção dada e troca de saberes e pelo ombro amigo. Vocês são muito queridas por mim!

Às professoras Doutoradas: Iran de Maria Leitão Nunes por ter aceitado gentilmente o convite para participação da banca de qualificação e defesa final, sugestões de leitura e pela atenção e interação virtual, pela compreensão e paciência na fase final deste trabalho, Maria Lúcia da Silva Nunes, por aceitar o convite em fazer

parte da minha banca de qualificação e defesa final, pelas sugestões de leitura sobretudo em relação a abordagem (auto) biográfica, pelo carinho, atenção e compreensão ao término desta pesquisa.

Às docentes doutoras da UFMA: Diomar das Graças Motta, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha e Maria Mary Ferreira pela atenção, disponibilidade, participação e contribuição para a realização desta pesquisa.

Às colegas do PPGE Meiry, que torceu e torce com cada conquista minha na universidade, Francisca Jocineide e Ana Cristina pelas parcerias nas produções científicas, auxílio em horas necessárias, Keicy, pela força e tranquilidade que sempre me passou durante as conversas sobre os estudos, a Érica que antes do meu ingresso no mestrado, já me dava incentivo, apoio. E após o ingresso, me auxiliou mostrando as formas de se caminhar no programa, realizar as atividades, por ser um ombro amigo no momento que mais precisei e hoje, mesmo estando com um bebê, continua me ouvindo e me apoiando, Jaqueline pelo entusiasmo, atenção, paciência e disposição em me ajudar, independente da hora e a Alessandra, Cecília, pela troca de experiências, e as alegrias em sala de aula. Vocês foram demais meninas!

...o amor ao estudo é de todas as paixões a que mais contribui à nossa felicidade. O amor ao estudo encerra uma paixão da qual uma alma nobre não está jamais isenta, a da glória; para a metade da humanidade não existe senão essa maneira de adquiri-la e, justamente, é a essa metade que a educação retira os meios necessários (para esse fim), privando-as desse gosto... as mulheres estão excluídas, pela sua condição de qualquer espécie de glória, e quando, por acaso, nasce uma com uma alma suficientemente elevada, não lhe resta senão o estudo para consolá-la de todas as exclusões e de todas as dependências às quais está condenada.

Madame Émilie du Châtelet

Resumo

O movimento feminista gerou os estudos feministas e de gênero empreendidos por mulheres acadêmicas, nas universidades do mundo ocidental a partir da década de 1970. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero. Foram realizadas entrevistas narrativas (auto-biográficas) com três professoras da Universidade Federal do Maranhão e construídas suas biografias. Utilizaram-se como categorias de análise: Instituição (Cornelius Castoriadis), identidade feminista com base em Manuel Castells, narrativa (Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer) e gênero (Ana Coling). A análise evidencia que ainda que elas tenham conquistado reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade, a temática ainda permanece no gueto na UFMA, embora institucionalizada nos grupos de pesquisa.

Palavras – chave: Institucionalização. Feminismo acadêmico. Narrativa. Identidade Feminista. Gênero.

Abstract

The feminist movement has generated feminist and gender studies undertaken by academic women in the universities of the western world from the decade of 1970. The objective of this research is to analyze, through the life stories of three academic, the relationship between "the personal" and "the institutional" in their narratives, highlighting their contributions to the institutionalization of gender studies. Narrative interviews were conducted (autobiographical) with three lecturer of the Federal University of Maranhão and built their biographies. They were used as analysis categories: Institution (Cornelius Castoriadis), feminist identity based on Manuel Castells, narrative (Sandra Jovchelovitch and Martin Bauer) and gender (Ana Coling). The analysis shows that even though they have won recognition from the academic community and society, the issue still remains in the ghetto in UFMA although institutionalized in the research groups.

Key - words: Institutionalization. academic feminism. Narrative. Feminist identity. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1:	Descrição de Teses e Dissertações levantadas por palavras-chave	19
QUADRO 2:	Grupos cadastrados no CNPq	55
QUADRO 3:	Perfil das acadêmicas feministas	56
QUADRO 4:	Fundadoras dos Grupos/núcleos integrantes da REDOR	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVC	Acidente Vascular Cerebral
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIPA	Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) biográfica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMENCE	Encontro Maranhense sobre Educação, Mulher e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar
GEMGe	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero
GERAMUS	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos
GT	Grupo de Trabalho
GENI	Grupo de Estudos sobre Gênero e Identidade
IES	Instituição de Ensino Superior
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher
NIEPEM	Grupo de Estudos e Pesquisas, Mulher Cidadania e Relações de Gênero
NIPAM	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização da Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPB	Polícia Militar do Estado da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero

SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INVISIBILIDADE FEMININA	22
1.1 O saber feminino marginalizado	26
1.2. As mulheres na ciência	28
1.3. Do movimento feminista aos estudos feministas nas universidades	36
1.4 Contribuições dos estudos feministas	40
1.5 Núcleos de estudos de gênero no Brasil: primeiros passos	42
CAPÍTULO II	
CATEGORIAS DE ANÁLISE E ABORDAGEM DE PESQUISA	44
2.1 Identidade	44
2.2 Identidade de gênero	45
2.3 Identidade feminista	47
2.4 Instituição	48
2.5 Abordagem da pesquisa	51
2.6 Campo e sujeitos de pesquisa	55
2.7 A entrevista narrativa	58
2.8 Procedimentos para análise de entrevistas narrativas	60
CAPÍTULO III	
OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NA UFMA: SUJEITOS, REPRESENTAÇÕES E DESAFIOS/OBSTÁCULOS	63
3.1 Inserindo os sujeitos no contexto histórico do feminismo no Brasil	65
3.2 Construção das identidades feministas das acadêmicas	68
3.3 Evolução da institucionalização dos estudos de gênero na IES	74
3.4 Identidade feminista: a desconstrução do conhecimento androcêntrico	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	91
APÊNDICE A – Biografia Diomar das Graças Motta	92
APÊNDICE B – Biografia Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	105

APÊNDICE C – Biografia Maria Mary Ferreira	119
APÊNDICE D – Roteiro da entrevista	133
 ANEXOS	 134
Termo Consentimento Livre Esclarecido	135
Certidão Aprovação da pesquisa	139

Introdução

A frase: “homem pode fazer e mulher não pode” sempre me inquietou. Mas não procurava saber o porquê dessa inquietação. Não tinha ainda a consciência de gênero. No último período do curso de Pedagogia, com a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (MORAIS, 2010), adquiri conhecimento teórico que me fez compreender minhas inquietações e o meu olhar tornou-se mais crítico acerca das formas de desigualdade, opressão, discriminação, preconceito, violência, a que nós mulheres estamos subjugadas. Assim, adquiri paixão pela temática.

De onde partiram minhas inquietações? Recordo que meu pai, pedagogo e Coronel da PMPB, me falava: “Estude, porque o melhor casamento para uma mulher é o emprego. É dessa forma que você terá independência.” Certa vez ele comentou que me aconselhava desde quando eu era criança. Minha mãe, indígena e Yalorixá¹, sempre me incentivou a estudar, pois, para ela: “É muito ruim ficar pedindo dinheiro a homem, minha filha.”

Coloco-me também, nesta pesquisa, pois, às vezes, de forma sutil, sou cobrada por não me adequar aos padrões de gênero determinados pelo meu grupo social. Algumas pessoas não valorizam o meu empenho acadêmico, como participação em congressos e investimento em publicações. Estar inserida no espaço acadêmico contraria o modelo de família patriarcal a ser seguido por nós, mulheres, o de boa dona de casa, com impecáveis dotes culinários. Com base em CASTORIADIS (1982), podemos considerar que ainda estamos em estado de alienação em relação à instituição androcêntrica. Essa alienação, a que Castoriadis se refere, trata-se de uma obediência àquilo que cada instituição determina, visto que cada uma possui sua rede simbólica.

Em 2012 procurei as professoras Maria Eulina Carvalho e Glória Rabay com o objetivo de ingressar no NIPAM como voluntária. Sou grata pela acolhida, oportunidade e estímulo à minha produção e militância feminista acadêmica. Participando de Grupo de estudos e de projetos² como este no qual se insere minha dissertação de mestrado (CARVALHO, 2012), o mergulho nas temáticas de gênero e feminismo se deram de forma mais intensa, contribuindo para um olhar mais crítico

¹ É uma sacerdotisa e chefe de um terreiro de Candomblé, popularmente denominada mãe de santo.

² CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudo da Mulher e Relações de Gênero Integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR: do pessoal ao institucional**. Projeto de Pesquisa, João Pessoa/PB, 2012.

RABAY, Glória. **As paraibanas no poder municipal de 2013 a 2016**. Projeto de Pesquisa, João Pessoa/PB, 2012.

acerca das relações de gênero e auxiliando na construção da minha identidade feminista. Concordando com a autora Jane Mansbridge (citada por CASTELLS, 1999, p. 211), “identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas”. Assim, o que antes era uma inquietação tornou-se um compromisso político e acadêmico.

Considero que o feminismo me fez quebrar as amarras dos padrões construídos socioculturalmente, os quais fomos educados/as a seguir. E hoje não vejo nenhuma possibilidade de desvincular a teoria da prática. E por isso, já fui algumas vezes apontada como radical: “Em tudo você vê gênero, feminismo. Não, Adenilda, não começa não...”.

Participando do projeto Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da REDOR: do pessoal ao institucional, coordenado pela professora Dr^a. Maria Eulina Pessoa de Carvalho, primeiro na condição de voluntária e posteriormente bolsista, pude vivenciar a imersão nas histórias de vida das acadêmicas feministas fundadoras e dirigentes da REDOR. O contato direto com os sujeitos nas gravações das entrevistas, e posteriormente a análise das entrevistas e biografias contribuíram de forma significativa para o meu aprendizado de metodologia de pesquisa e para o compromisso político com o feminismo e a justiça de gênero. A aquisição do conhecimento teórico sobre os estudos feministas e de gênero contribuiu para problematizar, questionar a desigualdade de sexo e gênero na vida social e acadêmica. Com essa aproximação, e inserida neste contexto, fiz o projeto para submeter à seleção do mestrado em 2013, como um recorte do projeto citado anteriormente.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar, por meio das histórias de vida de três acadêmicas feministas da UFMA, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero na UFMA. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- 1 Recuperar as histórias de vida de três acadêmicas feministas da Universidade Federal do Maranhão, em suas dimensões pessoal, profissional e política, através de entrevistas narrativas.

- 2 Descrever e analisar como as docentes constroem tanto suas identidades feministas no percurso de suas vidas pessoal e profissional quanto as estruturas (núcleos, grupos) na instituição universitária onde se inserem, empreendendo a institucionalização dos estudos de gênero;

3 Caracterizar a evolução da institucionalização dos estudos de gênero na IES (via núcleos, grupos), com base nas práticas pessoal, profissional e política das entrevistadas.

Como essas três professoras com perfis peculiares e distintos, articulam a militância política feminista e o desenvolvimento da carreira acadêmica institucionalizando os estudos de gênero na academia? Essa foi a pergunta que norteou a pesquisa em questão.

Para tanto, as categorias instituição (CASTORIADIS, 1982) e identidade feminista (CASTELLS, 1999) foram o fio condutor desta análise, a qual evidenciou como os estudos de gênero desenvolvem-se na instituição pesquisada a partir da atuação acadêmica dos sujeitos incluídos na pesquisa.

A narrativa (auto) biográfica foi a metodologia privilegiada sendo as entrevistas narrativas o principal recurso utilizado para a coleta de dados.

A análise das narrativas traz as experiências profissionais das docentes entrevistadas e, principalmente, as contribuições dos seus grupos para a inserção dos estudos feministas e de gênero na IES à qual pertencem, bem como os obstáculos enfrentados.

Para conhecer quais e quantas pesquisas acadêmicas já foram realizadas no Brasil sobre o tema desta pesquisa, foi realizada uma busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O primeiro acesso se deu em 10/04/2015, em que foram capturados os trabalhos realizados a partir de 2011. A atualização dos dados se deu em 10/11/2015, sem alteração do número de trabalhos capturados. Ao proceder à busca, foram colocadas as palavras-chave: acadêmica feminista, estudos de gênero, feminismo acadêmico, identidade feminista, e verificados os títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos. A expressão estudos de gênero foi a que recuperou mais trabalhos: sete dissertações e duas teses, (ver quadro 1). Identidade feminista apresentou duas dissertações (ver quadro 1).

QUADRO 1: Trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES por palavras-chave: identidade feminista e estudos de gênero, 2011 aos dias atuais.

Palavra-chave pesquisada: identidade feminista				
Título, ano, categoria	Palavra – chave	Autor/a	IES	Área de conhecimento:
Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes. 2012, mestrado.	Homens; feminismo; identidade; contingência. Apresenta no resumo.	FERREIRA, Mariana A. de Andrade	UFPE	Humanas (Sociologia)
Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no movimento de mulheres camponesas. 2012, mestrado.	Programa de sementes; mulheres camponesas; experiência; saberes. Apresenta no resumo.	CINELLI, Catiane	Univ. Reg. do NO do Estado do Rio Grande do Sul	Humanas (Educação)
Palavra-chave pesquisada: estudos de gênero				
Título/ano, categoria	Palavra – chave	Autor/a	IES	Área de conhecimento:
Nos bailes da história: relações de gênero e identidades em foco nas braúnas/baraúnas de 1950-1960. 2012, mestrado	Identidades. Gêneros. Sociabilidades Históricas. Apresenta no resumo.	SANTOS, Janielly Souza dos.	UFCG	Humanas (História)
A arte de envelhecer ativamente: articulações entre corpo, gênero e sexualidade. 2012, doutorado	Corpo; Gênero; Masculinidade; Sexualidade; AIDS. Apresenta no resumo.	ALVARENGA, Luiz Fernando Calage.	UFRGS	Educação
Ó pai, prezada! racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de Salvador. 2012. Mestrado	Racismo institucional; sexismo institucional; prisão. Apresenta no resumo.	SANTOS, Carla Adriana da Silva.	UFBA	Humanas. Interdisciplinar
Para ver as meninas: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Casa/Salvador. 2011, mestrado	Criminologia feminista; gênero; ECA; medida socioeducativa. Apresenta no resumo.	ARRUDA, Jalusa Silva de.	UFBA	Sociais e humanidades
Entre o moderno e o pós-moderno: a disputa pela influência nos estudos de gênero e raça, 2011, doutorado	Gênero, raça, modernidade, pós-modernidades	COUTINHO, Luciano Rodrigues de Souza	UFRJ	Humanas (Serviço Social)
Educando o corpo feminino: saúde como um mais, corpo molecular e otimização da beleza na revista Claudia. 2011, mestrado.	Corpo, Saúde, Beleza, Estudos Culturais, Apresenta no resumo.	STRIM, Cintia.	UFRGS	Educação
Gênero e desenvolvimento: trajetórias de quatro gerações de mulheres do sertão da Paraíba. 2011, mestrado.	Apresenta a palavra-chave no resumo.	OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares d.	UFRPE	Extensão Rural
Nas tramas da trapaça: uma análise de um copo de cólera sob a perspectiva dos estudos de gênero. 2011, mestrado.	Feminismo, machismo e sedução na literatura. Apresenta no resumo.	PEIXOTO, Ana Paula Mello.	UFPR	Letras
Manifestações da violência nas relações conjugais no Maranhão republicano (1890-1920): dissoluções dos laços matrimônios motivados pelo adultério e pela violência. de gênero. 2012, mestrado.	Violência de Gênero. Crimes. Adultério. Sexualidade. Discurso. Apresenta no resumo.	ILVA, Douruezia Fonseca da.	UFMA	(Humanas) Ciências Sociais

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>

Estes trabalhos abordam vários objetos de estudo distintos, sendo que apenas três são da área de educação e cinco da região Nordeste. No entanto, os resumos analisados não explicitam a questão dos estudos de gênero enquanto problematização do conhecimento androcêntrico, nem a questão da mulher enquanto sujeito político do feminismo visando inserir os estudos de gênero nas instituições acadêmicas. Enfim,

não encontramos trabalhos sobre feminismo acadêmico, o que aponta a relevância da investigação desenvolvida nesta dissertação.

A fim de discorrer um pouco mais sobre identidade feminista (item 2.3), buscou-se essa palavra no site que abrange revistas e artigos científicos Scientific Electronic Library Online – SciELO, porém, a palavra não foi encontrada. Buscou-se então nas principais revistas eletrônicas que abrangem os estudos feministas e de gênero: Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu, também não foi encontrada a palavra citada.

Para evidenciar como os estudos de gênero desenvolvem-se na instituição de ensino superior a partir da atuação de docentes que abraçam o feminismo, a dissertação tem a seguinte estrutura: nesta introdução expus minha motivação para investigar a inserção dos estudos feministas e de gênero, nas instituições de educação superior e a ausência de pesquisa científica acerca da identidade feminista e institucionalização de estudos de gênero nas universidades.

O primeiro capítulo discorre sobre a construção histórica da invisibilidade feminina nos relatos históricos, o silenciamento do seu saber, o papel secundário no campo considerado masculinizado como as ciências exatas e traz o nome de mulheres que fizeram grandes descobertas nesse campo do conhecimento.

O segundo capítulo apresenta as principais categorias nas quais este estudo se ancora, passeia da construção histórica do sexo/gênero, ao movimento feminista e à inserção dos estudos feministas nas instituições de educação superior (IES). Traz os conceitos de institucionalização, caracterizado como uma rede simbólica sancionada pela sociedade onde se combinam um componente funcional e um imaginário, para abordar o surgimento dos primeiros núcleos e grupos de estudos de gênero; e de gênero, para evidenciar a construção da identidade feminina, posteriormente, a identidade feminista, definida como uma identidade coletiva. Expõe a abordagem de pesquisa como aportes teórico-metodológicos percorridos, justifica a abordagem privilegiada, descreve o campo e os sujeitos participantes da pesquisa, as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados.

O terceiro capítulo discorre sobre a articulação das categorias com as narrativas a fim de evidenciar como os sujeitos da pesquisa incluem e discutem a temática de gênero e feminismo na universidade em que atuam, em confronto com a cultura androcêntrica existente na academia.

Por fim, as considerações finais vão apontar que, ainda que elas tenham conquistado reconhecimento da sociedade a temática permanece no gueto na UFMA, embora institucionalizada nos grupos de pesquisa.

Capítulo I: A Construção histórica da invisibilidade feminina

A História existe como disciplina científica desde o século XIX. No contexto da história tradicional, diversas histórias foram ocultadas, inclusive as das mulheres. Pois o seu lugar dependeu das representações dos homens, os quais foram por muito tempo os únicos historiadores que escreveram a história a partir da sua ótica e, dessa forma, a história dos homens foi considerada universal. Já a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Por isso, a história das mulheres é uma história recente. Os historiadores enquanto porta-vozes das histórias das mulheres, ocultaram-nas como sujeitos e consequentemente elas tornaram-se invisíveis (COLLING, 2004).

Sendo os únicos responsáveis pelas construções conceituais, houve uma hierarquização da história “com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a *diferença*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos” (COLLING, 2004, p. 13).

O indivíduo humano recebe a definição de homem através da representação da figura masculina. Essa definição dificultou a idealização da mulher enquanto sujeito autônomo. Portanto, foi necessária a descentralização desse conceito de sujeito. Pois descentralizar não é negar, porém, reconhecer no sujeito suas diferenças tais como raça, sexo, classe e como o mesmo fora construído (LINDA HUTCHEON apud COLLING, 2004).

Nessa visão, a história passa a ser observada como uma construção resultante de interpretações e representações envolvidas por relações de poder. A maneira para se desconstruir algo dado e imutável “é demonstrar como esse algo se produziu, como foi construído. Pois se algo não foi sempre assim, nada determina que assim se conserve” (COLLING, 2004, p. 14). A forma androcêntrica de identificar a humanidade e de apontar as mulheres como seres menores remonta à cultura grega.

Para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela sua civilização. Com os romanos, em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina, através da instituição jurídica do paterfamílias, que atribuía ao homem todo o poder: sobre a mulher, os filhos os servos e os escravos. O Direito transforma-se, na civilização romana, em um instrumento de perpetuação dessa assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher. Por isso, ao tentar recuperar a presença da mulher na história, foi necessária a construção de um novo mapa, de uma nova

metáfora, desconfiando das categorias dadas como universais e, ao mesmo tempo, privilegiando as singularidades, as pluralidades, as diferenças (COLLING, 2004, p. 16).

Essa exclusão e legitimação perpassaram os tempos permanecendo até os dias atuais, visto que o pensamento simbólico da diferença entre o sexo masculino e o feminino dividiu-os em dois mundos: o público e o privado. A mulher foi encarregada dos afazeres domésticos, mãe, esposa dedicada e “rainha do lar”; ao homem foi designado o espaço público, político, onde se centraliza o poder. Diante dessa divisão, as mulheres não devem se misturar com os homens, seu papel é permanecer no que fora determinado: função caseira e materna. As transgressoras dessas normas são vistas com o olhar atravessado como más, psicologicamente doentes, “transformam-se em monstros. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro” (COLLING, 2004, p. 15).

De acordo com Perrot (2008), história compreende as mudanças, o devir das sociedades e o relato que se faz dessas transformações. Por muito tempo as mulheres ficaram excluídas desses relatos, deixadas no esquecimento, no silêncio, como se não fizessem parte da história. Assim, escrever a história das mulheres é retirá-las do silêncio em que estavam confinadas. Nesse silêncio, se encontra também uma parcela da humanidade. No entanto, o silêncio, o esquecimento e a invisibilidade recaem principalmente sobre elas.

As mulheres são invisíveis porque a elas fora destinado o espaço privado: a família, o lar. O espaço público destinava-se aos homens. As mulheres não ousariam transitar por ele, confinadas na invisibilidade, no silêncio. Falar em público considerava-se vergonhoso “Que a mulher conserve o silêncio. Porque primeiro foi tomado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão” (PERROT, 2008, p.17). O silêncio tornou-se o pagamento dessa falta.

Se o espaço privado se destinava às mulheres, consequentemente não apareciam em público, logo, pouco se falava delas. A não ser suas próprias escritas domésticas que elas mesmas apagavam por acreditarem não ter importância “Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra” (PERROT, 2008, p. 17). A prática de apagar seus escritos contribuiu para a ausência de suas fontes, colocando-as no silêncio.

Os homens não são esquecidos, têm sobrenome. Aliado ao sobrenome, aparece a expressão: “ grande”, “líder” e assim, se diz: “ grandes homens”, “ o líder”. Já a mulher, não tem sobrenome aparece oculta, na sombra de outro grupo “ Claude Lévi-Strauss descreve uma aldeia depois da partida dos homens para caçar: não havia mais ninguém, diz ele, exceto as mulheres e as crianças” (PERROT, 2008, p. 17). São sub representadas.

Conforme Perrot (2008), as mulheres são descritas, representadas e imaginadas a partir da ótica dos cronistas e observadores que em sua maioria são homens, mas não são descritas como realmente são.

Diante essas práticas de silenciar as mulheres, a mais profunda é a do relato. A história relatada pelos primeiros historiadores gregos ou romanos diz respeito ao espaço público, como as guerras, os reinados, os homens públicos. Da mesma forma ocorre com a história dos santos. Discorre-se mais sobre santos do que santas. Obviamente porque os santos agem, viajam, evangelizam. Enquanto as mulheres permanecem em casa orando, preservando sua virgindade. A única glória a se alcançar é o sacrifício. E é preciso ser piedosa ou escandalosa para existir (PERROT, 2008).

É principalmente no século XIX, que a história se torna mais científica e profissional. Com o acesso à universidade, várias mulheres manifestaram interesse pela história das mulheres, principalmente pela do feminismo como por exemplo: Marguerite Thibert (1886-1982) e Edith Thomas (1909-1970) (PERROT, 2008).

Embora a Escola dos Annales tivesse apresentado uma nova abordagem de se contar a história, seus pesquisadores não pensavam na diferença entre os sexos como uma categoria de análise. Assim, a história das mulheres continuou marginalizada.

O nascimento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1960. Fatores científicos, sociológicos e políticos contribuíram para o surgimento do objeto “mulher” nas Ciências Humanas de forma geral e em particular na história (PERROT, 2008).

Fatores científicos: Em 1970 a história alia-se a antropologia possibilitando uma mudança nas perspectivas de análise. Uma vez que as pesquisas se debruçavam sobre natalidade, família, mortalidade e casamento, a história apreendia a dimensão sexuada dos comportamentos, mas sem ater-se a isso, incidentalmente apresentava as mulheres como sujeitos. Essas áreas do conhecimento mudam. E a forma de se escrever a história também (PERROT, 2008).

Fatores sociológicos: O fator sociológico foi a presença de mulheres na universidade. Como discentes, representavam um número significativo das matrículas nos anos 1970 e como docentes, após um longo período de resistência, conseguem conquistar seu espaço, constituindo um número considerável no quadro de docentes efetivados/as. Com o acesso das mulheres à universidade, esperou-se uma nova reflexão acerca da mulher enquanto sujeito e objeto de estudo.

Fatores políticos: Esse fator pode ser considerado decisivo. O movimento de liberação das mulheres foi decisivo para criticar os saberes masculinos universalmente estabelecidos. Possibilitou o recorte epistemológico do gênero como categoria de análise, afetando além das ciências sociais e humanas, outras áreas do conhecimento como a matemática.

O termo gênero enquanto categoria de análise não está presente nas abordagens da maioria das teorias sociais desde o século XVIII até o início do século XX. A preocupação só emergiu em finais do século XX. Até então, algumas dessas teorias construíram sua lógica a partir de analogias entre masculino/feminino, outras consideravam apenas uma questão “feminina”, outras, com a preocupação da construção da identidade sexual subjetiva. Mas a categoria gênero como uma forma de pensar sobre os sistemas de relações sociais ou sexuais ainda não tinha surgido (SCOTT, 1995).

Gênero, enquanto categoria de análise resulta da tentativa das feministas atuais para reivindicar um campo de definição objetivando revelar a incapacidade das teorias sociais no sentido de explicar as insistentes desigualdades entre as mulheres e os homens.

Diante disso, as feministas não só encontraram “inicialmente uma voz teórica própria, mas também aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular gênero como uma categoria analítica” (SCOTT, 1995, p.85).

Segundo Scott (1995), essa articulação contribui para uma nova forma de mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho, analisar atentamente os nossos métodos de análise para explicar como a mudança ocorre. Ao invés de buscar origens únicas, pensar sobre os processos que as fazem ser interligadas e não podem se dissociar. Ou seja, são os processos que devemos analisar “devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram” (SCOTT, 1985, p.86).

No seu uso descritivo, gênero foi empregado pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, apenas para demarcar um terreno. Ao mesmo tempo em que esses/essas profissionais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero era

direcionado apenas para temas como mulheres, crianças, famílias. Ou seja, apenas para as relações entre os sexos. Em temas como guerra, diplomacia, alta política o gênero não era aplicado, evidenciando que os/as historiadores não davam importância a essa categoria reforçando a visão funcionalista e reproduzindo a separação da escrita da história. Embora se utilize o termo, este nada diz sobre os motivos os quais as relações sociais são construídas. Visto que, em seu uso descritivo, gênero está associado ao estudo sobre mulheres, e, no entanto, não tem o poder analítico para questionar e mudar os padrões históricos vigentes (SCOTT, 1985).

Como foi visto, os discursos construídos historicamente tiveram um efeito decisivo sobre nós. E é contra esses discursos que lutamos. Pois ele veta a nossa participação no espaço público. Graças ao movimento feminista, conquistamos o acesso à educação, ao voto, dentre outros direitos que historicamente nos foram negados. Entre eles, a constituição e valorização do saber feminino, como apresentaremos a seguir.

1.1 O saber feminino marginalizado

Entre meados do século XV e final do século XVII, houve grandes mudanças na Europa, entre elas, o surgimento do capitalismo, que afetou a vida de homens e mulheres. Principalmente a das mulheres pois muitas viviam sós e tiravam seu sustento do comércio. Até o século XV, havia uma tolerância por parte das autoridades civis e religiosas ao engajamento dessas mulheres para exercer diversos ofícios. Todavia, após esse período, mulheres consideradas “sem dono” foram incluídas nas categorias marginais e suspeitas (TOSI, 1998). Pois entre as mudanças ocorridas nos séculos já citados, encontrava-se a crença na relação da mulher sábia com o demônio. Considerava-se que seus saberes eram adquiridos e praticados através de pacto com o demônio.

O estereótipo de bruxa foi construído a partir do século XVI, por teólogos e magistrados que consideraram a bruxaria uma prática demoníaca e a mulher, o principal agente do demônio. Geralmente, a maior parte das mulheres condenadas eram idosas pobres que residiam no meio rural.

Na Europa, entre os séculos XVI e XVII, havia uma quantidade significativa de pessoas que praticavam a magia para fins benéficos. Eram conhecidas como: mulher ou homem sábio/a, bruxo/a, curandeiro/a.

Os serviços fornecidos por esses/as praticantes incluíam a adivinhação, o achado de objetos perdidos, a identificação de ladrões, a prática da medicina popular, os encantamentos, a magia amorosa ou de proteção e, às vezes, quando o praticante era uma mulher, a obstetrícia (TOSI, 1998, p. 374).

Essa magia era realizada através de dois aspectos: o prático e o mágico. O primeiro consistia na utilização de ervas e minerais. O segundo, o dom, poder do/a sábio/a ambos eram indissociáveis. Entre a medicina popular e a medicina oficial existia uma distinção: a primeira era composta por mulheres, e a segunda por homens (TOSI, 1998).

As mulheres que dominavam esse saber ancestral eram as mais velhas, cujo saber se baseava na utilização de ervas, e era transmitido através da oralidade. De início, acessível a qualquer pessoa, porém, essas mulheres herdavam através de familiares ou vizinhos, constituindo-se nas principais depositárias. Esse saber teve reconhecimento de alguns homens como Paracelso, pseudônimo de Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus (1493-1541) médico, alquimista, físico, astrólogo, que afirmou dever a essas mulheres uma parte significativa de seu saber. Já o historiador francês, Robert Muchembled (1944), declarou que esse saber foi dado principalmente às mulheres do meio rural da França nos séculos XV e XVIII (TOSI, 1998).

A característica dada a essa prática, “é, precisamente, o medo que suscita esse saber quando dominado pela mulher” (TOSI, 1998, p. 395). Entre o temor ou pavor que as mulheres despertavam no homem, Jean Delumeau, historiador francês especializado em estudos sobre a história do cristianismo, em sua obra *O medo no ocidente*, diz que se tratava do “medo ao poder de curar, ou de prejudicar, por meio de misteriosas receitas” (DELUMEAU, apud TOSI, 1998, p.395).

Devido às características atribuídas à mulher como “a fragilidade moral e física, inteligência limitada, pouca capacidade de raciocínio, sexualidade incontrolável, a mulher era vítima do demônio. Esta foi a imagem de bruxa construída pelos católicos, padres protestantes e a elite da época que permaneceu por mais de um século” (TOSI, 1998, p.375) chegando ao fim entre 1680 e 1684, com a expansão do Cartesianismo, que possibilitou o uso da razão no conhecimento baseado no senso comum. E assim, os poderes mágicos já não explicariam os fenômenos naturais. Na literatura atual, a caça às bruxas é considerada como uma perseguição política ligada à instauração dos estados nacionais. Após a consolidação destes, a caça às bruxas foi amenizando até chegar ao fim (TOSI, 1998).

A questão da bruxaria e da caça às bruxas estão intimamente ligadas com a problemática da mulher e a ciência por referir-se a proibição de um saber, ainda que prático, realizado por mulheres (TOSI, 1998).

Se nesse período o saber feminino era considerado como um pacto com o demônio, e por isso, foram consideradas bruxas, nos séculos XVII e XVIII o acesso à educação foi negado, evidenciando-se, assim, uma nova perseguição.

Com a chegada do Iluminismo, já não se recorria a métodos de extermínio como as fogueiras ou a força para impedir o acesso das mulheres ao saber (TOSI, 1998). Pensou-se em outros meios. Então viram na educação e na cultura uma forma de construir uma imagem de mulher ideal: o instinto maternal de boa mãe e esposa.

As mulheres que chegaram a transitar pela área do conhecimento considerada masculina como as ciências exatas, exerciam atividades secundárias, apesar de terem realizado grandes descobertas.

1.2 As mulheres na ciência

A ciência é profissionalizada no século XIX, e traz consigo o exercício da competitividade na ciência por pessoas qualificadas e a formação de uma elite que define os modos como a profissão deve ser exercida. A ciência possui, portanto, um código com normas de conduta e escala de valores, não necessariamente explícitos, e uma hierarquia (TOSI, 1998).

Historicamente o acesso à educação foi negado às mulheres, principalmente o acesso às ciências exatas. O condicionamento natural do sexo foi e continua sendo o argumento fundamental para a exclusão das mulheres desse campo do saber. Diversas mulheres nos séculos XVII e XVIII defendiam a ideia de que o sexo feminino tinha a mesma predisposição que o sexo masculino para lidar com as ciências. A partir dessa ideia a educação das mulheres passa a ter um progresso significativo.

O direito à educação havia se tornado a reivindicação primordial das mulheres a partir da polêmica iniciada por Christine de Pizan no começo do século XV na França, conhecida como a Querelle des Femmes (querela das mulheres), que durou quatro séculos. Pela primeira vez uma mulher ousou fazer a defesa de seu sexo, em franca oposição à misoginia reinante, dando inusitado ímpeto a um longo debate do qual participaram mulheres e homens de vários países da Europa: França, Inglaterra, Itália, Dinamarca (TOSI, 1998, p. 377).

Christine de Pizan (1363 - 1430), poeta e filósofa italiana, em sua obra *La Cité des Dames* (publicada em 1405), discute que se as meninas recebessem a mesma educação que os meninos, e lhes ensinassem as ciências, elas aprenderiam do mesmo modo que eles.

A Revolução Científica trouxe consigo a multiplicação de diversos cursos acerca das ciências despertando nas mulheres um grande entusiasmo. Porém, elas foram criticadas por vários autores desde peças de teatro a livros. A exemplo de Molière, dramaturgo francês que ridicularizou as mulheres instruídas nas suas peças *Les Précieuses Ridicules* (As preciosas ridículas) e livros publicados nessa época, direcionados para as mulheres, que as orientavam a serem apenas ouvintes das conversas nos salões (TOSI, 1998). Porém, a concepção de que as mulheres teriam capacidades para compreender as ciências vai conquistando mais adeptas que vão discutindo essa questão.

A escritora e feminista francesa Poullain de la Barre (1647-1725) explica a partir do método cartesiano que se as mulheres estudassem conjuntamente com os homens, ou que se tivessem as mesmas oportunidades de acesso às disciplinas permitidas apenas para os mesmos, ou numa universidade só para elas, poderiam se destacar na Medicina, Direito, Teologia, Matemática. Na Inglaterra, a escritora feminista Mary Astell (1666-1731) sugere a criação de uma escola livre da educação imposta pela família. Considerado um projeto contrário aos ideais da Reforma, a escola não foi construída (TOSI, 1998).

No século XVIII, a boa educação é dada na família. Consistia em ensinar às mulheres a serem subservientes aos homens. Um dos autores que contribuíram para essa ideia foi Rousseau (1712-1778), em sua obra *Émile*, publicada em 1762, na qual mencionou:

[...] toda a educação das mulheres deve ser feita com relação aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e estimar por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, fazer-lhes a vida agradável e doce: esses são os deveres das mulheres de todas as épocas e o que deve lhes ser ensinado desde a infância (ROUSSEAU, apud TOSI, 1998, p. 379).

Nessa mesma perspectiva, a medicina declara que a fisiologia feminina condiciona “o organismo das mulheres para desempenhar seu papel precípuo de mãe e esposa” (TOSI, 1998, p. 379).

Esses ensinamentos tiveram impacto na vida dos homens e das mulheres,

principalmente da burguesia. As mulheres ansiosas por liberdade e que se diziam progressistas, tiveram de se adaptar a essa nova ideia. Tal imagem foi bem propagada nas obras de Rousseau, entre elas, *Émile*, que apresentava o modelo feminino:

A investigação das verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas das ciências, tudo o que tende a generalizar as ideias, não é da alçada das mulheres, todos seus estudos devem limitar-se à prática; cabe a elas fazer a aplicação dos princípios que o homem descobre, fazer as observações que levam o homem a estabelecer esses princípios. (Rousseau, apud Tosi, 1998, p. 396).

Este era o modelo que as mulheres deveriam seguir. Auxiliares de seus maridos, permanecendo na invisibilidade. Obviamente as que se desviavam, seriam perseguidas.

Várias tentativas surgiram nesse período visando o ensino misto baseado na igualdade entre os sexos. Porém, tais tentativas ficaram no plano do saber doméstico, que consistia na leitura e na escrita e cálculos necessários à economia familiar. Às moças de classe mais elevada, ensinavam-se artes, música, canto, dança. Sem acesso às funções políticas, esse tipo de ensino era o máximo a se almejar. John Locke defendia que as mulheres deveriam ser educadas para instruir seus filhos/as. A historiadora inglesa Catherine Macaulay (1731-1791) e a escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) defendiam o mesmo nível de ensino para homens e mulheres (TOSI, 1988).

A acesso ao ensino das artes, dança, música pelas mulheres da classe nobre não possibilitou seu acesso ao conhecimento destinado aos homens. Pois, apesar de terem eventualmente ingressado nesse campo do saber, exerceram funções de assistentes e, no máximo, colaboradoras de cientistas.

Nesse contexto, vale destacar ainda que sinteticamente algumas mulheres que fizeram diversas descobertas no campo do conhecimento historicamente destinado aos homens: Química, Astronomia, Matemática e Física, apresentadas a seguir.

Marie Meurdrac (1610-1680), no século XVI, publicou seu livro *La Chymie Charitable et Facile, en Faveur des Dames* (A Química caritativa e fácil, em benefício das mulheres) entre 1665-1666. Era um tratado teórico-prático destinado à importância das ervas medicinais e o seu uso para produção de cosméticos. Quatro edições foram conhecidas na França, uma edição em italiano em 1682, seis em alemão entre 1673 e 1738. Marie se considerava autodidata pois se referia ‘aos conhecimentos adquiridos

através de um longo trabalho e diversas experiências várias vezes reiteradas' (MEURDRAC, apud TOSI, 1998, p. 382). Ao escrever seu livro, não tinha objetivo de publicá-lo, mas conservar seus conhecimentos. Após dois anos ao ver o produto acabado, surgiu (MEURDRAC, apud TOSI, 1998, p. 382) a 'tentação de publica-lo'

A objeção que eu fazia a mim mesma era não ser o ensino profissão de mulher, que ela deve permanecer calada, escutar e aprender, sem demonstrar o que sabe, que publicar uma obra está por cima de sua condição; que habitualmente isso não contribui a sua boa reputação, pois os homens desprezam e desaprovam sempre o produto da mente feminina... Estava persuadida, por outro lado, de não ser a primeira a pôr alguma coisa no prelo, que a mente não tem sexo, que se a das mulheres fosse cultivada como a dos homens e se se empregassem tanto tempo e meios em instruí-las poderiam igualá-los (MEURDRAC apud TOSI, 1998, p. 382).

Seu desempenho, como é possível observar em suas palavras, independeu do auxílio masculino. Ao contrário dos homens, que para os seus trabalhos, necessitavam da ajuda feminina.

Na Astronomia, além da teoria, o astrônomo deveria manusear os instrumentos para observar o espaço, o que se constitui num terreno fértil para as mulheres ingressarem neste ramo e desenvolver suas habilidades e posteriormente suas descobertas para a ciência. Sua participação nesse campo começa a ser documentada a partir do século XVIII (TOSI, 1998). As mais conhecidas foram Caroline Herschel (1750 - 1848) na Inglaterra e Maria Winkelmann (1670-1720) na Alemanha.

Caroline Herschel originária de uma família de músicos, na Alemanha, em 1772 emigrou para a Inglaterra na companhia do irmão William Herschel, que era músico, e inicia sua carreira como cantora. Despertado o interesse do irmão pela Astronomia, esse abandona a música para trabalhar na fabricação de telescópios e observar as estrelas. Caroline abandona a música e vai auxiliar e colaborar com o trabalho do irmão. Após o descobrimento de Urano por seu irmão, o governo britânico concedeu-lhe um pagamento anual lhe proporcionando dedicação exclusiva à pesquisa. Acompanhando a atividade do irmão, Caroline descobriu oito cometas. A partir de 1787 foi reconhecida como astrônoma passando a receber uma pensão anual pelo governo britânico. Após o falecimento do seu irmão, Caroline regressou à Alemanha dando continuidade ao seu trabalho. No entanto, permaneceu na condição de colaboradora nos trabalhos do filho de William Herschel.

Maria Winkelmann é um exemplo de resistência por parte dos homens em não

aceitar mulheres cientistas na academia. Educada pelo pai e um tio, seu interesse pela Astronomia foi despertado desde cedo. Trabalhou com o astrônomo Christoph Arnold como aprendiz. No seu observatório, realizava observações e cálculos. Mais tarde casou-se com o também astrônomo Gottfried Kirch, passando de assistente de Arnold para colaboradora do esposo. Realizava ao mesmo tempo as tarefas domésticas e as observações, cálculos e preparava calendários, documentos que indicam a posição dos astros cada dia do ano. Seu esposo foi nomeado astrônomo da Academia de Berlim, e Maria tornou-se sua assistente. Em 1702, descobre um cometa, considerado um importante descobrimento feito na Academia, no entanto, quem recebeu o mérito foi seu marido, já que era o astrônomo oficial. Após oito anos, Kirch declara no jornal da academia: 'Minha esposa... observou um cometa inesperado' (KIRCH, apud TOSI, 1998, p.385). A academia reconheceu o seu ofício, porém, após o falecimento do esposo, não foi concedido a ela o cargo de assistente para dar continuidade ao seu trabalho. O motivo era o receio por parte da academia de nomear uma mulher como assistente e a mesma ficar com uma má reputação. O sucesso do seu esposo dava-se ao fato de que quem realizava a construção dos calendários era Maria Winkelmann. Mas se o esposo assumisse isso, o ridicularizariam. Após diversas solicitações, ela teve o cargo definitivamente recusado, sem uma justificativa plausível. “Para ela, ficou evidente que a razão residia no fato de ser mulher” (TOSI, 1998, p.386). Sentiu-se então motivada a fazer a defesa das mulheres no prefácio de um dos seus artigos científicos. Com base na Bíblia, Maria argumentou que os dois sexos possuem idênticas aptidões mentais e espirituais. Com experiência e estudo, diz Maria, uma mulher pode tornar-se “tão hábil como um homem na observação e na compreensão dos céus”. Ela continuou trabalhando em observatórios junto ao seu filho, Chrisfried. Retornou em 1716 à Academia de Berlim como assistente do mesmo. A academia continuava resistindo à ideia de admitir uma mulher entre os especialistas. Inclusive, a repreendiam por aparecer em público, na presença de estrangeiros. Para a Academia, tal atitude poderia prejudicar a reputação de seu filho. Em 1717 Maria Winkelmann resolveu continuar seu trabalho em sua residência, em condições precárias até o seu falecimento em 1720.

Nicole-Reyne Etable de la Brière (1723-1788), conhecida como Madame Lepaut também se destacou na Astronomia. Recebeu uma boa educação, casou-se em 1748 com Jean-André Lepaut, relojoeiro real da França. Auxiliou seu marido, partindo daí o seu interesse pela Matemática e Astronomia. Em 1757 calculou a data exata da passagem do cometa Halley, prevista para 1759. Ela realizou cálculos acerca da

posição dos astros, fez o Tratado de Relojoaria, que seu marido publicou em 1775, mas não menciona o nome da esposa. Apenas um trabalho acerca do eclipse lunar do sol de 1764 é reconhecido de sua autoria. Dos trabalhos em que colaborou, em nenhum há o seu nome.

Na Matemática e na Física temos Laura Bassi (1711-1778) e Gabrielle Emilie Le Tonnelier de Bréteuil (1706-1749), mais conhecida como Madame du Châtelet. De família nobre, teve liberdade da família para ler os livros existentes na biblioteca de sua residência. A família ao perceber o interesse precoce pelos estudos, trataram de dar-lhe a melhor educação possível. Aos dez anos, tinha autorização para passear no salão onde o pai recebia várias pessoas e de participar dos diálogos. Numa dessas visitas conheceu Voltaire. Aos dezessete anos lia o filósofo francês Jonh Locke e outros ingleses. Mas sua paixão era a Matemática e a Metafísica.

Casa-se em 1725 com o Marquês de Châtelet e tem dois filhos e uma filha, falecida precocemente. Emilie e Voltaire tiveram uma relação amorosa e intelectual, e através dele conhece os matemáticos Maupertius e Clairault, adeptos da teoria newtoniana, rejeitada pela maioria dos filósofos franceses. Emilie aprende Matemática com Maupertius contribuindo para consolidar sua vocação pela ciência. Em 1735 Emilie inicia seu estudo sistemático da obra de Newton e participa da elaboração da obra do mesmo: Elementos da Filosofia, publicada por Voltaire. Este reconhece a colaboração de Emilie: ‘Minerva ditava e eu escrevia’ (VOLTAIRE, apud, TOSI, 1998, p. 389). Em 1737, escreve uma dissertação sobre a natureza do fogo. Apresentou este trabalho sem o conhecimento de Voltaire, alegando que preferia expor suas próprias ideias divergentes das de Voltaire. Neste mesmo período, escreve Instituições de Física, um tratado sobre essa disciplina com o objetivo de substituir o anterior, que ignorava a ideia de Newton. Em 1739, quando em contato com a metafísica, modifica sua dissertação. Acredita que esse campo deve servir de fundamento à Física. Essa ideia diverge das de Voltaire e de outros adeptos da teoria newtoniana. Essa obra teve grande sucesso e em 1742 é publicada uma nova edição na Holanda.

O trabalho de maior destaque e que mais contribuiu para a sua obra foi a tradução para o francês da maior obra de Newton: *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*. Este trabalho começou na segunda metade de 1744 e finalizou antes de seu falecimento em 1749. Emilie descobriu que estava grávida quando estava trabalhando nessa obra. Preocupada com a gravidez e temendo morrer no parto, resolveu dedicar-se intensamente a esse trabalho que concluído, decide confiar seu manuscrito ao

conservador da Biblioteca do Rei, Claude Sallier, com desejos de que sua obra sobrevivesse

Tomo a liberdade que me haveis concedido, Senhor, para vos confiar manuscritos que tenho grande interesse de que fiquem depois de mim. Espero poder ainda agradecer-vos esse serviço e que meu parto, que estou esperando, não seja tão funesto como temo. Vos suplico colocar um número nesses manuscritos e fazê-los registrar para evitar extravios (EMILLIE, apud TOSI, 1998, p. 391).

Emilie deu à luz uma menina. Mas dias depois do parto, as duas falecem, possivelmente de febre puerperal. Até hoje a única tradução francesa da obra de Newton é a de Emilie. A primeira edição foi publicada em 1756.

No contexto das mulheres cientistas do século XVIII, é importante destacar a Universidade de Bolonha, que desde a Idade Média recebia mulheres. Em 1732, essa universidade concedeu pela primeira vez a uma mulher o cargo de professora, Laura Bassi, filha de advogado, graduou-se na Universidade de Bolonha. O seu domínio sobre latim, filosofia cartesiana e teoria newtoniana, despertava admiração e interesse. Defendeu seu doutoramento com 49 proposições para um júri formado por quatro professores. Posteriormente foi nomeada professora dessa Universidade e membro do Instituto de Ciências. Porém seu cargo tinha várias restrições: ministrar uma aula a cada trimestre (a justificativa era evitar-lhe a sobrecarga do ensino), recebia uma certa quantia para não ministrar aulas em escolas públicas, exceto com aval superior, devia participar de debates públicos e receber pessoas importantes (TOSI, 1998).

Por trás dessa falsa inclusão de Bassi na Universidade, estava o prestígio da Universidade em ser reconhecida como uma instituição aberta às mulheres, mas que, no entanto, não tinham liberdade de exercer seu ofício. Casou-se com o físico Giuseppe Veratti, com quem teve oito filhos. Cinco sobreviveram até a idade adulta. A maternidade não a impediu de prosseguir nas suas atividades. Com as limitações de desenvolver seu ensino, Bassi começa, em 1738 a dar aulas privadas. Em 1749, deu um curso de Física Experimental e colaborou nas pesquisas do seu marido sobre eletricidade (TOSI, 1998). A morte do professor de Física Experimental do Instituto de Ciências deu a oportunidade para Bassi ocupar a cadeira. Mas seu esposo que foi assistente do professor deveria ser seu sucessor. Após longos e numerosos debates por parte dos membros do Instituto, a cadeira foi concedida a Laura Bassi aos sessenta e cinco anos dois anos antes de falecer. Seu marido foi mantido como assistente.

Apesar de sua importância na cultura científica italiana do século XVIII, de sua ampla correspondência com vários cientistas europeus famosos, da admiração que despertara, pouco ficou de sua atividade científica. Além das 49 proposições editadas por ocasião de seu doutorado e de alguns poemas, Laura Bassi só publicou quatro trabalhos científicos, que representam uma pequena fração das dissertações que preparava anualmente no Instituto e nas quais nunca figurou seu nome (TOSI, 1998, p. 394).

Como vimos, a caça às bruxas acabou devido a instalação dos estados nacionais. Dessa forma, “o acesso ao saber passou a ser controlado quando cedido às mulheres” (TOSI, 1998, p. 395). Todavia, a ciência não teve como negar os trabalhos de experimentação e observação realizados pelas mulheres.

Concordando com SCHIEBINGER (2001), a ciência resulta de muitos anos de exclusão das mulheres. Para trazê-las à ciência, exigem-se intensas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência.

A forma de impedir as mulheres na ciência adquiriu outra roupagem. Ainda que elas tenham acesso à educação, continuam sendo discriminadas, de forma sutil nos diversos espaços, entre eles, na instituição de ensino superior, que continua a segregar o conhecimento feminino. Para enfrentar os obstáculos, têm que utilizar de várias estratégias, como as citadas nas biografias das acadêmicas feministas (apresentadas em apêndice no final deste trabalho) e em outras histórias deixadas no esquecimento.

Essas estratégias decorrem da consciência das mulheres em perceber as formas mais sutis de discriminação que sofrem em diversos espaços, entre eles, a academia. O movimento que contribuiu para esse despertar foi o feminismo, que possibilitou o acordar para toda e qualquer forma de discriminação, desigualdade, violência física e moral existentes na sociedade, como veremos a seguir.

1.3 Do movimento feminista aos estudos feministas nas universidades

O movimento feminista, enquanto campo teórico e político é amplamente reconhecido e considerado por alguns cientistas sociais fora do campo dos estudos feministas, como por exemplo, Manuel Castells (1999), como o movimento social organizado mais importante da segunda metade do século XX. É um movimento diversificado, que varia desde as vertentes mais liberais, que focaram na aquisição de direitos iguais para as mulheres, às mais radicais que se concentraram com maior intensidade em organização de grupos formados apenas por mulheres, construindo instituições de cultura feminina independente (CASTELLS, 1999).

Feminismo é entendido neste estudo como “o compromisso de pôr um fim à dominação masculina” (MANSBRIDGE apud CASTELLS 1999, p.210). O feminismo questiona as desigualdades e relações de poder de um sexo, masculino, em detrimento de outro, feminino, baseadas nas diferenças biológicas e culturais.

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição de sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ apud COSTA, 2013, p.2).

Desse modo, o fim das construções culturais e políticas androcêntricas irá culminar na igualdade legal, social e cultural das mulheres.

A história desse movimento, no Ocidente, desdobra-se em três etapas: primeira onda, segunda onda e terceira onda, apresentadas brevemente.

A primeira onda do feminismo surge em finais do século XIX e início do XX, e tem seu auge na luta sufragista.

Em finais do século XIX, no Brasil, existia uma participação significativa das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo na indústria têxtil. Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos imigrantes espanhóis e italianos, algumas mulheres se incorporaram às lutas sindicais em busca de melhores condições de salários, de higiene, saúde e o combate à discriminação e abuso a que estavam submetidas pela condição de mulher.

Nos primeiros anos do século XX, havia as organizações feministas socialistas,

anarquistas e liberais em diversos países da América Latina. Em geral, essas organizações se autodenominavam feministas e difundiam os direitos da mulher, reivindicando direito à educação, melhores condições de trabalho, direitos patrimoniais e ao “sufrágio”, direito ao voto (COSTA, s/data).

No Brasil, o “sufrágio” foi mobilizado com a criação em 1910, do Partido Republicano Feminista, criado por Leolinda Daltro. A Associação Feminista, em 1918, chegou a mobilizar um número significativo de mulheres em prol dessa luta.

No ano de 1920 a luta pelo “sufrágio” se amplia em diversos países latino americanos, tendo à frente as mulheres de classe alta e média, que, conquistam o direito ao voto junto ao legislativo. O primeiro país da América Latina a estabelecer o voto feminino foi o Equador, em 1929. Em 1922, é criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a liderança de Bertha Lutz, responsável por conduzir a luta sufragista através de diversas filiais. Passaram-se vários anos de luta até a conquista do voto no Brasil na década de 1932.

De acordo com COSTA (s/data), a partir da conquista do direito ao voto “o movimento feminista entra em processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa”. Isso não significou o afastamento das mulheres dos movimentos políticos mais abrangentes, elas continuaram se organizando:

Em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc.), direito à terra e à segurança. No Brasil, as organizações femininas, sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro, como a União Feminina criada para atender a política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945, tiveram amplo poder de articulação e mobilização feminina (COSTA, s/data).

Em resumo, a primeira onda do movimento feminista pode ser caracterizada como de cunho conservador no sentido do não questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero. As mulheres aceitaram o princípio da diferença, mas se opuseram a esse princípio, acreditando na ideia da representação das atividades domésticas. Essa ideia foi propagada tanto pelas feministas quanto pelos estados, embora com fins diversos (COSTA, s/data).

Em 1964, com o golpe militar no Brasil, e em seguida na década de 1970 em

diversos países latino-americanos, os movimentos de mulheres e demais movimentos populares foram silenciados. Organizados por setores conservadores, o movimento de mulheres burguesas e de classe média deram apoio aos golpes militares no Brasil e na América Latina.

O movimento feminista ressurgiu em meio à efervescência cultural em 1968, que trazia consigo os novos comportamentos afetivos e sexuais, a crítica aos padrões tradicionais de comportamento, às hierarquias de gênero e em resistência à Ditadura Militar em 1970. O Ano Internacional da Mulher, em 1975, promovido pela ONU, reúne mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade baseada na proposta de um “novo” movimento feminista. A relação da ONU com o regime militar permite, pela primeira vez, às mulheres se organizarem publicamente desde 1967-1968 (COSTA, s/data).

A partir de então grupos de estudos vão surgindo. Alguns apenas como grupos de estudos e de reflexão, outros, de reflexão e ação. Assim, com o surgimento de novos grupos, o movimento feminista se propagou assumindo novas bandeiras de luta: combate à violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos, a sexualidade (COSTA, s/data).

A atuação dos grupos feministas durante a segunda metade da década de 1970 se dava em torno dos movimentos populares (clubes de mães, movimentos operários), os grupos de esquerda (sindicatos, partidos políticos), as igrejas, o campo das artes (teatro, música, literatura), as universidades e centros de pesquisa, o jornalismo alternativo, os grupos de reflexão (com profissionais e donas de casa) e as feministas organizadas no exílio conectadas a grupos de mulheres (ZIRBEL, 2007).

Enquanto a primeira onda foi marcada pela reivindicação por igualdade, o reconhecimento da diferença marcou a segunda onda do feminismo, a qual foi questionada, problematizada e refletida. Essa fase “representou para o feminismo um verdadeiro renascimento teórico. E foi nesse aflorar de criatividade intelectual que nos círculos acadêmicos algumas intelectuais feministas começaram a falar em diferença de gênero, que estimulou o surgimento de fundamentação teórica para a diferença sexo/gênero” (KYRIAKOS, 2007, p. 33).

Tal questionamento, considerado revolucionário para as ciências sociais e o campo filosófico, contribuiu para que esse momento fosse considerado o princípio dos estudos feministas modernos. Assim, a teorização feminista repercutiu nas práticas quotidianas e nas lutas políticas (KYRIAKOS, 2007).

É nesse período que, a partir de publicações em livros e revistas e não apenas através de reivindicações, o movimento feminista ressurgiu “expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas” (LOURO, 2007, p. 16). É nesse contexto que militantes feministas levam para o interior das universidades questões que as mobilizam expandindo o seu fazer intelectual, suas experiências e contribuindo para o surgimento dos estudos da mulher, objetivando visibilizar aquelas que por muito tempo foram ocultadas, excluídas da vida pública e da história.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2007, p. 17).

A terceira onda do feminismo compreende, a partir dessa reflexão, não só exclusivamente a diferença entre homem/mulher, mas leva em consideração a existência da multiplicidade feminina, a análise dos conflitos entre as mulheres também. As mulheres brancas de classe média não foram consideradas como modelo de mulher universal, pois foi evidenciado que por trás desse modelo de mulher “estavam ocultas mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais” (KYRIAKOS, 2007, p. 40).

Além da problematização de gênero, dois outros termos passaram a ter ênfase nesta fase: a raça e a classe. Assim, os estudos acadêmicos deram atenção também às mulheres de diferentes raças e diferentes culturas de classe. Se na primeira onda o feminismo buscou evidenciar as relações de poder do sexo masculino em detrimento do feminino, na terceira onda, as teóricas feministas buscaram na teorização da microfísica do poder, de Foucault, analisar as relações de poder nas quais mulheres oprimem outras mulheres assim como os conflitos existentes entre elas (KYRIAKOS, 2007).

Diante de inúmeras lutas e algumas conquistas, houve até um momento em que se apontou o fim do feminismo, especificamente nos anos 1980, pois os movimentos sociais, entre eles o feminista, sofreram uma redução na mobilização e participação popular (RABAY, 2008). No entanto, o feminismo não pereceu, apenas se transformou tornando-se diverso, pois ainda não foram alcançadas a igualdade e equidade de gênero. Ficaram “como herança novas formas de organização política

feminina, maior visibilidade das mulheres e de seus problemas na esfera pública e animados debates entre as próprias feministas bem como entre estas e interlocutores externos” (GARCIA, 2011, p. 93).

Por outro lado, o feminismo havia conquistado status acadêmico. A retomada do feminismo em meados dos anos de 1960, o interesse nos estudos e pesquisas sobre a mulher geraram a

Construção de um “novo” campo de reflexão que perpassa diferentes tradições disciplinares. Inicialmente caracterizado como “estudos sobre mulheres” e, mais tarde, com a construção do conceito de “gênero”, também como estudos de “gênero” e, mais recentemente, como estudos feministas, esse campo emergente de estudos acadêmicos vem se institucionalizando no Brasil desde os anos 1970 (COSTA et al 2010, p.55).

A presença das acadêmicas feministas nas universidades colaborou para a percepção das mulheres como sujeito e objeto de pesquisa e para a crítica à ciência androcêntrica (YANNOULAS, 2000).

1.4 Contribuições dos estudos feministas

Os estudos feministas no mundo e, especificamente, no Brasil deixaram um legado inegável para as sociedades e nessas este legado floresceu e se multiplicou. Questões sobre saúde, segurança, sexualidade, direitos reprodutivos, formas desiguais de acesso ao emprego e participação política foram refletidas a partir desse movimento (MATOS, 2006).

No campo do conhecimento, a teorização feminista questionou os critérios de validação do conhecimento científico baseados em práticas androcêntricas de objetividade, neutralidade, racionalidade e na dicotomia sujeito-objeto, tomadas como padrão universal; denunciou que as práticas e as instituições científicas são gendradas; e propôs “uma epistemologia que reconhece o lugar da emoção, subjetividade e corpo no conhecimento, concebido como práxis, conscientização e empoderamento individual e coletivo” (HUMM, 1989; SCHIEBINGER, 2001, apud CARVALHO e MONTANÉ, 2012).

Nesse contexto, ganham destaque as experiências das mulheres e suas contribuições culturais, especificamente, no interesse desta pesquisa, suas contribuições para o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero nas IES.

É importante destacar, por um lado, o papel das universidades e do conhecimento crítico que produzem objetivando desconstruir práticas de dominação, opressão, violência e contribuir para as políticas públicas, em especial, as de gênero; e, por outro lado, que elas já se constituem como espaços “feminizados”, embora as mulheres se encontrem restritas a algumas áreas do conhecimento associadas ao cuidado.

Caracterizado como um campo multi e interdisciplinar, os estudos feministas no Brasil têm sua origem na primeira geração de pesquisadoras feministas que tinham o compromisso não apenas em analisar a subordinação feminina na sociedade, mas também denunciar o viés androcêntrico das diferentes disciplinas (COSTA, SARDENBERG e VANIN, 2010).

O feminismo ressurgiu entre 1968 e 1970 trazendo consigo um repensar acerca do caráter político da opressão das mulheres (COSTA, 2009), mas só conquistou legitimidade acadêmica na década de 1980 (RABAY, 2008). De início, caracterizados sequencialmente como “estudos sobre mulheres”, estudos de “gênero” e recentemente como estudos feministas, os estudos de gênero vêm se institucionalizando no Brasil desde 1970 (COSTA, SARDENBERG e VANIN, 2010).

Os estudos feministas se mostram importantes não somente como subsídio de análise, mas também como instrumento de luta principalmente quando se voltam para pesquisar questões como: violência doméstica, saúde da mulher e seus direitos reprodutivos, as formas e níveis de sua inserção subordinada no mercado de trabalho, entre outras questões (COSTA, SARDENBERG e VANIN, 2010).

É válido destacar que, desde o início das lutas feministas no contexto do movimento social, a “teoria” e a “práxis” têm estado estreitamente vinculadas, uma contribuindo para o avanço da outra, como apontam as narrativas de vida dos sujeitos desta pesquisa.

1.5 Núcleos de estudos de gênero no Brasil: primeiros passos

O feminismo trouxe reflexões e problematizações e evidenciou que a academia pouco conhecia sobre a mulher. Assim, surgiram novas pesquisas com o objetivo de “desvendar mais uma realidade, de desmanchar mitos, preconceitos, pressuposições” (BLAY, 2006, p.45). Novas temáticas surgiram culminando em uma grande rede de investigações, possibilitando o surgimento dos núcleos e grupos de pesquisa, no intuito de superar as barreiras para a inserção da temática de gênero nas universidades.

Embora existisse literatura, a temática não alcançara o “status” de temas como classe, trabalho industrial, escravatura. Devido à falta de reconhecimento sobre a legitimidade do tema foi necessária essa estratégia de criação dos núcleos, que surtiu efeito, mesmo que timidamente, com a inclusão do tema em disciplinas optativas (BLAY, 2006).

A partir de então, esses grupos vêm se constituindo em espaços privilegiados para as trocas de saberes e reflexões teóricos-metodológicas acerca da problemática das relações de gênero e colaborando para o desenvolvimento deste novo campo de reflexão sobre a sociedade brasileira (SARDENBERG, 2005). Apesar disso, tem pouco reconhecimento acadêmico.

Os primeiros núcleos de estudos surgem na década de 1980 e são criados GT em diversas organizações científicas nas áreas das Ciências Humanas e sociais; contudo, os estudos feministas permaneciam concentrados na região Sudeste. No Norte e Nordeste foram impulsionados com a criação da REDOR, em 1992. Com o objetivo de congregar e articular grupos e núcleos, estimular e desenvolver estudos sobre a mulher e relações de gênero nessas duas regiões, esta rede atualmente conta com 35 grupos/núcleos afiliados e ligados às universidades do Norte e Nordeste (CARVALHO, 2014).

Esses núcleos desconstroem o saber androcêntrico vigente nas universidades e possibilitam inserir a perspectiva de gênero em todas as áreas do conhecimento. Sua contribuição pode ser tanto formal quanto informal, quando destacam a importância social da perspectiva de gênero e a inserem no cotidiano acadêmico para realizar intervenção social e institucional com o compromisso de alcançar a equidade de gênero (CARVALHO, 2015).

Os núcleos e grupos foram fundamentais para a entrada dos estudos de gênero nas universidades, sendo uma forma de dar autonomia e liberdade às pesquisas. Porém, ao contrário de quase todas as universidades norte-americanas, canadenses e europeias onde há esse reconhecimento, no Brasil, a questão de gênero constitui uma linha de pesquisa em poucos programas de pós-graduação como afirmava Blay (2006) e ainda se pode constatar. Especificamente na região Nordeste, é evidente essa ausência de reconhecimento, exceção conquistada pelo NEIM/UFBA.

No entanto, o progresso em relação à contribuição da perspectiva feminista ainda é tardio e lento no Brasil e nem todos os núcleos e grupos têm o alcance do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher-NEIM/UFBA, que criou o pioneiro Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos-PPGNEIM, de mestrado e doutorado, reconhecido pela CAPES. Falta muito a se alcançar. Apesar do Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2010 ter proposto a inclusão de gênero nos cursos de formação docente e nas diretrizes e metas da educação superior, pouco se avançou (CARVALHO, 2012) no decênio e, recentemente, na votação do novo PNE 2014-2024, houve disputa e retrocesso na inserção da perspectiva de gênero na educação.

O reconhecimento formal dos núcleos tem ficado a cargo dos interesses das equipes que buscam sua formalização. Os diversos entraves em termos de burocracia das universidades têm contribuído para que muitos grupos e núcleos se mantenham à margem da estrutura formal.

É importante destacar que algumas conquistas dos núcleos e grupos resultam de uma extensa luta travada na academia para o reconhecimento e legitimidade do tema em questão. Ainda persistem resistências e em alguns espaços da academia condições desfavoráveis e hostis sobre os estudos e pesquisas acerca dos estudos de gênero (COSTA, SARDENBERG e VANIN, 2010).

A criação dos núcleos e grupos possibilitou a organização e discussão centrados nas questões feministas e, portanto, uma identidade.

CAPÍTULO II: CATEGORIAS DE ANÁLISE E ABORDAGEM DE PESQUISA

Este capítulo discorre sobre as categorias de análise as quais esta pesquisa se ancora. Traz os conceitos de identidade definida como um processo de construção social, a identidade de resistência e de projeto, a identidade de gênero entendida como uma construção sociocultural baseada no sexo, a identidade feminista como uma identidade coletiva que almeja os mesmos objetivos e instituição definida como uma rede simbólica sancionada pela sociedade. Apresenta a narrativa (auto) biográfica como metodologia privilegiada e as entrevistas narrativas o recurso utilizado para a coleta de dados.

2.1 Identidade

Castells (1999) define identidade como o processo de construção de significados baseados em uma característica cultural. Para um determinado sujeito, podem existir identidades múltiplas. Diante dessa multiplicidade, é necessário distinguir identidade de papéis. Esses são definidos por normas que as instituições e organizações da sociedade estruturam. Por exemplo: ser mãe, trabalhador, sindicalista, avô. Já identidade é o significado construído através do processo de individuação de um indivíduo. Em resumo, identidades constituem significados enquanto que papéis constituem funções (CASTELLS, 1999). Para ele, toda e qualquer identidade é construída.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p. 23).

A identidade aqui privilegiada será a identidade coletiva, a qual funciona como uma espécie de rede entre os vários atores que interagem entre si, compartilhando os mesmos objetivos, sendo importante para o processo de transformação social (CASTELLS, 1999). Por exemplo, o feminismo.

Considerando que a identidade é sempre construída em um contexto envolvido por relações de poder, esse sociólogo propõe a origem e diferenciação entre a identidade de resistência e identidade de projeto.

A identidade de resistência criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas, estigmatizadas pela lógica da dominação vigente, conseguem resistir a essa dominação baseados em princípios próprios diferentes dessa dominação. Essa identidade induz à formação de comunidades para que se possa desconstruir e resistir às formas de opressão, discriminação, desigualdade reproduzidas e conservadas pelos grupos dominantes. É possível encaixar-se aqui as mulheres engajadas na luta pela desconstrução dos padrões determinados pela sociedade patriarcal.

A identidade de projeto ocorre quando os atores sociais se apropriam do material cultural e a partir dessa apropriação constroem uma nova identidade e redefinem sua posição na sociedade buscando a mudança de toda a estrutura social. A identidade de projeto produz sujeitos que agem coletivamente em busca de um mesmo ideal. Como o movimento feminista que, a partir da construção da nova identidade da mulher, faz frente a toda uma estrutura construída pela sociedade patriarcal, que dita os modelos historicamente estabelecidos que os sujeitos devem seguir. Por exemplo, a identidade de gênero.

2.2 Identidade de gênero

A teoria feminista estabeleceu o conceito de gênero como construção social baseada na diferença sexual, a partir do sexo biológico. A posição da mulher na sociedade não é definida pela natureza, e sim por todo um aparato social e político, que cria padrões universais que naturalizam uma certa feminilidade (COLLING, 2004).

Falar de gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina (COLLING, 2004, p. 29).

Essa construção delimita espaços onde homens e mulheres podem atuar, estabelece as diferenças e diz que ambos não são iguais (PASSOS, 1999).

O aprendizado de gênero acontece na família, na escola e em diversas instituições e práticas sociais. Os brinquedos na infância, os jogos na adolescência, nosso vestuário, os gestos e o palavreado que nos são ensinados e as relações estabelecidas com os grupos de pares e com as pessoas adultas vão nos informando sobre como é ser homem e ser mulher na sociedade e nos levam a distinguir quais atitudes são as mais apropriadas a cada gênero (CARRARA et al, 2009, p.26)

Assim, cria-se uma expectativa social em relação à maneira como os homens e mulheres devem se comportar na sociedade. As mulheres aprendem a ser submissas, subservientes, obedientes, boazinhas; os homens, são ensinados a serem fortes, inteligentes, viris, líderes. As mulheres que apresentam as qualidades ditas masculinas são vistas como malvadas, mal comportadas. “Como desde os tempos imemoriais os machos são condicionados para a atividade e a agressividade e as fêmeas para a passividade e a submissão, daí se deduz que se trata de um fato natural ligado à biologia dos dois sexos” (BELOTTI, 1981, p.19).

Essa categoria de análise, gênero, permite investigar, analisar e desconstruir essas diferenças focando na equidade, quer seja na vida pública e privada, quer seja nas áreas do conhecimento científico. Questiona-se então o gendramento das identidades (identidade masculina e feminina), o gendramento das práticas sociais (trabalho de homem e de mulher) e o gendramento do conhecimento (ciência dura e mole).

Em suma, essa categoria evidenciada pelo movimento feminista, representou um aporte decisivo não apenas para um novo, outro modo de fazer ciência, mas para as transformações das estruturas sociais (BANDEIRA, 2008). Portanto, essas transformações se darão a partir do empenho coletivo das várias mulheres que compõem esse movimento.

2.3 Identidade feminista

As diversas identidades que fazem parte do movimento feminista, são autoconstruídas, ou seja, “a não expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder em que as mulheres se mobilizam com o intuito de mudar “de como são para o que desejam ser, já que se identificam com o movimento. Logo, reivindicar uma identidade é construir poder” (CASTELLS, 1999, p. 235).

O feminismo busca redefinir a identidade da mulher determinada pela visão masculina e cultuada pela família patriarcal. Seja através da busca pela igualdade, da afirmação da diferença ou da separação, a identidade tradicional da mulher é negada (MANSBRIDGE, citada por CASTELLS, 1999).

A identidade feminista aqui apresentada refere-se à identidade coletiva. Pois apesar do movimento feminista ser diverso, as mulheres buscam objetivos comuns, como direitos de decidir sobre seu próprio corpo, uma reconstrução de sua imagem reduzida a objeto sexual, a quebra da dicotomia feminino X masculino, igual valorização das qualidades femininas (em relação às masculinas) e a busca pela equidade de gênero. “Existe, portanto, uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS, 1999, p.211).

Assim, a identidade ou identidades feministas são construídas a partir do coletivo, do movimento:

Esse movimento criado discursivamente é a entidade que inspira ativistas do movimento e perante a qual se sentem responsáveis... E é uma responsabilidade que se manifesta pela identidade.... Exige que se considere o coletivo como uma identidade meritória, e cada pessoa, individualmente, como parte dessa identidade. Identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas.... Hoje, as identidades feministas são criadas e fortalecidas quando as feministas se unem, agem em conjunto e lêem o que outras feministas escrevem. Falar e agir dá origem às teorias de rua e as unge de significação. A leitura mantém as pessoas ligadas e faz com que pensem. As duas experiências, de transformação pessoal e de interação, tornam as feministas “interiormente responsáveis” ante o movimento feminista (MANSBRIDGE apud CASTELLS, 1999, p. 211).

Dessa forma, entre as identidades diversas que constituem o movimento está o objetivo comum de contestar as formas de discriminação e opressão e tudo isso se alicerça numa teorização própria como vimos anteriormente.

A afirmação das identidades, marcada através do pertencimento a um determinado grupo social, torna-se também um fator de mobilização política. Essa afirmação possibilita uma ressignificação das identidades partindo do que elas têm em comum

Como resultado deste processo, as identidades projetadas pelo movimento dialogam com a sua própria diversidade interna, fazendo como que o eixo comum de reconhecimento das mulheres como feministas (portanto, sua identidade política) preserve uma gama de diferenças e se relacione com outros marcadores que as singulariza em termos de etnia, classe, orientação sexual, religião, entre outros, como se pode verificar nas organizações de ‘feministas lésbicas’, de ‘mulheres negras’, de ‘mulheres camponesas’, de “feministas católicas”, etc (WOITOWICZ, 2015, p. 9).

Nesse contexto, identidade feminista e movimento feminista estão vinculados sendo possível cada mulher que se reconhece feminista narrar a construção de sua identidade e a inserção no movimento feminista.

Assim, a identidade feminista se constitui numa instituição, pois as mulheres buscam através de seus valores feministas a igualdade social, legal e cultural das mulheres.

2.4 Instituição

Para Castoriadis (1982), a instituição e a alienação não são inerentes à história. “A alienação surge como uma modalidade da relação com a instituição e por seu intermédio, da relação com a história” (CASTORIADIS, p. 140).

A alienação nas sociedades históricas surge impregnada na estrutura de classe e no domínio e poder da minoria sobre elas. Mas a alienação ultrapassa esses traços. A superação da alienação implica a eliminação desse domínio e poder. No entanto, essa superação vai além disso. Pois a alienação sempre existiu em sociedades que não apresentavam uma estrutura de classe e uma diferenciação social. Numa sociedade de alienação, a classe dominante também se encontra em estado de alienação, já

que a sociedade se encontra alienada às suas instituições (CASTORIADIS, 1982).

E porque numa sociedade de alienação, a própria classe dominante está em situação de alienação: suas instituições não têm com ela a relação de pura exterioridade e de instrumentalidade que lhe atribuem às vezes marxistas ingênuos; ela não pode mistificar o restante de sociedade com sua ideologia sem mistificar-se a si mesma ao mesmo tempo. A alienação apresenta-se de início como alienação da sociedade às suas instituições, como autonomização das instituições com relação à sociedade.

Dessa forma, a classe dominante não pode mascarar sua ideologia para alcançar o que almeja sem alienar-se primeiro. Essa alienação a que Castoriadis se refere, trata-se de uma obediência àquilo que cada instituição determina, como a escola, casamento, religião, visto que cada uma possui sua rede simbólica.

Castoriadis contesta a visão funcionalista, a qual explica a instituição como uma função a ser preenchida na sociedade. Tendo captado a necessidade de preencher essa função, “os homens teriam criado conscientemente uma instituição adequada” (p. 140), e a partir de então encarregou-se dessa função. Para ele, a sociedade não se reduz apenas ao preenchimento das suas necessidades, ela inventa e reinventa novas maneiras de atendê-las. Uma vez que a sociedade está em constante transformação, novas necessidades vão surgindo, independente da sua “natureza”.

Não será evidente que, desde que abandonamos a companhia dos macacos superiores, os grupos humanos constituíram outras necessidades que não apenas as biológicas? Conhecemos as necessidades de um ser vivo, do organismo biológico, e as suas funções correspondentes; mas o organismo biológico não é mais que a totalidade das funções que cumpre e que o fazem viver. Um cachorro come para viver, mas também podemos dizer que vive para comer: viver, para ele (e para a espécie cachorro) não é senão comer, respirar, reproduzir-se etc. Uma sociedade só pode existir se uma série de funções são constantemente preenchidas (produção, gestação e educação, gestão da coletividade, resolução dos litígios etc.), mas ela não se reduz só a isso, nem suas maneiras de encarar seus problemas são ditadas uma vez por todas por sua “natureza”; ela inventa e define para si mesma tanto novas maneiras de responder às suas necessidades, como novas necessidades (CASTORIADIS, 1982, p. 141).

Neste sentido, os estudos feministas surgem nesse movimento de transformação para atender às necessidades de grupos que se encontram à margem da sociedade, especificamente do que trata este trabalho, a saber a luta das docentes para

que os estudos feministas tenham reconhecimento enquanto conhecimento científico.

O conceito de instituição, utilizado neste trabalho como categoria de análise, refere-se a “uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (CASTORIADIS, 1982, p. 159). Para Castoriadis, tudo ao nosso redor está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico e as instituições exercem um papel fundamental na sociedade, sem as quais seria inimaginável existir. Afirma também que as instituições se constituem no simbólico, sendo possível existirem apenas no simbólico e que cada instituição organiza sua rede simbólica. Assim, cada instituição constitui suas normas, valores, moral, representações, mitos, ideologias. Essa constituição, que ele define como simbolismo institucional, não é neutra; ademais, “a sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. No entanto, essa constituição não é ‘livre’, já que a ordem simbólica apoia-se no que já está dado, existe, e para tal, atribui significado (CASTORIADIS, 1982, p.147).

Esses significados diferem de sociedade para sociedade. “Para uma sociedade que conhece a existência desse animal, o leão significa a força. Imediatamente, a juba assume para ela uma importância simbólica que provavelmente nunca teve para os esquimós” (CASTORIADIS, 1982, p.147). Os sistemas simbólicos socialmente sancionados como, por exemplo, uma religião, um sistema de direito, um poder instituído, ligam símbolos (significantes) a significados. Os significados são as “representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências, – significações no sentido amplo do termo”; estas ligam símbolos (significantes) a significados para “fazê-los valer como tais”, para “tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

Portanto, as relações sociais são sempre instituídas porque existe uma rede simbólica, “não porque tenham uma vestimenta jurídica, mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas” (CASTORIADIS, 1982, p. 151).

Um título de propriedade, um ato de venda é um símbolo do “direito”, socialmente sancionado, do proprietário de proceder a um número indefinido de operações sobre o objeto de sua propriedade. Uma folha

de pagamento é o símbolo do direito do assalariado de exigir uma quantidade estabelecida de cédulas que são o símbolo do direito de seu possuidor de dedicar-se a uma variedade de atos de compra, cada um deles vindo a ser, por sua vez, o simbólico. O próprio trabalho que está na origem desta folha de pagamento, embora eminentemente real para seu sujeito e em seus resultados, é constantemente percorrido por operações simbólicas (no pensamento daquele que trabalha, nas instruções que recebe, etc.).

Discordando do marxismo, o qual define instituição como pertencente à superestrutura e determinada pela infraestrutura, o autor diz que, se assim fosse, veríamos as instituições apenas como “formas”, sem relações simbólicas no seu interior. Ou seja, primeiro se institui no imaginário, para posteriormente se estruturar.

Nesse raciocínio, as docentes têm seus grupos de estudos de gênero instituídos antes de serem instalados fisicamente e formalizados na academia, graças à mudança cultural mais ampla operada pelo feminismo. Visto que os estudos de gênero trazem consigo sua rede simbólica, a saber, o interesse de pôr fim às diversas formas de opressão às quais as mulheres são submetidas, rompem na academia com o simbolismo institucional, que não é neutro e agrega valores universais, estabelecidos. Ameaçam o androcentrismo da universidade.

2.5 Abordagem da pesquisa

A metodologia aqui privilegiada foi a narrativa (auto) biográfica sendo a entrevista narrativa o principal recurso utilizado para a coleta de dados.

A discussão sobre essa terminologia foi trazida para o Brasil através do Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) biográfica CIPA e pela Associação Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica (BIOgraph) influenciada pelas discussões de diversos/as pesquisadores/as da França e de outros países. O intuito foi agrupar os diversos estudos, terminologias que existiam neste campo para classificar os termos: biografia, autobiografia, história de vida, escrita de si, pesquisa narrativa (NUNES, 2014).

A fim de dar unidade a essas diversas terminologias, PASSEGI (2010) justifica a utilização do termo (auto) biográfico e escrita de si. O primeiro compreende todo o material que existe a respeito de uma vida e que possibilita tanto a construção de toda a vida quanto de fragmentos dela. Nesse sentido, antes da realização das entrevistas com

os sujeitos, pesquisei sobre a vida acadêmica das feministas (via Plataforma Lattes), e-mail, internet. O segundo refere-se aos textos escritos pelos/as próprios/as autores/as (PASSEGI, 2010).

A escolha da metodologia já citada deve-se ao fato de que a narrativa (auto)biográfica fornece material rico para a pesquisa, pois “conduz a profusão de temas relacionados a processos identitários; questões de gênero; inserção/inclusão/exclusão social; estresse laboral, estratégias de filiação; modos de aprender; formas de ser...” (PASSEGI, 2010, p. 121) e permite o/à pesquisador/a perceber a singularidade do sujeito adquirida socialmente, pois é o social que fornece os meios para a construção dessa singularidade. Possibilita enxergar o seu modo de ser, as outras pessoas ao seu redor e o meio que o circunda (NUNES, 2014). Assim, além de dar visibilidade e relevância a histórias das acadêmicas feministas que, através do engajamento político com o feminismo, objetivam desconstruir a cultura androcêntrica na instituição em que atuam, colocando-as como protagonistas da história, possibilita compreender os processos de inclusão e discussão da temática de gênero na UFMA. Ao fazer história, elas são ao mesmo tempo, sujeito quando sofrem a ação do meio em que vivem, e agente quando intervém no seu meio para modificá-lo (PASSEGI, 2010).

O interesse em narrativas tem sua origem na *Poética* de Aristóteles e está relacionado à consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007). Nesse despertar de consciência, as narrativas se tornaram um método de pesquisa bastante divulgado nas ciências sociais.

As narrativas se fazem presentes em todo lugar e são consideradas uma forma elementar de comunicação humana e universal, não havendo experiência humana que não possa se expressar na forma de uma narrativa.

A narrativa está presente no mito, lenda, fábula, conto, novela, epopéia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura (pensemos na Santa Úrsula de Carpaccio), vitrais de janelas, cinema, histórias em quadrinho, notícias, conversação. Além disso, sob esta quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar, em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa. Não se importando com boa ou má literatura, a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural: ela está simplesmente ali, como a própria vida. (JOVCHELOVITCH e BAUER 2007, p.91)

Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias de acordo com

suas especificidades aliadas à sua experiência e ao seu modo de vida. Logo, contar histórias independe da educação e da habilidade linguística. É através da narrativa que os sujeitos recordam o que aconteceu, sequenciam suas experiências e, encontrando explicações, jogam com os acontecimentos que constroem a vida individual e social. Assim, se reconstróem como sujeitos.

As três professoras da UFMA contaram suas experiências como militantes feministas, suas trajetórias profissionais e barreiras enfrentadas para introduzir e discutir na academia as questões de gênero. “Pode-se dizer então que as entrevistas autobiográficas se constituem em um momento em que as entrevistadas relembram e reelaboram o vivido, exercitam suas vozes e reapropriam-se das suas histórias, por vezes transformando-as” (RABAY, CARVALHO e SILVA, 2013, p. 65).

Contar histórias envolve a dimensão cronológica, a qual refere-se à narrativa como uma sequência de episódios, e a não cronológica, que “envolve a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos ou a configuração de um “enredo” (JOVCHELOVITCH e BAUER, p. 92), ou seja, não segue uma ordem. O enredo é fundamental para a construção de uma estrutura narrativa, pois é através dele que as pequenas histórias inseridas numa história maior adquirem sentido numa narrativa e é ele que dá sentido e harmonia à narrativa. Logo, a narrativa não é somente uma listagem de acontecimentos, mas a tentativa de conexão tanto no tempo como no sentido. No caso das histórias de vida dos sujeitos dessa pesquisa, considera-se que narram sua trajetória de envolvimento com o feminismo e demais histórias que se entrecruzam para alcançar um ideal.

A estrutura e configuração dos enredos apresentam duas funções específicas. A primeira compreende que é o enredo que define o espaço de tempo de uma narrativa, definindo o início e o fim de uma história. A segunda é que o enredo fornece critérios para a seleção dos acontecimentos que devem ou não ser incluídos na narrativa, bem como o que deve ser dito antes ou depois e como esses acontecimentos são estruturados numa sequência que vai permeando até o final da história, constituindo, assim, o sentido que o enredo dá à narrativa.

As narrativas se estendem além dos acontecimentos e do desfecho final. Seu sentido não está no fim, mas no desenrolar da história.

O sentido não está no “fim” da narrativa; ele permeia toda a história. Deste modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a sequência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo

contador de histórias: é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo. (JOVCHELOVITCH e BAUER 2007, p.93)

Segundo SCHUTZ e BRUNER (apud JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007, p.92), “a narração reconstrói ações e o contexto da maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator”. Daí a importância das experiências de vida das professoras universitárias, pois apresentam através de suas falas o momento de inserção no movimento feminista adquirindo a identidade feminista e relembrando suas trajetórias enquanto militantes e estudiosas das questões de gênero.

Desse modo, as narrativas são mais que a descrição de eventos experienciados. São ações de construção da vida social, atos que funcionam para desempenhar ou para levar a efeito aquilo que se articula. Abordam uma transformação, um trabalho de construção subjetiva que se abre à possibilidade de ser outro do que se é (CASTRO, 2013), “implicam um entrelaçamento com as experiências sociais e com as vivências cotidianas em que figuram múltiplos personagens” (RAGO, 2011, p. 7).

No interesse desta pesquisa, as narrativas são úteis também para

Projetos que combinem histórias de vida e contextos sócio-históricos. Histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam. Narrativas de guerra são clássicas neste ponto, como também as narrativas de exílio político e de perseguição. (SCHUTZ, 1997, citado por JOVCHELOVITCH e BAUER 2007 p. 104)

Neste contexto, as histórias de vida das docentes ganham destaque, pois ao articular a vida pessoal e profissional em prol do reconhecimento das questões de gênero na universidade em que atuam, se inserem no contexto social mais amplo nas lutas das mulheres e no movimento feminista.

2.6 Campo e sujeitos de pesquisa

O campo onde os sujeitos da pesquisa se inserem é a Universidade Federal do Maranhão UFMA, que se localiza na região Nordeste do Brasil. De acordo com o site dessa instituição, atualmente conta com oito campi: São Luís, Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz. Os sujeitos da pesquisa estão inseridos no campus da capital do estado, São Luís. Segundo a professora Dra da UFMA, Iran de Maria Leitão Nunes, além dos grupos das professoras entrevistadas, a UFMA conta com mais dois grupos sobre Gênero: o Grupo de Estudos de Gênero, Memória e Identidade-GENI do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o recém-criado Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, História e Mulheres, no Campus de Grajaú. Foi realizada uma busca no site dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, e seu constatou que apenas o GEMGe e o GERAMUS constam como cadastrados.

QUADRO 2: Grupos cadastrado no CNPq

Grupo/fundação	Objetivo/Linhas de pesquisa	Líderes	Titulação
1. GEMGe - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 2002	Dar visibilidade à participação feminina no espaço acadêmico, mediante elaboração de dicionário ressaltando o tecido de sua audácia nas instituições escolares e práticas educativas.	Diomar das Graças Motta	Doutorado
		Iran de Maria Leitão Nunes	Doutorado
		Maria das Dores Cardoso Frazão	Mestrado
		Maria José Lobato Rodrigues	Mestrado
		Raimunda Nonata da Silva Machado	Doutorado
2. GERAMUS - Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico- Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos, 2006. Tem divulgado sua produção em eventos locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais.	Propiciar a articulação com: Conselho Municipal da Condição Feminina, Coordenadoria Municipal da Mulher, Rede Amiga da Mulher para o Enfrentamento da Violência de Gênero, grupos de mulheres, órgãos públicos e ONGs, além do NIEPEM/UFMA, desenvolvendo atividades de capacitação, eventos, estudos e pesquisas.	Silse Teixeira de Freitas Lemos	Doutorado
	- Desenvolvimento, relações de gênero, étnico-raciais e geracionais - Estudos Culturais, Relações de Gênero, Étnico-Raciais e Geracional - Movimentos de Mulheres e Feminismos - Mundo do trabalho, relações de gênero, étnico raciais e geracional - Políticas Públicas, Serviço Social, Relações de Gênero, Raça-Etnia e Geracional - Violência de gênero, étnico-racial e geracional	Silvane Magali Vale Nascimento	Doutorado

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

Na UFMA os grupos são regulamentados pelo CONSEPE e cadastrados no CNPq, a exemplo do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero-GEMGe e o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos-GERAMUS. O Núcleo Interdisciplinar de

Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero-NIEPEM não é formalmente institucionalizado na Universidade Federal do Maranhão, mas é filiado à REDOR, e sediou dois encontros na UFMA, em 1998 e 1999. O NIEPEM se articula com os dois grupos citados.

O recorte se deu com as docentes entrevistadas devido a sua militância política e envolvimento nas questões feministas. Como esta pesquisa é fruto de um projeto de pesquisa mais amplo, como já citado na introdução, os grupos GENI e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação não apareceram no levantamento dos núcleos e grupos existentes nas regiões norte e nordeste filiados à REDOR. Tentou-se, na época, contactar o GENI via consulta na internet, mas não obtivemos sucesso. Em seguida, procuramos o nome da atual dirigente na Plataforma Lattes e também não obtivemos êxito. O conhecimento da existência do segundo grupo foi informado por uma das professoras da UFMA, Iran de Maria Leitão Nunes. E segundo ela, é o mais antigo dos três grupos

Apresenta-se no quadro 3 uma breve trajetória pessoal e profissional das docentes por nome, idade, estado civil, formação profissional e militância. No momento das entrevistas (2014) suas idades eram 56, 57 e 72 anos. Duas são casadas e todas têm filhos ou filha. Todas são das Ciências Humanas. As informações foram obtidas através da análise das entrevistas realizadas em agosto de 2014 e consulta na plataforma Lattes.

QUADRO 3: perfil das acadêmicas feministas

Nome, núcleo ou grupo/fundação	Idade em 2014	Estado civil, Filhos/as	Graduação	Mestrado	Doutorado	Militância antes de entrar na academia
1. Maria Mary Ferreira NIEPEM-Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero, 1993	57	Casada	Biblioteconomia, UFMA (1977-1981)	Políticas Públicas UFMA (1995-1999)	Sociologia UNESP (2002-2006).	Sim.
2. Lourdes de Maria Leitão N. Rocha. GERAMUS - Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos, 2006.	56	Casada.	Serviço Social, UFMA (1976-1980)	Políticas Públicas, UFMA (1995-1998)	Políticas Públicas, UFMA (2001-2005).	Sim.
3. Diomar das Graças Motta GEMGe – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e relações de Gênero, 2002.	72	Solteira	Pedagogia, UFMA (1968-1971)	Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas	Educação, Universidade Federal Fluminense. (1995-1999)	Não.

Fonte da autora, 2014.

Diante da observação do quadro, a formação das docentes é em Biblioteconomia, Serviço Social e Pedagogia. Elas orientam trabalhos com foco em gênero com as seguintes especificidades: mulher e política, violência contra mulher e mulher e educação. As professoras Mary Ferreira e Lourdes Leitão, iniciaram a militância política feminista antes de inserir-se na IES, exceto a docente Diomar Motta, pois *“em 1964 as questões feministas não eram bem vistas. Então eu terminei por recuar até porque não se fazia muito aqui no Maranhão, principalmente aqui em São Luís. Mas nunca deixei de ler e nem de estar a par da questão feminista.”* Porém todas militam na academia para terem reconhecidos seus trabalhos sobre mulher e relações de gênero.

Mary Ferreira, 57 anos, é natural de São Luís-MA, casada pela segunda vez, com dois filhos. É militante feminista desde o movimento estudantil. Nascida de família humilde esforçou-se muito para estudar e, em sua trajetória, coordenou bibliotecas e foi Secretária de Cultura de município do interior de São Luís. Confessa que não é fácil conciliar sua dedicação à militância feminista com outras atividades da academia, daí que não tinha ingressado na pós-graduação e não possuía grupo de pesquisa cadastrado no CNPq. Só recentemente Mary Ferreira credenciou-se na pós-graduação. Já recebeu diversos títulos e prêmios pelos trabalhos realizados na academia e na sociedade em prol das mulheres.

Lourdes Leitão, 56 anos, é natural de São Luís-MA, casada, com três filhos. Feminista, foi a primeira Secretária da Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão de janeiro/2007 a abril/2009. Foi também Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís-MA, além de participante do Fórum de Mulheres Maranhenses. Já recebeu diversos títulos e prêmios pelo trabalho desenvolvido enquanto esteve à frente da Secretaria da Mulher e na UFMA.

Diomar das Graças Motta, 72 anos, é natural de São Luís-MA, é solteira e tem uma filha. Hoje é aposentada como professora associada da UFMA. De família pobre, afrodescendente, recebeu pelo destaque de sua trajetória o prêmio de Ordem Nacional do Mérito da presidenta Dilma Rousseff em 2011. Feminista, é uma das poucas docentes negras de sucesso na academia.

Todas estão em profissões femininas.

2.7 A entrevista narrativa

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS.

A coleta de dados deu-se através de entrevista narrativa, colhida através de gravador e vídeo câmera, estimulada por um roteiro que pontuava vida pessoal, profissional e militância, considerando que “a identidade profissional, da perspectiva de gênero, é uma vivência socialmente construída e pessoalmente recriada com significados, sentidos e intencionalidade próprios” (CARVALHO, 2012, p. 10).

Realizadas no mês de agosto de 2014, as entrevistas foram transcritas, analisadas e construídas como biografias de acordo com os objetivos do projeto. Foram então enviadas via e-mail para que as professoras fizessem possíveis alterações, acréscimos ou eliminação de informações, segundo seu próprio julgamento.

Para uma aproximação inicial com os sujeitos da pesquisa, o acesso ao currículo lattes das docentes se deu em dois momentos: antes da data da entrevista ocorrida nos dias 28 e 29 de agosto de 2014 e durante a construção das (auto) biografias, nos dias 25/04/2015 e 10/01/2016.

A entrevista narrativa é uma técnica que se origina da palavra latina *narrare*, ou seja, relatar, contar uma história. É classificada como um método de pesquisa qualitativa (LAMNEK, 1989; HATCH & WISNIEWSKI, 1995; RIESMAN, 1993; FLICK, 1998 apud JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007, p. 95) e é considerada uma forma de entrevista não estruturada com características específicas. Objetiva encorajar e estimular um entrevistado a contar algum acontecimento que considere importante de sua vida e do contexto social (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007). A ideia desta técnica é reconstruir os acontecimentos sociais partindo do ponto de vista dos informantes.

Schutz (citado por JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007, p.92) sugeriu a sistematização dessa técnica de forma que os acontecimentos sociais se reconstroem partindo do olhar dos informantes o mais direto possível. Ela se sustenta na ideia de criar narrativas para fins de pesquisa social.

Na perspectiva desse método, a influência do/da entrevistador/a é mínima e o/a entrevistado/a narra os acontecimentos usando espontaneamente sua própria linguagem, ou seja, o/a entrevistador/a não interfere na linguagem do/a informante. Nesse sentido, as docentes ficaram livres para discorrer sobre suas vidas.

Preparar uma entrevista narrativa requer tempo, pois é necessária uma compreensão antecipada do acontecimento, familiaridade com o campo a ser pesquisado, levantamento de questões informais e, com base nessa preparação e no interesse do/a pesquisador/a, este/a monta uma lista de questões relacionadas ao seu objetivo de pesquisa, as quais se referem ao interesse do pesquisador/a (sua linguagem, formulações). Durante a entrevista, o/a entrevistador/a deverá atentar para as questões trazidas pelo informante durante a narração.

Assim, antes da aproximação inicial com as entrevistadas, foi realizada uma pesquisa na plataforma Lattes objetivando verificar a trajetória profissional das acadêmicas.

Schutz propõe quatro passos para se processar uma entrevista narrativa, porém, antes é importante o/a pesquisador/a se familiarizar com o campo a ser estudado “ler documentos, e tomar nota dos boatos e relatos informais de algum acontecimento específico” (SCHUTZ, citado por JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007 p. 97) e formular as questões. Essa fase, ele denomina de preparação da entrevista.

O objetivo de seguir os quatro passos seguintes servirá de orientação para o/a entrevistador/a obter uma narração rica sobre o tema de seu interesse.

1 Iniciação: Informar e explicar ao/à entrevistado/a os motivos da investigação, pedir permissão para gravar a entrevista para análise mais detalhada posteriormente. O tópico inicial introduz a narração, que deve fazer parte da experiência do/a entrevistado/a, e ser amplo para que se desenvolva uma história longa e rica em detalhes, que transite por acontecimentos passados e retorne à situação inicial.

2 Narração central: Não interromper, oferecer encorajamento não verbal para a continuação da narração, demonstrar interesse como “hum, sei, sim”, enquanto escuta, fazer perguntas mentalmente ou escrever no papel, esperar pelos sinais de finalização (“coda”), quando o/a entrevistado/a dá sinais de que a entrevista terminou. Neste momento, é permitido investigar algo mais, perguntando: “É tudo o que você gostaria de me contar?” “Há algo mais que você gostaria de dizer?”

3 Fase de perguntas (questionamento): Este é o momento em que a escuta do/a entrevistador/a produz seus resultados. Quando a narração chega ao final “natural”, o/a entrevistador/a inicia a fase de questionamento e não deve começar até que o entrevistado/a comprove com clareza o fim da narrativa central. São apropriadas apenas perguntas do tipo: “Que aconteceu antes/depois/ então”? Não se deve opinar ou fazer perguntas sobre atitudes, nem discutir sobre contradições, ou fazer perguntas do tipo “por

quê?” As fases 1, 2 e 3 devem ser gravadas para a transcrição literal com o consentimento dos/das informantes.

4 Fala conclusiva: Ao parar de gravar, são permitidas perguntas do tipo “por quê? ”, fazendo-se anotações imediatamente após a entrevista. No final, quando o gravador está desligado, ocorrem muitas vezes informações na forma de comentários informais, o que se mostra importante para a complementação contextual da entrevista. Por isso, para não perder as informações nesse momento, é aconselhável ter um diário de campo para anotações imediatamente após a entrevista. Nesta última fase, o/a entrevistador/a poderá avaliar o nível de (des) confiança percebido no/na entrevistado/a, o que constitui uma informação importante para a interpretação da narração no seu contexto.

As entrevistas individuais realizadas com as três docentes, presenciais e gravadas em áudio e vídeo, seguiram esses passos. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TECLE (ver apêndice). No final realizou-se um grupo focal, técnica de coleta de dados que, através de interações grupais busca-se discutir um tema sugerido pelo/a pesquisador/a (GODIM apud MORGAN, 1997), neste caso, buscou-se enfocar especificamente a questão da institucionalização dos estudos de gênero na UFMA.

2.8 Procedimentos para análise de entrevistas narrativas

Considerada como uma técnica para gerar histórias, a entrevista narrativa é aberta quanto aos procedimentos de análise da coleta de dados. Sua análise incide sobre a apreciação de aspectos cronológicos e não cronológicos.

A transcrição da entrevista é o primeiro passo para a conversão dos dados para a análise da narrativa. Transcrição de detalhes, elementos que estejam além das palavras como tom da voz, pausas, varia de acordo com o objetivo da pesquisa. É recomendado que o/a próprio/a pesquisador/a faça a transcrição das entrevistas (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007).

Seis passos são propostos por Schultz (citado por JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007) para análise de narrativas:

- 1 Transcrição detalhada da entrevista;
- 2 Divisão do texto em material indexado e não indexado;
- 3 Uso de todos os elementos indexados para análise da ordem da trajetória de

cada informante; os termos não indexados são investigados como “análise do conhecimento” que reconstroem as teorias operativas representando o auto-entendimento do informante;

4 Agrupamento;

5 Comparação entre as trajetórias individuais;

6 Após uma última comparação e colocadas num contexto, as semelhanças são evidenciadas culminando na identificação de trajetórias coletivas.

Além desses passos, após concluída a transcrição, analisada e construídas de acordo com os objetivos a que se pretende alcançar, são enviadas para os sujeitos para que possam fazer alterações que julgarem necessárias e se estão de acordo com a versão enviada.

As narrativas não necessitam de comprovação nem devem ser julgadas como verdadeiras ou falsas. Expressam a verdade sob o ponto de vista do/da informante, uma situação particular no tempo e no espaço. Estão sempre presentes num contexto sócio- histórico e devem ser compreendidas dentro deste contexto.

Precisamos ter muita sensibilidade para perceber as imaginações e distorções que configuram toda narrativa humana, precisamos também prestar atenção à materialidade de um mundo de histórias. Ela tanto representa o indivíduo (ou uma coletividade), como se refere ao mundo além do indivíduo. Antes de entrar em campo, precisamos estar equipados com materiais adequados para que possamos compreender e dar sentido às histórias que coletamos (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007, p. 110,111).

Assim, antes de dar início a técnica citada, se faz necessário uma aproximação preliminar com o campo para que seja possível extrair as informações necessárias para o objetivo que o/a pesquisador/a pretende alcançar.

A análise não começou propriamente apenas após a coleta e sistematização dos dados. Os objetivos e questões de pesquisa já foram guiando as elaborações da investigadora até a construção do texto final da dissertação.

A pergunta que norteou esta pesquisa foi como três professoras com perfis peculiares e distintos, articulam a militância política feminista e o desenvolvimento da carreira acadêmica empreendendo a institucionalização dos estudos de gênero na UFMA? Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos:

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi recuperar as histórias de vida das três acadêmicas feministas da UFMA, em suas dimensões pessoal, profissional e

política, através de entrevistas narrativas. Cada biografia construída está incluída no apêndice.

O segundo objetivo específico pretendeu analisar como as docentes construíram tanto suas identidades feministas no percurso de suas vidas pessoal e profissional quanto as estruturas (núcleos, grupos) na instituição universitária onde se inserem, constituindo a institucionalização dos estudos de gênero. Este objetivo compõe o capítulo 3.

O terceiro objetivo pretendeu caracterizar a evolução da institucionalização dos estudos de gênero na IES (via núcleos, grupos), com base nas práticas pessoal, profissional e política das entrevistadas. Também será tratado no capítulo 3.

CAPÍTULO III OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NA UFMA: SUJEITOS, REPRESENTAÇÕES E DESAFIOS/OBSTÁCULOS.

No Brasil, os estudos feministas tiveram início nos anos 1960, com a publicação do trabalho de Heleieth Saffioti: *A mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Devido ao autoritarismo e à repressão do regime militar, esses estudos só começam a ganhar força e serem visibilizados a partir das comemorações do Ano Internacional da Mulher, em 1975 (COSTA, SARDENBERG E VANIN, 2010).

É a partir desse acontecimento que são criados grupos e núcleos em associações científicas e em várias universidades. Esses grupos e núcleos constituem em espaços privilegiados para a troca de experiências e aprofundamento da problemática das relações de gênero contribuindo para um pensamento crítico sobre a sociedade brasileira (SARDENBERG, 2005).

Em 1980 inicia-se a expansão dos estudos de gênero no Brasil. Núcleos, ONGs, instituições, centros de pesquisa e grupos defensores das causas das mulheres procuravam fazer uso do novo conceito, iniciando assim o período da institucionalização dos estudos de gênero e incorporação do conceito em diversos núcleos, grupos, associações (ZIRBEL, 2007).

Neste contexto, em 1991, a Universidade de São Paulo (USP) realiza o “I Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras” coordenado pela professora Eva Blay (CARVALHO, 2014). Na ocasião se fizeram presentes as representantes dos núcleos do norte e nordeste que puderam constatar as disparidades regionais existentes no seu campo de estudos. Assim, surgiu a necessidade de se buscar uma aproximação maior entre os núcleos das duas regiões, objetivando unir forças e recursos para minimizar as discrepâncias regionais existentes (SARDENBERG, 2005).

Em 1992, o NEIM, da UFBA realiza um encontro a fim de aproximar as regiões norte e nordeste:

Com uma pequena verba fornecida pela Fundação Ford, as coordenadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), localizado na UFBA, convocaram as estudiosas das questões da mulher e de gênero das diversas universidades do Norte e Nordeste para uma reunião, na qual estiveram presentes 9 grupos de pesquisa. Assim, por iniciativa das professoras feministas do NEIM/UFBA, a

REDOR nasceu do I Encontro Regional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher Relações de Gênero do Norte e Nordeste (RABAY, CARVALHO e SILVA, apud CARVALHO, 2014, p. 12).

Assim, foi fundada a REDOR, uma ONG, sem fins lucrativos, constituída por núcleos, grupos de estudo e pesquisa sobre mulheres e relações de gênero pertencentes a instituições de ensino superior das regiões Norte e Nordeste. Com o objetivo de congregar e articular grupos e núcleos, estimular e desenvolver estudos sobre a mulher e relações de gênero nessas duas regiões, esta rede atualmente conta com 35 grupos/núcleos afiliados e ligados às universidades do Norte e Nordeste (CARVALHO, 2014).

A REDOR não só aproximou e articulou os núcleos e grupos existentes nessas duas regiões, mas também estimulou a criação de novos núcleos e grupos, liderados por acadêmicas feministas. Neste contexto, a discussão da temática de gênero na UFMA não se deu de forma isolada. Portanto, considera-se importante visibilizar além dos sujeitos desta pesquisa, as acadêmicas feministas que em conjunto com outras colegas levaram a discussão da temática aqui mencionada para as universidades em que atuam. Conforme o quadro 4.

QUADRO 4: Fundadoras dos Grupos/núcleos integrantes da REDOR.

Docentes	Nome do núcleo/Instituição
Cecília Sardenberg, Ana Alice Costa, Alda Britto da Motta e Malu Beloni	Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM) /Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Maria do Rosário de Fátima A. Leitão	Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência (NPAMC) /Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Benedito Medrado e Jorge Lyra	Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA) / Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Laura Suzana Duque Arrazola	Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher/ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Cristina Buarque	Área Temática Gênero, Família e Idade / Fundação Joaquim Nabuco
Nádia Regina Loureiro de Barros Lima e Elvira Simões Barreto	Núcleo Temático Mulher e Cidadania (NTMC) /Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Maria Helena Santana Cruz, Amy Adelina C. de Farias Alves, Ana Maria Vasconcelos Gonçalves e Beatriz Gois Dantas	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG) /Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Luzia Miranda Álvares	Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre a Mulher e Relações de Gênero (GEPEM) /Universidade Federal do Pará (UFPA)
Idalina Maria Freitas Lima Santiago e Cândida Moreira Magalhães	Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero / Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Celecina de M ^a Veras Sales, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Célia Gurgel do Amaral	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) /Universidade Federal do Ceará (UFC)
Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Glória Rabay	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) /Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Iraildes Caldas Torres	Núcleos de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar de Relações de Gênero no Amazonas (NEIREGAM) /Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Margaret Edul Prado de Souza Lopes	Núcleo de Estudos de Gênero na Amazônia (NEGA) /Universidade Federal do Acre (UFAC)

Fonte: CARVALHO, 2014

É no contexto da criação dos grupos e núcleos de estudos de gênero no Brasil, especificamente nas regiões Norte e Nordeste que se situam os sujeitos dessa pesquisa, no que diz respeito à inclusão da discussão da temática de gênero na universidade em que atuam.

3.1 Inserindo os sujeitos no contexto histórico do feminismo no Brasil

O Brasil passava por várias transformações na década de 1960, implicando mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas. A participação feminina no trabalho e na vida social cresceu consideravelmente neste período. O “milagre econômico” (1968 a 1973), período em que o Brasil passou por um acelerado crescimento econômico, no entanto, aumentou a concentração de renda e desigualdade. Essa mudança teve impacto na vida das mulheres

Jovens de classe média urbana que procuravam escapar do domínio de suas famílias e decidir seus próprios rumos. Para dar vazão a estes anseios emancipatórios, algumas jovens fizeram curso superior e seguiram uma carreira (conciliando-a com o casamento e a maternidade), outras assumiram certa radicalidade e passaram a frequentar o meio artístico-cultural e grupos de esquerda (ZIRBEL, 2007, p 34).

Nesse contexto, as revistas femininas passaram a refletir e a questionar a posição tradicional da mulher na sociedade. As matérias que antes enfatizavam questões voltadas para culinária, corte, costura, decoração e beleza, passaram a enfatizar uma nova posição da mulher, que buscava independência e rompia com os padrões da mulher tradicional, a exemplo da coluna A arte de ser mulher de Carmen da Silva na revista Cláudia. Essa escritora, que era uma jornalista e feminista, respondia às cartas das leitoras que falavam da insatisfação em relação a sua vida sexual “incentivando-as, através de uma linguagem convincente e acessível, a enfrentarem a situação por meio do rompimento de relacionamentos fracassados e da busca por remuneração salarial”

(ZIRBEL, 2007, p. 35).

Este trabalho de Carmen da Silva influenciou várias mulheres no que diz respeito a uma transformação em suas vidas e a abraçarem as causas feministas. Como afirma Diomar Motta: *“O meu interesse pelos estudos feministas nasce, em parte, através dos escritos em a ‘Arte de ser mulher’ de Carmem da Silva, na revista Claúdia. Li todas as crônicas dela”*.

Entretanto, no contexto da instauração do regime militar, Diomar Motta recuou. Como se sabe, o regime caracterizou-se pelo controle, censura, tortura e perseguição política. Como destaca ZIRBEL, (apud COSTA, 2007, p. 44), “a vida política parecia ter se restringido a um mínimo vital e uma grande sensação de fracasso e vazio, contrária à própria noção de política, dominava os movimentos de esquerda e os grupos feministas”.

Diomar Motta diz que nesse período, *“as questões feministas não eram bem vistas. Então eu terminei por recuar. Até porque não se falava muito no Maranhão, principalmente em São Luís”*. Apesar disso, ela não deixou de continuar as leituras feministas.

Na década de 1970, época em que Lourdes Leitão coordenava a Pastoral da Juventude, embora a discussão da temática de gênero surgisse nos encontros com as mulheres da Pastoral, a “luta principal era a creche”. Pois a Declaração de Medellín, resultado de um encontro organizado com o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), apesar de destacar as injustiças sociais e a falta de respeito aos direitos humanos, não tocava em questões como aborto, direitos reprodutivos, liberdade sexual. As discussões se davam em pequenos grupos, não publicamente.

O encontro de Medellín impulsionou a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “grupos que se organizavam para discutir textos bíblicos de cunho libertador e encontrar formas de ação organizada para superar situações de opressão e miséria” (ZIRBEL, 2007, p. 40). Dessas comunidades, surgiu um número significativo de grupos que lutavam por moradia, educação, creche e saúde. A partir de então, muitas organizações femininas e clubes de mães ganharam força no Brasil. No entanto, os papéis de mãe e esposa continuavam sendo reforçados (ZIRBEL, 2007).

Na década de 1970, o Movimento de Mulheres viu no Estado a consolidação das ações em prol da garantia dos direitos da mulher. A partir de então, algumas estratégias foram pensadas para a concretização desses direitos. Entre essas estratégias encontrava-se a organização de órgãos que tratassem dos direitos da mulher.

Para muitas feministas, era preciso reconhecer a capacidade do Estado moderno em influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, sendo um aliado fundamental na transformação da condição feminina (MOLYNEUX, apud ZIRBEL, 2007, p. 84).

Assim, inicia-se a implantação de políticas públicas e locais de apoio à mulher vítima de violência. Em 1980, surgem os primeiros SOS no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Campinas. Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que tratou de várias reivindicações da luta feminista como creche, direitos reprodutivos, planejamento familiar, violência contra a mulher. Houve investimento na educação, cultura, trabalho, saúde e sistema jurídico objetivando alterações nas leis vigentes que tratavam da representação social da mulher no Brasil (ZIRBEL, 2007).

A criação da CNDM impulsionou a criação de vários organismos voltados à garantia dos direitos das mulheres possibilitando a atuação de feministas como Lourdes Leitão que esteve à frente do Conselho Municipal da Condição Feminina, da Secretaria de Estado da Mulher. Sua biografia evidencia sua participação no processo de implementação de projetos e ações desenvolvidas acerca da implementação de políticas públicas para as mulheres, numa perspectiva feminista, em São Luís. Aliada a esse compromisso político, ela estende sua atuação para a universidade, demarcando o seu perfil.

Na conjuntura da luta e conquista por organismos em defesa dos direitos das mulheres, Mary Ferreira, junto com um grupo de militantes e estudiosas das questões de gênero, criou o grupo pioneiro do feminismo no Maranhão, o Grupo de Mulheres da Ilha, que proporcionou um debate mais amplo acerca da violência contra a mulher neste estado e criou a Delegacia Especial da Mulher, núcleos que se inseriram nos partidos e sindicatos, no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher-PAISM, e o Fórum Maranhense de Mulheres. Em sua biografia diz que

Eu posso dizer que vivi a militância intensamente, durante a década de 1980 e 1990. A história do feminismo no Maranhão, e de toda a sua luta na formulação e implementação de políticas públicas, está imbricado com a atuação do Grupo de Mulheres da Ilha, pioneiro nas discussões sobre a participação da mulher na sociedade.

O final dos anos 1980 marcou o crescimento dos estudos de gênero no Brasil. Em

menos de dez anos, a maioria dos grupos, núcleos, ONGs e instituições, buscavam usar o novo conceito, gênero, passando.

A figurar em todos os espaços historicamente entrelaçados pelo feminismo: grupos de mulheres, sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONGs, instituições governamentais, etc., apontando para a eficácia das redes de contato formadas por estas feministas e para o respeito conquistado pela militância nas décadas anteriores (ZIRBEL, 2007, p. 20).

Este fato marca a implantação do uso do conceito de gênero em diversos espaços no país.

Mary Ferreira atuava ao mesmo tempo no movimento sindical e no movimento feminista. Com a implementação do conceito de gênero neste espaço, a docente percebeu a forma como ela e as colegas eram, *“estigmatizadas e inferiorizadas. Concomitantemente comecei a atuar no movimento feminista e percebi claramente que existia uma relação de desigualdade. O feminismo despertou esse sentimento de inquietação e fiz disso um princípio”*.

É possível perceber que as três docentes possuem trajetórias e perfis diferentes. No entanto, diante da diversidade do movimento feminista, buscam por um objetivo comum: a discussão dos estudos de gênero e feministas na universidade. Essa busca se configura na identidade feminista, que perpassa tanto suas vidas pessoais quanto profissionais.

3.2 Construção das identidades feministas das acadêmicas

A análise das entrevistas narrativas evidencia que a construção das identidades feministas das acadêmicas se dá desde cedo, a partir de questionamentos e inquietações deixados pelo patriarcalismo, os quais foram aprimorados com a aquisição do conhecimento teórico dos estudos feministas e de gênero e incentivados por outras feministas que faziam parte do seu meio, especialmente nos casos de Lourdes Leitão e Mary Ferreira.

Sobre ser feminista, Diomar Motta declara que *“eu não me tornei feminista. Eu já nasci feminista. Desde que me entendo por gente, eu pelo menos já tinha nascido feminista, já tinha a concepção feminista. Eu sempre fui curiosa. Nunca me conformei em se dizer para mim: isso é uma caneta, sem eu ir atrás para saber o que é a caneta, o porquê da caneta e de onde veio”*.

Seu interesse pelos estudos feministas nasce *“através dos escritos em a ‘Arte de ser mulher’ de Carmem da Silva, na revista Claúdia. E o primeiro curso que eu fiz, ainda era aluna do curso Normal. Sempre me preocupava com a mulher que buscava sua independência, tinha personalidade própria e lutava pelo seu espaço”*. Revela a identidade de resistência, partindo de princípios próprios contrários aos da dominação vigente (CASTELLS, 1999), buscando-se, assim, uma identidade que difere do modelo de identidade construído pelo patriarcalismo.

Quando foi cursar o mestrado, Diomar Motta não teve oportunidade para desenvolver sua dissertação acerca das questões da mulher. A possibilidade surge no doutorado. *“Quando eu fui fazer o mestrado, fui desestimulada na Fundação Getúlio Vargas. Um machismo muito grande. Disseram que não teria ninguém para me orientar acerca da questão de mulher. Demonstra a falta de reconhecimento sobre a legitimidade da temática de gênero, ao contrário de outras, vistas como mais importantes, como trabalho, classe (BLAY, 2006). Quando eu fui fazer o doutorado, foi a minha grande chance”*.

Lourdes Leitão se considera feminista e comenta que não aceitava a herança patriarcal.

Eu acho que eu sempre fui feminista. Porque eu nunca obedeci e aceitei essas regras de que homem pode fazer e mulher não pode. Nas relações familiares, é até lógico que meu pai, de outra geração, pensasse assim: o homem é o provedor, a mulher, se ela tem um provedor, então ela não precisa trabalhar, não precisa estudar ter um diploma. E eu não aceitei isso.

Evidencia a negação da identidade cultuada pela família patriarcal (MANSBRIDGE, apud CASTELLS, 1999) e a negação desta, vislumbrando outra identidade.

Quando era aluna, Lourdes Leitão sonhava em chegar ao Departamento de Serviço Social, fez o concurso para a UFMA, foi aprovada e conseguiu ser coordenadora: *“era uma perspectiva que eu sempre queria: chegar um dia ao Departamento de Serviço Social. Fiz o concurso e passei. Fui coordenadora do curso durante dois anos”*. Assim que chegou na universidade, foi procurada para participar de uma pesquisa nacional coordenada por Heleieth Saffioti e Suely de Souza Almeida, da UFRJ, sobre violência contra a mulher. Decide participar da pesquisa com o

incentivo de Ieda Cutrim Batista, *“uma feminista histórica que ajudou a fundar a REDOR e que era no curso de Serviço Social a voz que clamava no deserto”*. Dessa pesquisa, Lourdes Leitão resolve fazer sua dissertação de mestrado³ *“Aproveitando os dados da pesquisa”*. Mesmo estando aposentada, continua com as atividades. Diz: *“vou só diminuir o ritmo”*.

A participação e incentivo que a docente recebe de mulheres engajadas na luta feminista evidencia a identidade de projeto (CASTELLS, 1999). Ao se apropriarem do material cultural, no caso, o feminismo, Lourdes Leitão e outras mulheres se redefinem e, ao se reposicionarem na sociedade, agem coletivamente em busca do mesmo objetivo.

Mary Ferreira diz que, embora seja oriunda de família pobre, sempre foi uma pessoa *“muito livre... e o feminismo me ajudou a acentuar mais ainda essa liberdade, o feminismo, de certa maneira, me deu uma liberdade de expressar, de falar... a minha relação com a minha família também foi influenciada pelo feminismo”*. Quando questionada pela família quando ela irá encerrar as atividades, responde: *“Não, eu só vou parar, quando eu morrer”*. Por se entregar intensamente à militância, não se dá conta do tempo que fica ausente da família e do marido: *“Sou muito cobrada pela questão do tempo. Eu acho que esse talvez seja o principal problema... tem horas que eu não percebo como eu tiro o tempo do marido e dos filhos”*.

O feminismo, para Mary Ferreira, a fez perceber as formas de desigualdade no movimento do qual participava, o sindical.

A relação desigual que tinha nesse movimento era algo que me incomodava desde as primeiras reuniões que participei. Concomitantemente comecei a atuar no movimento feminista e daí percebia claramente que existia uma relação de desigualdade. E expressava esse descontentamento com a forma desrespeitosa como éramos tratadas, às vezes até cerceadas nas nossas falas e propostas.

O feminismo despertou esse sentimento de inquietação e acho que eu fiz disso um princípio. E acho que esse princípio, que é muito forte, me fez durante toda a minha vida colocar isso como um ponto chave em toda minha história de vida em todos os sentidos: na vida familiar, na vida afetiva, na vida acadêmica, na sala de aula, em todos os lugares... Para mim isso é um princípio.

³ A atuação do poder judiciário face à questão da violência doméstica contra a mulher.

Sua percepção acerca da desigualdade existente no movimento sindical é aprimorada pelo feminismo, e, a partir de então, a inquietação se torna mais intensa, contribuindo para o seu desejo de mudança social. Assim há uma autoconstrução de sua identidade, definida como o desejo das mulheres de mudar de como estão para o que desejam ser (CASTELLS, 1999).

O aprofundamento das questões feministas para Mary Ferreira se deu através de mulheres que há muito tempo discutiam essas questões no Maranhão e na REDOR. A academia contribuiu para aperfeiçoar a sua militância:

Eu vivi a militância intensamente, durante toda a década de 1980 e de 1990, eu fiz a militância, junto com muitas professoras que ajudaram a construir o feminismo no Maranhão. Nessa época eu era apenas uma aluna, uma espécie de discípula dessas professoras que contribuíram para o processo de construção política e feminista na cidade. A REDOR, ela é um estimulador da minha produção. E nesse processo tive uma contribuição inestimável na minha elaboração acadêmica, da professora Luzia Álvares, da Universidade Federal do Pará. A Luzia Álvares foi a primeira pessoa que eu procurei e que se mostrou disponível para ler os meus primeiros artigos e foi ela que de certa maneira me incentivou, me estimulou e me deu asas para poder construir. A academia apura a prática da militância, amplia teu olhar para você poder qualificar melhor a militância.

Na universidade, foi preciso conciliar a “*militância feminista com a vida acadêmica. Eu fiz uma opção de vida por articular as duas coisas, não tem sentido que produção fique só no campo das ideias. Ela precisa circular, precisa interferir*”. Ainda assim, a professora recebe críticas de colegas da universidade sobre seu campo de pesquisa: “*Ainda existe um discurso atravessado: ‘Ah, mais ela só discute isso, só discute mulher.’*”

Corroborando com a ideia construída historicamente quando as mulheres eram excluídas do estudo, e, portanto, as universidades não foram boas para as mulheres (SCHIEBINGER, 2001). Demonstra também um menosprezo pelos estudos de gênero.

A construção dos núcleos se dá através do compromisso político das docentes, que, ao perceberem a falta de discussão nos cursos em que lecionam, criam seus grupos de pesquisa. É possível constatar nas falas de Diomar Motta e Lourdes Leitão que

mesmo estando aposentadas, continuam exercendo suas atividades. As falas das professoras mostram também que na instituição em que atuam a temática de gênero não é reconhecida como conhecimento científico, é vista como “estudos menores” e não lhe é dada a devida importância. Isso evidencia a falta de reconhecimento sobre sua legitimidade, como apontava Blay (2006), assim como as dificuldades encontradas para tratar das questões de gênero e feminismo. Revela, ainda, que por ser pesquisadora, mulher, pesquisadora das questões de gênero e feminista, as dificuldades encontradas são ainda maiores. Essa é uma visão androcêntrica, a qual aponta a mulher como sujeito incapaz de fazer ciência. Essa ideia ecoa a cultura grega quando as mulheres eram excluídas do pensamento e do conhecimento, como destacou COLLING (2004). Diz a professora Mary Ferreira:

Eu acho que todas nós mulheres, pesquisadoras feministas que optam por estudar gênero, sofrem discriminação, porque estudos sobre feminismo e gênero ainda são vistos como estudos menores, não é dada ainda a devida ênfase para essa questão, é como se nós não fôssemos chamadas pesquisadoras, parece uma pesquisa que não tem tanto valor. Então nossas dificuldades são primeiro como mulher pesquisadora, depois por ser mulher, pesquisadora e estudiosa de gênero e ainda mais feminista, pois dentro dos estudos de gênero você vê que nem todas elas trabalham com o recorte do feminismo, outro diferencial.

Para que o Departamento de Serviço Social incluísse como disciplina ‘relações de gênero’, a professora Lourdes Leitão diz que foi “*uma luta grande. Foi muito difícil para convencer as pessoas. E o que conseguimos num primeiro momento foi que ela fosse eletiva, fosse ministrada em quatro semestres para ver qual era a aceitação*”. Então a disciplina foi ministrada por ela, num curso de férias. Após vários obstáculos, a proposta de inserir a disciplina como obrigatória será encaminhada “*para as instâncias superiores da UFMA, agora a disciplina vai ser obrigatória*”.

Lourdes Leitão também ministrou disciplina optativa na residência em Serviço Social, que era aberta para outros cursos. Mas com a reforma curricular, a disciplina ficou restrita apenas ao curso de Serviço Social.

Aqui, nós temos residência em Serviço Social. Tem uma disciplina que é

ministrada por nós que é Direitos Sexuais e Reprodutivos, que discute as políticas para as mulheres na área da saúde. Eu comecei com a discussão sobre gênero, a questão da diversidade. Eu nunca tinha participado das disciplinas da residência. Foi uma experiência muito interessante porque embora ela sendo da grade curricular de Serviço Social, era aberta como optativa para outros profissionais. Tinha fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo. Só não tinha médico. Pena que agora houve uma reformulação do currículo, ela vai ser ministrada agora só para Serviço Social. É uma pena, não é, porque...

A professora Diomar Motta relata a precariedade das condições e a falta de apoio ao seu grupo: *“Eu vejo pelas dificuldades que a gente tem. Tanto que o povo morre de rir, que eu pedia tanto material teve um dia que me deram uma gaveta, eu fiz a inauguração da gaveta, para que o povo soubesse da nossa indignação”*. Desde a época em que se inseriu na UFMA, nunca viu *“nenhum reitor, nem plataforma de candidato em que a questão de gênero fosse realçada. A universidade não olha muito essa questão (mulher), ela faz aquele folclorezinho”*. Nos eventos organizados por seu grupo, a professora faz questão de registrar: *“todos os encontros, nós nunca tivemos a presença de um reitor. Ele nem se lembra”*. Em se tratando de uma instituição sancionada (CASTORIADIS, 1982) pela visão da cultura androcêntrica presente na universidade, os estudos de gênero nesse âmbito não são institucionalizados (ao contrário de cursos e disciplinas com mais prestígio, (por exemplo, os estudos sobre classe social, escravidão), mas sim, no imaginário das alunas que se interessam pela temática).

Diomar Motta ainda comenta que lutou muito para que a disciplina sobre mulher e educação fosse incluída no Curso de Pedagogia. Mas foi ofertada apenas no período em que lecionava. Diz que *“a desculpa da disciplina não ser oferecida era porque as outras disciplinas optativas do núcleo diversificado tinham que ser oferecidas. Tinha que ter dez pessoas. E a nossa sempre teve uma procura muito grande por parte das alunas de Pedagogia”*. Isso indica que os estudos de gênero não são tão “menores” assim.

Apesar dos obstáculos enfrentados, Mary Ferreira declara que *“com todo esse preconceito que tem em relação à mulher, eu acho que nós (Mary Ferreira, Lourdes Leitão e Diomar Motta) fizemos os estudos emergirem. Onde tem coisa de mulher, nós sempre somos chamadas para alguma coisa. Quando não sou eu, é Lourdes Leitão,*

Diomar Motta”. Apresenta uma identidade coletiva onde as docentes representam os estudos de gênero na UFMA.

As dificuldades relatadas pelas professoras evidenciam que ainda persistem resistências, clima hostil e falta de condições para a discussão da temática de gênero na universidade em que atuam e quando se dá a inclusão da temática, é de forma superficial e periférica (COSTA, SARDENBER E VANIN, 2010; MATOS, 2006) como no caso das disciplinas optativas.

3.3 Evolução da institucionalização dos estudos de gênero na universidade

A análise das entrevistas narrativas das docentes demonstra que a evolução da institucionalização dos estudos de gênero na universidade em que atuam se dá através da inclusão de disciplinas optativas, que posteriormente deixam de ser ofertadas, em seguida através da criação de grupos de pesquisa originados pelas mesmas, em parceria com colegas. É evidente que tais atitudes decorrem do compromisso político que perpassa tanto a vida pessoal quanto profissional das docentes.

Ao regressar do doutorado, a professora Diomar Motta percebeu que não existia a discussão dos estudos feministas e de gênero no PPGE e no curso de Pedagogia da UFMA. *“Eu senti que dentro do nosso Departamento não tinha nenhuma atenção para estudos feministas ou para relações de gênero. Como é que se pode ter um conjunto de cursos responsáveis pela formação docente e não fazer esse tipo de abordagem?”*

Na reforma curricular do curso, ela consegue, através de muita luta, incluir uma disciplina optativa sobre mulher e educação. No entanto, a disciplina foi ofertada apenas no período em que ela lecionava. Quando se aposentou, deixou de ser ofertada com a justificativa de que, sendo optativa, havia outras a serem ofertadas.

Eu consegui colocar ‘Educação e mulher’. Mas isso foi um barulho tão grande dentro do Departamento: Gente que nunca tinha feito nada resolveu opinar: ‘pra quê isso?’ sem uma leitura sequer sobre a questão. Daí começamos a orientar, começamos a estimular alunas e alunos. A disciplina sempre teve uma procura muito grande por parte das alunas de Pedagogia. Mas na hora que eu me aposentei a disciplina deixou de ser oferecida. Porque sendo optativa, tinha que ter dez pessoas, no mínimo, e o povo não procurava mais.

A temática passou a ser discutida com a implantação do GEMGe, grupo que segundo a professora Diomar Motta, é estruturado e de maior longevidade no PPGE, o qual a professora coordena atualmente

Começa timidamente, apenas eu e duas alunas. Convidei todas as professoras, mas só dois meses depois é que entram a Iran de Maria Leitão Nunes e a Kilza Fernanda Moreira de Viveiros, as únicas professoras que durante um bom tempo participaram do grupo. O objetivo é dar visibilidade à mulher realçando o seu protagonismo nas sociedades em múltiplas instâncias ontem e hoje, sobretudo e principalmente nos espaços de educação informal e formal. E organizamos o EMENCE.

Na sala em que o grupo se encontra, Diomar Motta diz que “*foi um acaso*” ter conseguido esse espaço. “Pois quando coordenou o VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, era necessária uma sala, que prontamente a universidade cedeu. “*O GEMGe só está funcionando aqui, porque era a coordenadora geral do Congresso. Então esta sala, que na época abrigou o Luso Brasileiro, automaticamente foi apropriada pelo GEMGe*”.

Na sua visão, tanto a inserção quanto o desenvolvimento dos estudos feministas na UFMA, Diomar Motta declara que ocorrem em “guetos”. “*Os estudos feministas aqui na universidade, são constituídos por “guetos”. O primeiro gueto foi o de Serviço Social, o segundo gueto foi o de Ciências Sociais, e Educação, temos eu, e o quarto tem Mary Ferreira, da Biblioteconomia*”.

Desde que ingressou na UFMA, Diomar Motta conta que nunca viu nenhum candidato a cargos de gestão que se importasse com as questões de gênero. O esforço para sustentar os estudos da mulher e de gênero é de algumas poucas docentes, como ela, que nem aposentada consegue se desligar.

Desde que eu estou aqui, como assessora, a partir dos anos de 1977, eu não vi nenhum reitor, nem plataforma de candidato em que a questão de gênero fosse realçada. Ela I - ne - xis - te. A universidade não tem sexo. Como no Brasil as coisas acontecem de repente, é possível que num dado momento surja alguém. Mas eu não vejo possibilidade. O que nós estamos fazendo é pelo nosso esforço. A

universidade não se preocupa, não quer olhar essa questão. Faz aquele folclorezinho. É como eu disse, são guetos, sem correlação com as demais instâncias. Então mulher em educação é Diomar Motta, Mary Ferreira, cognominada de Mary Ferreira Mulher trata delas no âmbito político; Lourdes Leitão, no âmbito social, e esteve na gestão da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Mas termina sendo eu sozinha em educação. E agora como neo aposentada, faço um esforço louco para não estar todos os dias no campus, discutindo sobre a questão, mas mesmo assim vou até ter uma sucessora.

Evidencia-se, assim, o não reconhecimento de uma temática gerada no movimento feminista e que já conquistou amplo reconhecimento acadêmico em universidades do hemisfério norte e no campo das políticas públicas globalmente (CASTELLS, 1999) Nas instâncias maiores da universidade, os estudos feministas e de gênero não são institucionalizados, já que as instituições são instituídas no imaginário da sociedade e posteriormente se projetam nas estruturas e dizem o que deve ou não ser sancionado (CASTORIADIS, 1982).

Desde que regressou do doutorado, a luta de Diomar Motta tem sido constante em busca de inserir questões de gênero e, principalmente, formar uma massa crítica para que continue o seu legado.

Lourdes Leitão insere a discussão da temática desde a graduação, em disciplinas que ministrava através de oficinas.

Eu sempre fazia uma oficina para as pessoas se identificarem. Quem são essas mulheres que estão fazendo o curso, quem é aquela turma. E era interessante que algumas vezes teve situações em que a aluna não conseguiu participar das oficinas. Em pesquisa apareciam pessoas querendo discutir questão de gênero e a gente discutia, já pensando no TCC. Mas a gente encontra também aquelas que dizem: 'Eu quero estudar sobre a mulher, mas eu não quero estudar sobre feminismo. Não quero estudar sobre gênero.' Isso que é interessante! "

Nos trabalhos de conclusão de curso, as alunas demonstravam interesse em trabalhar com as questões de gênero e na Pós-Graduação também: “quando vêm as orientações, geralmente vêm para mim”. Porém, apesar do crescimento do interesse na

temática, Lourdes Leitão considera que é preciso avançar mais.

A professora participava de um grupo de pesquisa no Departamento de Serviço Social em que temáticas como família, criança, adolescente, violência eram colocadas, com exceção das questões de gênero. Só então a partir de uma pesquisa sobre expectativas e experiências de geração de trabalho e renda de mulheres, a professora Lourdes Leitão e demais colegas perceberam

Que precisávamos criar um grupo que discutisse isso mais especificamente. Aí eu já tinha voltado do doutorado, eu já podia coordenar o grupo, uma colega que já tinha se aposentado estava na UEMA, também era doutora, aí nós criamos o nosso grupo sobre mulheres, feminismo, relações de gênero e étnico-raciais. Depois de um tempo, nós incluimos geração também.

A criação dos grupos é estratégica por serem espaços privilegiados para troca e aprofundamento da temática de gênero a fim de contribuir para a percepção das mais variadas formas sutis de opressão existente na sociedade brasileira (SARDENBERG, 2005).

Outra forma de discutir a temática é a promoção da jornada de políticas públicas e dos colóquios, concomitantemente. Como diz Lourdes Leitão: “*A partir da segunda jornada, em 2000, foi criado o Colóquio, sempre com a temática da jornada: gênero e políticas públicas. Já fizemos quatro Colóquios. No ano que vem vai ser a VI jornada*”.

Enquanto esteve à frente da Secretaria de Estado da Mulher no Maranhão, Lourdes Leitão conseguiu colocar a Secretaria como campo de estágio para as alunas do curso de Serviço Social. “*Foi muito interessante essa experiência que acabou com a mudança de governo. Eu acho que hoje têm estagiárias, mas de uma universidade particular, não da UFMA*”.

Logo que Mary Ferreira foi contratada pela UFMA, iniciou as articulações para a criação de um núcleo:

Realizamos as primeiras reuniões com as pesquisadoras que já atuavam na universidade e eram dos movimentos feministas ou já tinham produção acadêmica dentro dos estudos de gênero, que no caso eram eu, a professora Lourdes Leitão, Ieda Batista, a professora Sandra Nascimento, que é da

Sociologia, a professora Terezinha Moreira Lima do Departamento de Serviço Social e a professora Diomar Motta do Departamento de Educação. Então fomos nós, que demos início à construção do núcleo de estudos e pesquisa. A partir de então começa a se articular um debate mais intenso sobre os estudos de gênero na UFMA

A professora declara que o Grupo de Mulheres da Ilha foi o pioneiro do feminismo no Maranhão e tinha *“uma presença muito significativa dentro da universidade. Nesse sentido, não foi digamos assim, difícil levar a discussão para dentro da universidade, o debate”*. O problema foi ter apoio material: *“Entretanto, foi difícil desde o começo para garantirmos esse espaço político e acadêmico, enquanto estrutura de um local, de apoio logístico. Isso a gente não teve. O primeiro impasse foi em relação onde o núcleo ficaria, quem financiaria. E aí ficou patente que havia uma antipatia em relação a nossa proposta”*.

Mary Ferreira não conseguiu formar um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq diz que

Cada professora começou a se engajar em um programa de Pós-Graduação e no programa cada uma foi criando e fortalecendo seu grupo e por conta disso eu não movimenteiei meu grupo, criei meu grupo, mas nem mexi e também faltava a história da minha vinculação à pós, e outras questões foram puxando.

Apesar disso, ela afirma que insere a discussão da temática nas disciplinas que ministra. No entanto, confessa que tem dificuldades em discutir as questões de gênero em seu curso, Biblioteconomia.

é uma área extremamente técnica, com um discurso ‘tecnologicuês’ e uma prática política ainda muito atrasada. Tem sido um desafio a cada dia. A Biblioteconomia é uma profissão feminina, mesmo assim se tem uma visão extremamente patriarcal nas questões de gênero.

Mesmo assim, insiste. Do seu esforço, se tem alguns resultados: *“algumas alunas que começam a estudar gênero na Biblioteconomia e também a discutir política, algumas questões de política, mercado, representação social ‘Ah, isso é para*

professora Mary Ferreira'.

O NIEPEM acaba sendo uma referência mesmo ele não sendo institucionalizado. Alunas de outros Departamentos, no Centro de Ciências Humanas - CCH elas acabam vindo atrás da gente para orientar, para ver os resumos delas. E queira ou não queira nós três sempre somos chamadas para representar alguma coisa representando as mulheres pesquisadoras de estudos de gênero da UFMA.

Atualmente Mary Ferreira está vinculada ao programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. Criou e representa o NIEPEM, associado à REDOR, que já sediou e organizou dois encontros da rede na UFMA: o 7º Encontro, em 1998, e o 15º Encontro, em 2009, com diversas publicações (FERREIRA, 2012).

3.4 Identidade feminista: a desconstrução do conhecimento androcêntrico

Pelo exposto, evidencia-se que a construção da identidade feminista das docentes caracteriza-se pelas inquietações, curiosidades e insatisfação com a herança deixada pelo patriarcalismo. A partir dessa percepção, conseguem, no percurso de suas vidas, construir formas próprias de resistência a essa herança, com a aquisição das identidades de resistência, de projeto e feminista, concordando com MASNBRIDGE (apud CASTELLS, 1999) que as identidades feministas são adquiridas, não concedidas. A partir dessas identidades aperfeiçoadas pelo feminismo, se posicionam perante a sociedade e buscam coletivamente uma transformação nas relações de gênero.

A construção da identidade de cada docente se dá de forma similar, tanto no âmbito pessoal, suscitada pelas inquietações com a herança patriarcal, quanto profissional, incentivada por pessoas que abraçam o feminismo. Assim, seus objetivos se cruzam, e as lutas pelas causas feministas são fortalecidas em conjunto com outras mulheres que abraçam essas causas na busca pelos mesmos objetivos, configurando-se na identidade coletiva que, a partir da luta em prol de um objetivo comum, se configura na identidade feminista (CASTELL, 1999).

Apesar das barreiras mencionadas e de serem de áreas diferentes, as docentes persistem buscando um objetivo comum, que é o reconhecimento enquanto conhecimento científico dos estudos feministas e de gênero por parte da instituição. Pois a ciência moderna é resultado de um longo processo de exclusão das mulheres.

Portanto, para inseri-las no campo do conhecimento que historicamente foi destinado aos homens, se faz necessário uma transformação quer seja na cultura mais ampla, quer seja no método e conteúdo desse campo do saber (SCHIEBINGER, 2001). É possível perceber essa transformação a partir das práticas dos sujeitos dessa pesquisa pois seus interesses e empenho se configuram pela identidade coletiva que, segundo Castells (1999), alimenta o empenho coletivo pela busca do reconhecimento e a construção de uma cultura contrária à ciência androcêntrica (YANNOULAS, 2000).

A identidade feminista é a mola propulsora para que as docentes insiram a discussão da temática na universidade onde atuam através das disciplinas optativas, curso de férias e em residência universitária. É através dessa estratégia que as docentes conseguem institucionalizar os estudos de gênero, nos cursos os quais fazem parte, mas não na universidade como um todo, pois os estudos feministas e de gênero não são sancionados pela sociedade patriarcal e a cultura androcêntrica existente na universidade, já que apresenta objetivos, valores, significados contrários ao da instituição socialmente sancionada: a universidade. Concordando com (CASTORIADIS, 1982), as instituições se constituem no simbólico, para posteriormente se projetarem nas estruturas; elas organizam toda a sua rede simbólica, como as normas, valores, e levam consigo essas normas para as estruturas. Como a universidade, que já traz consigo todo um aparato simbólico. Neste aparato simbólico encontram-se condutas de segregação, conhecimentos considerados universais, como a cultura androcêntrica. Por isso, os obstáculos enfrentados, o não reconhecimento dos estudos feministas e de gênero e a discriminação por serem pesquisadoras dessa temática.

A construção dos grupos se dá através da identidade feminista. Com a percepção da ausência da discussão nos seus cursos, criam os grupos. O primeiro passo para a criação dos grupos, é a identidade feminista. Sendo feministas, as docentes batalham por um objetivo presente neste movimento, que é o fim das práticas culturais e políticas androcênticas, culminando na igualdade social, política e cultural das mulheres.

Assim, a inclusão e discussão da temática de gênero e feminismo na UFMA se dá num primeiro momento, em disciplinas optativas, no caso das professoras Diomar Motta e Lourdes Leitão; no entanto, essa iniciativa pode sofrer descontinuidade quando as professoras se afastam. Daí a importância da inserção em disciplinas obrigatórias, conseguida por Lourdes Leitão. Num segundo momento, se dá através de grupos de

pesquisa, no caso do GEMGe e GERAMUS, vinculados a programas de Pós-Graduação e cadastrados no CNPq, que debatem sobre as questões de gênero e feminismo. Elas e seus grupos organizam seminários, fóruns, congressos, possuem produção científica, orientam trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses de doutorado.

Apesar de Mary Ferreira não ter conseguido formar um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, discute a temática nas disciplinas que ministra pela sua iniciativa e disposição individual. Embora seu núcleo não seja cadastrado no CNPq, a professora afirma que o mesmo se torna uma referência quando as alunas a procuram para orientar os trabalhos de conclusão de curso. No conceito de institucionalização de Castoriadis (1982), evidencia-se o significado da temática de gênero para essas alunas, logo, institucionalizada, pois para elas, os valores das causas feministas e de gênero são sancionados.

A falta de apoio estrutural para que o grupo de Mary Ferreira se instale na universidade, ou para que o NIEPEM se institucionalize na UFMA e acolha os demais grupos, corrobora o conceito de instituição de Castoriadis (1982), visto que o grupo citado é institucionalizado no imaginário das alunas que a procuram, mas não nas instâncias superiores da UFMA.

Embora os grupos sejam independentes⁴, no momento da organização dos eventos, as docentes se articulam e se apoiam para disseminar conhecimentos que visam refletir, problematizar e desconstruir a cultura androcêntrica no interior da universidade, através da identidade feminista (CASTELLS, 1999). No entanto, não há um núcleo interdisciplinar que congregue os três grupos. Uma questão a ser aprofundada em outras pesquisas.

Diante dos obstáculos, como os já citados, as docentes feministas conseguiram institucionalizar os estudos de gênero nos grupos que coordenam. No entanto, a instância superior ainda não vê a temática institucionalizada de acordo com o conceito de instituição (CASTORIADIS, 1982), como uma rede sancionada pela sociedade. Percebe-se isso na precariedade das condições de trabalho.

Por fim, as evidências de que a temática seja institucionalizada em parte, na UFMA, são os grupos coordenados pelas docentes, a procura das alunas por disciplinas optativas e orientações de TCCs. Mas não nas instâncias superiores da universidade

⁴ Na UFMA, não há um grupo interdisciplinar que congregue os três grupos.

citada, como atestam o não comparecimento de reitor nos eventos organizados pelo GEMGe, os obstáculos e a não oferta das disciplinas optativas (apesar da procura por parte das discentes tanto no curso de Pedagogia quanto em Serviço Social, e na residência), o descaso em não disponibilizar sala para que os grupos se instalem, (no caso do GEMGe, foi um acaso). Se os estudos feministas e de gênero fossem institucionalizados na instância superior, já teriam se projetado nas estruturas, pois primeiro se institui no imaginário, para só então se estruturar (CASTORIADIS, 1982).

Não seria ingênuo enfatizar que, se as docentes não tivessem a identidade feminista, pouco se teria avançado sobre a discussão de gênero na UFMA. Essa identidade perpassa tanto a vida pessoal como profissional, ou seja, articulam ambas, institui, ainda que de forma limitada, os estudos de gênero na universidade pesquisada.

Considerações finais

Historicamente fomos confinadas ao espaço doméstico, às intermináveis tarefas do cuidado, a seguir o modelo de boa mãe e esposa. Nossa identidade encontrava-se sub-representada na visão masculina que culminou em nossa invisibilidade. Não tínhamos participação no espaço destinado aos homens: o público, lugar onde o poder se concentrava. Não tínhamos voz, nosso saber e nossas histórias não tinham importância.

Foram anos de exclusão quer seja da ciência, quer seja do acesso à educação, direitos políticos, civis e sociais. Como vimos, diversas mulheres fizeram grandes descobertas no campo científico, mas que, no entanto, continuavam exercendo o papel secundário de assistentes de seus maridos.

Diversas foram as formas de nos excluirmos da participação na sociedade: desde a ideia propagada do modelo de boa mãe e esposa que ficou a cargo da educação, à crença de pacto com o demônio que resultou na morte de muitas mulheres na fogueira, a invisibilidade na história.

No contexto de insatisfação da hierarquia entre o sexo masculino e feminino, fomos em busca dos nossos direitos. E conseguimos (o que não implica dizer que a luta acabou) graças ao movimento feminista que deixou uma vasta contribuição para a sociedade sendo impossível negar, não reconhecer o que esse movimento deixou.

São inegáveis as contribuições que o movimento feminista trouxe para a humanidade quando problematizou e trouxe o debate à tona sobre questões antes desconsideradas como os direitos à educação, ao voto, de decidir sobre o próprio corpo, ao divórcio, à participação no mercado de trabalho, e a crítica das experiências e conhecimentos masculinos, considerados como universais.

Este novo pensamento crítico adentrou as universidades através dos grupos de estudos feministas e de gênero que aí se estabeleceram, através de lutas e resistências, liderados por mulheres feministas que aliam teoria e prática e fazem do feminismo um compromisso político para que as contribuições e os saberes das mulheres tenham lugar na academia, transformando a cultura androcêntrica vigente.

Nessa direção, esta dissertação recuperou e registrou as histórias de vida de três acadêmicas feministas da UFMA, buscando demonstrar a articulação entre o “pessoal” e o “institucional” em suas narrativas (auto) biográficas.

A construção das identidades feministas das docentes se dá no percurso de suas

vidas pessoal e profissional, cada uma com suas peculiaridades: Diomar Motta lembra o matriarcado familiar e na carreira acadêmica vai visibilizar as mulheres na história da educação; Lourdes Leitão não aceitava os valores da família patriarcal e vai se engajar na luta por políticas públicas para as mulheres; Mary Ferreira se confronta com as práticas machistas no sindicato e vai se dedicar intensamente ao movimento de mulheres. Das inquietações pessoais sobre o patriarcado, aos estudos de gênero, incentivados inicialmente por outras feministas, e possibilitados pela própria inserção acadêmica, seus percursos e objetivos se cruzam, fortalecendo sua identidade feminista (CASTELL, 1999).

A pergunta que norteou esta pesquisa foi como três professoras com perfis peculiares e distintos, articulam a militância política feminista e o desenvolvimento da carreira acadêmica institucionalizando os estudos de gênero na academia?

Suas identidades feministas estão intimamente interligadas tanto pessoal quanto profissionalmente, e é através delas que conseguem inserir a discussão da temática de gênero na UFMA, cada uma a seu modo: Mary Ferreira, na militância social e acadêmica; Lourdes Leitão, articulando pesquisa e gestão de políticas públicas; Diomar Motta, usando suas estratégias para promover a pesquisa sobre a história da educação das mulheres, sem entrar em confronto. É através de suas práticas articuladas com suas identidades feministas que institucionalizam, ainda que de forma limitada, os estudos de gênero na instituição de educação superior em que atuam sendo os indicadores dessa institucionalização os grupos de pesquisa que coordenam e a inserção de disciplinas optativa e obrigatória no currículo.

Apesar das docentes terem reconhecimento no campo social, organizar seus grupos, desenvolver pesquisas, os obstáculos para que os estudos de gênero sejam reconhecidos ainda existem, evidenciando que esses estudos, embora tenham se inserido, limitadamente, permanecem no gueto na instituição pesquisada. Essa afirmação se fundamenta no fato de que foi possível inserir disciplinas optativas, dependentes da atuação dessas professoras militantes. Viu-se que quando a professora Diomar Motta se aposentou, a disciplina Mulher e Educação deixou de ser oferecida; e que a professora Lourdes Leitão está tentando tornar a disciplina Relações de Gênero obrigatória, cada uma em seu curso ou programa.

Assim, pode-se concluir que foi possível trazer os estudos de gênero para a academia, mas o desafio é institucionalizá-los além da militância dessas acadêmicas

feministas pioneiras. Como pontuou a professora Diomar Motta, é preciso formar e deixar uma massa crítica: uma nova geração de acadêmicas feministas.

Perante as barreiras, as professoras feministas conseguiram institucionalizar os estudos de gênero nos grupos de pesquisa que coordenam. Todavia, a instância superior ainda não vê a temática institucionalizada de acordo com o conceito de instituição (CASTORIADIS, 1982), como uma rede sancionada pela sociedade. Evidencia-se isso pelas condições de trabalho em que as docentes exercem seus ofícios.

Portanto, a institucionalização só se dará efetivamente quando os valores feministas forem reconhecidos e disseminados, além do esforço dessas pioneiras.

O legado dessas professoras deve ser reconhecido, pois foi visto que a lutas das três não cessaram:

Diomar Motta, aposentada, continua indo para a universidade discutir as questões de gênero e coordena o GEMGe, que ela criou junto à Pós-Graduação em Educação.

Lourdes Leitão mesmo estando aposentada, ainda faz parte do Fórum Maranhense de Mulheres, é professora colaboradora da Pós-Graduação e integra o GERAMUS, também criado por ela.

Mary Ferreira não percebe o tempo que fica distante da família, devido a sua intensa dedicação às atividades feministas, tanto fora quanto dentro da academia, em especial à pesquisa sobre as mulheres na política.

O protagonismo dessas acadêmicas feministas deve ser visibilizado: Diomar Motta, foi a primeira mulher negra a receber a Ordem Nacional do Mérito pela presidenta Dilma Rousseff; Lourdes Leitão foi a primeira Secretária de Estado da Mulher do Maranhão; Mary Ferreira, em união com outras militantes feministas, criou o pioneiro grupo feminista no Maranhão, o Grupo de Mulheres da Ilha, que por sua vez criou a Delegacia da Mulher.

Por fim, o desenvolvimento desta pesquisa suscitou outras possibilidades de investigação e aprofundamento: Por que não há um núcleo interdisciplinar que congregue os grupos GEMGe, GERAMUS, NIEPEM, GENI e demais grupos que discutem a temática de gênero, mulheres e feminismo na UFMA? Como se deu o processo de discussão e inclusão dos estudos de gênero e feministas em outras universidades do Norte e Nordeste brasileiro? Quem são as mulheres protagonistas desse processo? Quais as visões e compreensões de alunas e alunos dos cursos da

Graduação e Pós-Graduação sobre os estudos feministas e de gênero?

Espero que este estudo sirva de estímulo para outras pesquisas, que ampliem a discussão acerca da institucionalização dos estudos de gênero nas instituições de educação superior, e visibilizem as narrativas (auto) biográficas de mulheres docentes feministas de diferentes gerações.

Referências

BANDEIRA, Lourdes Leitão. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. Rev. Estud. Fem., Abr 2008, vol.16, no.1, p.207-228.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Tradução de Ephaim F. Alves. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História**. Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNES, 1992. p.7 – 37.

BLAY, Eva Alterman. Núcleos de estudos da mulher x academia. **Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa**. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf. Acesso em: 19/10/2014.

CARVALHO, Maria Eulina P. de MONTANÉ, Alejandra. **Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil: avanços e limites**. **Labrys**, v.22, julho/dezembro de 2012. Disponível: <http://www.labrys.net.br/labrys22/education/maria%20eulina.htm>. Acesso em: 30/01/2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR: do pessoal ao institucional**. Projeto de pesquisa. João Pessoa/PB, 2012.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR: do pessoal ao institucional**. Relatório Projeto de pesquisa. João Pessoa/PB, 2014.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz; SILVA, Karina Ingredy Leite da. **Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no norte e nordeste do Brasil**. 37ª Reunião da Anped, Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: 37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/.../Trabalho-GT23-3761.pdf

CARRARA, Sergio; HEILBORN, Maria Luiza; ROHDEN, Fabiola; ARAUJO, Leila, BARRETO, Andreia (Orgs.). **Gênero e diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, sexualidade, Orientação sexual e Relações Étnico-Raciais**. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaude, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Roney Polato de; **Escritas-narrativas de estudantes problematizando relações de gênero e sexualidade**. 36º Reunião da Anped. Goiânia, 2013. Disponível

em: <http://36reuniao.anped.org.br>. Acesso em: 30/01/2015.

COLLING, Ana. A construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: STREY, Marlene N. (Org.). **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-38.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Gênero. Universidade Federal Fluminense, s/data. Disponível em: www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380 Acesso em: 10/12/16

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B.; A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. **Revista Estudos Feministas** Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16171/14722>

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2009, 2010. Presidência da República**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 57-72. Disponível em: www.spm.gov.br/central-de-conteudos/.../spm-nucleos-web.pdf Acesso em: 20/01/16

SARDENBERG, C. M. B. **Para re-tecer a Rede: reflexões sobre a trajetória da REDOR**. In: 1º Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: feminismo e universidade na América Latina. Salvador, Bahia: NEIM/UFBA, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara, O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. **Labrys, estudos feministas**, janeiro/dezembro 2009. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>. Acesso em: 28/03/15.

FERREIRA, Maria Mary. **Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. São Luís: Redor; NIEPEM, 2012.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GODIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf. Acesso em 15/01/016

JOVCHELOVITCHI Sandra; BAUER Martin V. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 90-113.

KYRIAKOS, Norma. Movimento feminista em debate. In: BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. (Org.). **Gênero e Educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras**. São Paulo: Ícone, 2007.

MATOS, Marlise. **A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de**

estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: A experiência da REDEFEM. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf Acesso em: 20/10/2014.

MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. **Prática docente: reproduzindo gênero nas relações pedagógicas na sala de aula** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2010.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. Pesquisas (auto) biográficas em educação: contribuições à história das mulheres. In: SANTANA, José Rogério. (Org.). **Golpe de 1964: História, geopolítica e educação**. Fortaleza: EdUECE, 2014, p. 209-228.

PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. (Org.). **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. Editora Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-128.

PASSOS, Elizete. Gênero e identidade. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda (Org.). **Olhares & Diversidades: os estudos de gênero do Norte e Nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPB; REDOR – N/NE, 1999, p. 19-32.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M.S.Corrêa. 1 ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina P. de; SILVA, Lucimeiry Batista da. Feministas e Acadêmicas: O papel da REDOR no fortalecimento dos Estudos feministas e de gênero na educação superior do Norte e Nordeste do Brasil In: MONTANÉ, Alejandra; CARVALHO, Maria Eulina P. de (Org.). **Mujeres y Educación Superior**. Editora UFPB, 2013. p. 163-188.

RABAY, Glória de Lourdes Leitão Freire; **Mulheres na Política e Autonomia**. 272 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte de Natal, de Natal, RN, 2008.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, Luiz Antônio F.; SABATINE, Thiago T.; MAGALHÃES, Boris R. (orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília, SP: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 01-18. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf. Acesso: 15 nov. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, julho/dezembro, 1995. Disponível em: www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001

TOSI, Lúcia. Mulher e Ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a Ciência Moderna. **Cadernos Pagu**, vol. 10 pp 369-397. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51187

WOITOWICZ, Karina Janz. **Entre a identidade e a diferença: um percurso histórico e conceitual acerca dos estudos de gênero**, II Congresso Internacional de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Disponível em: www.cih2015.eventos.dype.com.br/.../1430077299_ARQUIVO_Artigo.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. 2012 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/.../241321.pdf> Acesso em 10/11/2015.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, setembro/dezembro, 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/131/131>. Acesso em 12/04/2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Diomar das Graças Motta



Créditos: Diomar Motta

Graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade do Maranhão (1968 -1971), Mestra em Educação (1972 – 1973) e Doutora em Educação (1995 - 2000). Professora associada da Universidade Federal do Maranhão, aposentada desde 26/03/2016; orientadora de Mestrado e Doutorado; fundadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero – GEMGe. Primeira professora maranhense, negra a receber a Ordem Nacional do Mérito no Grau de Cavaleiro (2014). Sua produção foca os seguintes temas: Maranhão, Educação, História, Mulher e Feminismo

Diomar das Graças Motta

Diomar Motta tinha 72⁵ anos na época da entrevista, em 2014. Nasceu em São Luís, capital do estado do Maranhão. Solteira, tem uma filha adotiva. Afrodescendente, original de família pobre, é a quarta filha entre cinco irmãos e quatro irmãs. Sobre os irmãos e irmãs, um faleceu na infância, quatro concluíram o ensino médio, uma irmã concluiu o antigo ensino primário, duas o curso técnico em Contabilidade, outra Odontologia. Diomar Motta foi a única a alcançar o doutorado.

Começou a lecionar cedo, aos 13 anos de idade, para contribuir no orçamento familiar. Ministrava aulas no turno noturno para empregadas domésticas, preparava adolescentes para exame de admissão e alfabetizava crianças⁶. Aos 18 anos, concluiu o curso Normal.

Em 1968 ingressou no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da então Fundação Universidade do Maranhão, (federalizada em 1979), concluído em 1971. No ano seguinte é aprovada na seleção do primeiro curso de mestrado no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, concluído em 1973. Em 1995 ingressou na primeira turma do Doutorado em Educação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, concluído em 2000. Ingressa na carreira docente em 1992, aprovada em primeiro lugar.

Diomar Motta revela que foi criada pela mãe biológica Carolina Terezila Ferreira Motta e pela tia paterna Evarista, a quem chamava “*mãe Vadi*”. Segundo ela:

Porque minha mãe casou muito cedo, aos dezoito anos. Meu avô era muito rígido. Ela casa, com mais ou menos uma diferença de cinco anos em relação a papai. Logo o que papai faz? Vai buscar sua única irmã, que era empregada doméstica, para poder tomar conta da casa, porque de casa mamãe não sabia nada. Era uma pessoa que saía todo dia: pela manhã, ia à missa e à tarde fazia compras e visitas. Na época de política, andava de comitê em comitê. Ela se dava com todos os políticos. Papai não participava dessas coisas. Embora pensasse que a mudaria, mas ele nunca deu muito jeito em mamãe (risos). Porque era uma pessoa que tinha a liberdade na alma. Só fazia o que queria,

⁵ Entrevista concedida em 28/08/2014.

⁶ Informações retiradas da Revista Profissão Docente. Disponível em: www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/890/1107. 15/01/2016

mas não era uma pessoa de briga. Mamãe era festeira, boa gente. Quem cuidava e mandava na casa era essa minha tia. Não esqueço: mamãe gostando de rua e mãe Vadi tomando conta da casa.

Sua mãe tem os três primeiros filhos, e passados oito anos, então, nasce Diomar Motta: *“E fui uma quarta não muito bem recebida por ela, porque depois de mim, ela teve seis. E dizia assim: ‘Por causa de ti é que eu tenho esse monte de criança’.*

Sendo criada pela mãe biológica e pela tia, Diomar Motta cresceu num matriarcado que a marcou. Quem tinha voz era primeiro a mãe e a tia, o pai era o último a tomar as decisões: *“Lá em casa era um matriarcado muito forte. Papai era o último a dizer as coisas. E também pouco ele se importava. Faz isso, faz aquilo, vai isso, vai aquilo. Elas eram que diziam tudo. Então esse matriarcado me marcou muito. ”*

Fala com amor e admiração da tia que a criou e a adorava. Entre os dez irmãos e irmãs, foi a única que a chamou de mãe, os outros irmãos de Ista, mas jamais tia.

Foi a pessoa que eu mais amei na vida. Tinha uma cabeça à frente do seu tempo. Como ela era mais velha do que papai, ele a obedecia. Ela era tão adiantada, pois me lembro que dizia assim: ‘minha filha, tenha um filho’. Ela nunca disse ‘casa’. ‘Tenha um filho, para eu poder criar enquanto estou viva, enquanto eu posso’. Mamãe não admitia muito esse tipo de conversa. Uma pessoa que morreu com 80 anos, mas com o mundo feminino para ninguém botar defeito. Eu era intocável, porque como fui a única que a chamei de mãe, o resto a respeitava, principalmente quando dizia: ‘não toca nela, por causa disto... Ninguém me tocava.

Foi de seu pai o estímulo para estudar. Ele pretendia, ao falecer, não deixar herança para a esposa nem para filhos e filhas: *“Porque ele sabia que ia morrer primeiro que mamãe e ao ficar viúva, ele não deixaria pensão para o outro marido gozar da mulher dele e dos bens da viuvez”* Nem para filhos e filhas, *“assim dizia: ‘Pai só precisa dar duas coisas para filho: Dar a vida, quando o faz, e educação’.* Logo, os estudos seriam sua obrigação. E sua mãe, que lia muito, desde jornais, romances e revistas, corroborava com essa opinião.

Então lá em casa estudar era obrigação. Uma das minhas frustrações era que quando chegava ao final do ano e dizia: passei, Mamãe respondia: ‘é dever e obrigação’. Eu nunca ganhei um presente. Para os últimos filhos ela saía e comprava sorvete. Mas comigo era sempre dever e obrigação. Mamãe dizia: ‘mulher tem que estudar, mulher para casar tem que saber’. Eu estudei tanto e nunca casei (risos).

Relembra que sua mãe, além de criar os cinco filhos e cinco filhas, ainda criou mais oito. Totalizando, dezoito crianças. Eram os filhos e filhas de parentes e de amigos/as. Entre essas crianças, uma menina que o pai não permitia que estudasse e a mãe de Diomar Motta conseguiu “driblá-lo”.

Esta fez o então primário no interior. Mamãe ao ir para lá a trouxe, dizendo que viria marcar com ponto de cruz uma toalha. Essa menina veio, fez ginásio, o ensino médio, foi para São Paulo com minha irmã e fez Jornalismo. Depois de muito tempo que ela bordou a bendita toalha. Mamãe se metia nas coisas e conseguia. Muito danada mamãe! Fazia tudo isso muito na dela. Muita gente passou lá em casa. Todo esse povo estudou, trabalhou e se formou.

Uma das características socioculturalmente atribuídas às mulheres, a vaidade, fora incentivada pela mãe de Diomar Motta, desde sua infância.

Eu era muito engraçadinha. Sempre de laço, porque mamãe era vaidosa. Eu dormia de laço, enfeitada. Para poder tirar o laço, eu tinha que dormir. Porque quando eu acordava, que passava a mão na cabeça e não estava com o laço, abria o berreiro. Mamãe caprichava no enfeite de todos nós. Emperiquitava-nos o tempo todo. Muito laço, muita pulseira. Isso lá em casa era uma coisa terrível!

E daí veio um pouco essa questão do ser mulher. Mamãe foi uma pessoa que até morrendo, agoniada, mas era de cabelo no bobe. Porque ela não se levantava sem passar talco e rouge. Dizia: eu gosto é de rouge de marreteiro (camelô à época). Mamãe era arrumadérrima. Ela dizia muito para nós: o traje não faz o monge - (aumentava a conotação) – mas o fá-lo parecer de longe. Lá em casa tinha que se arrumar, andar arrumada. Tu achas que uma filha de mamãe saia

desarrumada? E daí até hoje eu não sei andar desarrumada de forma nenhuma! Minha mãe adorava comprar bolsinha para as filhas. Eu sempre fui muito disciplinada. Então eu ia e voltava com minha bolsa de lado (risos). Aquela coisa de ser mulher, do enfeite.

Diomar Motta diz que sempre foi curiosa, inconformada com respostas sem explicações. Comenta, também, que não se tornou feminista. Já nasceu feminista. Seu interesse pela temática surge através das leituras da revista Claudia. Quando ainda era aluna do curso Normal, em 1960, fez seu primeiro curso sobre mulher.

Eu sempre fui curiosa. Nunca me conformei em se dizer para mim: isso é uma caneta, sem eu ir atrás para saber o que é a caneta, o porquê da caneta e de onde veio.

Desde que me entendo por gente, já tinha a concepção feminista. Apesar de não gostar de “etiquetas acadêmicas”. O que eu gosto mesmo é de ser mulher. O meu interesse pelos estudos feministas nasce, em parte, através dos escritos em a ‘Arte de ser mulher’ de Carmem da Silva, na revista Claudia. Li todas as crônicas dela. E o primeiro curso que eu fiz, ainda era aluna do curso Normal. Depois tudo que aparecia sobre a temática eu fazia. Sempre me preocupava com a mulher que buscava sua independência, tinha personalidade própria e lutava pelo seu espaço.

Contudo, houve um momento em que Diomar Motta recuou. Era a década de 1960. E nesse período, *“as questões feministas não eram bem vistas. Então eu terminei por recuar. Até porque não se falava muito no Maranhão, principalmente, em São Luís”*. Esse fato não a impediu de continuar suas leituras feministas.

Quando foi cursar o mestrado em Educação na Fundação Getúlio Vargas, em 1972, Diomar Motta não teve oportunidade para desenvolver sua dissertação acerca das questões de mulher. O motivo alegado era a falta de orientador/a para essa temática, como se refere: *“Quando eu fui fazer o mestrado, fui desestimulada na Fundação Getúlio Vargas. Um machismo muito grande. Disseram que não teria ninguém para me orientar acerca da questão de mulher.”* Só no doutorado conseguiu trabalhar com as questões feministas.

Quando eu fui fazer o doutorado, foi a minha grande chance. Durante esse período eu corri muito. Fiz curso de tudo o que havia sobre mulher, mas sempre buscando a questão educacional, que é muito rara. Concluída a tese comecei a minha atuação. Eu sou uma pessoa que gosta muito de trabalhar com as questões de mulher, especialmente professora.

Sua pesquisa se debruça sobre a identidade da mulher nas instituições escolares, pois acredita que, nesses espaços, elas são invisibilizadas. Afirma que há diversas temáticas relacionadas à mulher, mas mulher em educação é raro. Diz com entusiasmo que o primeiro trabalho acerca de mulher em educação foi o seu, na Universidade Federal do Maranhão.

O que sempre me preocupou foi a identidade da mulher no espaço escolar. No campo educacional parece que ninguém é mulher. E aqui na Universidade, quando eu entrei, as questões da mulher eram só sobre saúde e movimento social. Tanto que quem começa a escrever e então visualizar a mulher em educação sou eu. O primeiro trabalho foi meu. Porque tinha trabalho sobre mulher que plantava cana, mulher que sofria, mulher que apanhava, mulher que brigava, que entrava na política. Mas mulher em educação.... Aqui, na universidade, os estudos começaram por baixo, pelo útero da mulher. A mulher professora não era vista. Sobre esta causa venho lutando até hoje, tentando fazer alguma coisa pelas questões feministas, com mulheres professoras.

Diomar Motta ressalta a necessidade da memória do legado da educação feminina e argumenta que há algumas docentes mulheres realizando vários trabalhos, mas que são invisibilizadas.

E até porque gênero é uma categoria que nasce na história. E você, para poder falar de mulheres professoras, quer queira, quer não temos que buscá-la dentro da história da educação. E aí você descobre que a vida de professora não se acaba no quadrado de sala de aula. Nós temos professoras fazendo muita coisa, contribuindo para o legado da educação maranhense. Mas só os homens aparecem.

Quando regressou do doutorado, na década de 2000, Diomar Motta percebeu que

não existia a discussão dos estudos feministas e de gênero no Programa de Pós-Graduação em Educação e no curso de Pedagogia da UFMA.

Eu senti que dentro do nosso Departamento não tinha nenhuma atenção para estudos feministas ou para as relações de gênero. Na verdade, quem sai na frente é o Serviço Social, depois a Biblioteconomia. Dentro dos dois Departamentos, ligados à educação era temática que ninguém, mas ninguém falava. Como é que se pode ter um conjunto de cursos responsáveis pela formação docente e não fazer esse tipo de abordagem? É impressionante como as licenciaturas, de um modo geral, não dão atenção para os estudos feministas.

A temática passou a ser discutida com a implantação do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero – GEMGe, criado em 15/02/2002

Começa timidamente, apenas eu e duas alunas. Convidei todas as professoras, mas só dois meses depois é que entram a Iran de Maria Leitão Nunes e a Kilza Fernanda Moreira de Viveiro. As únicas professoras que durante um bom tempo participaram do grupo. A Prof^a. Dr^a. Kilza encontra-se na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estudos centrados na infância.

Na reforma curricular do curso de Pedagogia, Diomar Motta consegue, através de muita luta, incluir uma disciplina optativa sobre mulher e educação. No entanto, a disciplina foi ofertada apenas no período em que ela lecionava. Quando se aposentou, deixou de ser ofertada com a justificativa de que, sendo optativa, havia outras a serem ofertadas.

Eu consegui colocar 'Educação e mulher'. Mas isso foi um barulho tão grande dentro do Departamento. Gente que nunca tinha feito nada resolveu opinar: 'pra quê isso?' Sem uma leitura sequer sobre a questão. Daí começamos a orientar, começamos a estimular alunas e alunos. A disciplina sempre teve uma procura muito grande por parte das alunas de Pedagogia. Mas na hora que eu me aposentei a disciplina deixou de ser oferecida. Porque sendo optativa, tinha que ter dez pessoas, no mínimo, e o povo não procurava mais. A professora Iran Nunes ao retornar do doutorado espera motivar alunos e alunas para sua oferta.

Mas nós continuamos a estimular as meninas para trabalhar com a temática, porém as barreiras têm sido enormes, sobretudo no mestrado em Educação e no Departamento de Educação.

Diomar Motta revela que o GEMGe é que “*tem se sustentado sem haver nenhuma quebra*”, é o grupo mais estruturado e de maior longevidade no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Fala com entusiasmo dos objetivos, abordagem e pesquisas do grupo:

O objetivo é dar visibilidade à pessoa mulher, realçando o seu protagonismo nas sociedades, em múltiplas instâncias, ontem e hoje, sobretudo e, principalmente, nos espaços de educação informal e formal. Os/as participantes do grupo são homens e mulheres que se interessam pela temática, tanto da graduação, da pós-graduação, como de instituições públicas e privadas, que trabalham com a educação.

Nós buscamos teóricos/as, estudiosos/as das múltiplas áreas, que têm inserido o sujeito mulher em suas produções. Então aqui nós lemos de tudo um pouco, desde que haja mulher no meio. Nós temos pesquisa inserida nacional e internacionalmente, concernente aos estudos feministas, história da educação e relações de gênero.

O trabalho em equipe busca, através das leituras, o aperfeiçoamento do próprio grupo, sua visibilidade, tanto em termos regional, nacional e internacional, aprimorando a cultura acadêmica e as pesquisas das alunas.

E a vantagem do GEMGe é que as mulheres presentes demonstram que este conhecimento é de grande importância. Não só a nível local, como internacional. Todos e todas sempre estão participando de algum evento. Tem integrantes que atravessam o oceano Atlântico, vão aos países e apresentam seus estudos. E todas são professoras! O salário é deste tamanho. Mas nós todas damos muito valor em nos apresentar. Então é uma visão de mulher que não é cheia de queixumes, pobreza, não posso, não dá. Tudo aqui nós podemos.

Basta querermos.

Com isto melhoramos a cultura acadêmica, as dissertações e as teses. A nossa finalidade não é que as leituras e as pesquisas se encerrem numa dissertação ou numa tese de doutorado, mas que vá, além disso.

O GEMGe organiza encontros acadêmicos, como o EMEMCE (Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar), que iniciou em caráter regional e atualmente se realiza em caráter internacional. Diomar Motta destaca que esses encontros não têm o devido reconhecimento institucional.

O EMEMCE também tem trabalhado com a interdisciplinaridade. Nós já estamos na quarta edição. Na primeira, nós trabalhamos a memória e o cotidiano escolar; na segunda, com a questão da territorialidade; na terceira, com as masculinidades hegemônicas e subalternas; e o último, com a questão da violência, mas a violência centrada no espaço escolar, sobretudo violência simbólica e não só violência física. Já estamos preparando o novo EMEMCE, que deverá abordar a intergeracionalidade.

Nós queremos registrar que, em todos os encontros, nós nunca tivemos a presença de um reitor. Isso mostra que os reitores aqui “não gostam de mulher”.

Diomar Motta participa da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR, desde 1996. Em 2002 coordenou o Grupo de Trabalho– GT de Educação e nele inseriu a temática da Mulher em educação.

Foi na REDOR realizada em 2000, em Teresina no Piauí que eu apresentei a trajetória de Laura Rosa. Era uma professora normalista, e foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Maranhense de Letras. Esse ano, se fosse viva, faria 130 anos. Mas como mulher, afrodescendente, pobre, filha ilegítima, nunca publicou um livro. Entretanto, escreveu desesperadamente através de

jornais e revistas. Ainda agora, nos seus 130 anos, a Academia não vê tal possibilidade com bons olhos. E eu tenho lutado muito para isso.

Com relação à inserção e ao desenvolvimento dos estudos feministas na Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Diomar Motta declara que ocorrem em “guetos”.

Os estudos feministas aqui na universidade, são constituídos por “guetos”. O primeiro gueto foi o de Serviço Social. Hoje em dia parece que em Serviço Social é só Lourdes Leitão quem está trabalhando. O segundo gueto foi o de Ciências Sociais, que é de responsabilidade Sandra Nascimento. Tem uma boa produção, está no doutorado, é quem orienta todo mundo no que concerne à questão de estudos feministas e relações de gênero. Em Educação, temos eu, que comecei e agora já estou de saída. Estou vendo se Iran Nunes fica com essa parte. E o quarto tem Mary Ferreira, da Biblioteconomia, produzindo sobre a mulher na política.

Desde que entrou na UFMA, em 13 de maio de 1977, Diomar Motta conta que nunca viu nenhum candidato a cargos de gestão que se importasse com as questões de gênero. O esforço para sustentar os estudos da mulher e de gênero é de algumas poucas docentes, como ela, que nem aposentada consegue se desligar.

Desde que eu estou aqui, como assessora, a partir dos anos de 1977, eu não vi nenhum reitor, nem plataforma de candidato em que a questão de gênero fosse realçada. Ela i - ne - xis - te. A universidade não tem sexo. Como no Brasil as coisas acontecem de repente, é possível que num dado momento surja alguém. Mas eu não vejo possibilidade. O que nós estamos fazendo é pelo nosso esforço. A universidade não se preocupa, com essa questão. Faz aquele folclorezinho. É como eu disse, são guetos, sem correlação com as demais instâncias. Então mulher em educação é Diomar Motta; Mary Ferreira, cognominada Mary Ferreira Mulher, trata delas no âmbito político; Lourdes Leitão, no âmbito social, e esteve na gestão da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mas termina sendo eu, quase sozinha em educação. E agora como neo aposentada, faço um esforço louco para não estar todos os dias no campus,

discutindo sobre a questão, mas mesmo assim vou até ter uma sucessora.

Diomar Motta expõe a precariedade das condições de trabalho e a falta de auxílio ao seu grupo de pesquisa e, por isso, não vislumbra um núcleo que congregue os demais grupos que discutam os estudos feministas e de gênero na UFMA:

Eu vejo muito pouca probabilidade. Vejo pelas dificuldades que enfrentamos. Tanto que o povo morre de rir, devido pedir tanto material, e um dia me deram uma gaveta. Eu fiz a inauguração da gaveta. Eu fiz uma festa com a gaveta. Para que soubessem da nossa indignação.

Na sala em que o grupo se encontra, Diomar Motta diz que “foi um acaso ter conseguido esse espaço”. Quando coordenou o VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, que aconteceu em São Luís no ano de 2010, era necessária uma sala, que prontamente a universidade cedeu. “O GEMGe só está funcionando aqui, porque era a coordenadora geral do Congresso. Então esta sala, que na época abrigou o Luso Brasileiro, automaticamente foi apropriada pelo GEMGe. ”

Assim, a sala utilizada para o Luso Brasileiro ficou para o GEMGe, no entanto, a professora não divulga que a sala pertence ao grupo, mas ao Luso Brasileiro.

Por usucapião deu-se a apropriação. Hoje a sala do GEMGe reúne muita coisa, muita gente. E em ocupando o espaço trouxe a gaveta do GEMGe, (risos). Todo mundo estava muito contente com o Luso Brasileiro. Este concluído tomei conta do espaço e não me foi reclamado até hoje. Fiquei quieta, calada. Mas não disse a ninguém que a sala é nossa (risos). Eu nunca disse nessas alturas: o GEMGe está lá. Eu nunca digo: lá é a sala do GEMGe. Nunca reclamaram e nem disseram coisíssima nenhuma. Eu também não digo. Tenho a posse, mas não digo que a tenho. Nós estamos ocupando. É isso que eu te digo. É usucapião e acabou. E aí tem algumas estratégias minhas, que eu não vou revelar (risos).

Diomar Motta diz que o bom de ser mulher é usar de algumas estratégias e confessa que nunca brigou pela sala.

Todas essas coisas são as minhas estratégias. Eu faço muitas coisas em silêncio. Terminado o Luso Brasileiro, ninguém pediu a sala, deixei muitos pacotes com

saldo de material, aproveitei a euforia do Congresso e o GEMGe chegou silenciosamente. O bom de ser mulher é que essas nossas estratégias são legitimadas sem eco. Chegamos e ficamos. Aí quando os outros grupos deram conta.... Eu nunca briguei, eu nunca pedi. Eu nunca me imponho nessas questões. Aí ficam dizendo: a sala é simpática, o grupo é simpático, mas eu não me manifesto, nem brigo por espaço. Apesar das manifestações nas reuniões de Conselho sobre a questão. Fico quieta: não digo o porquê e nem como foi que conseguimos. Aconteceu e estamos aqui instaladas.

O desejo de Diomar Motta é que a discussão da temática de gênero e estudos feministas em educação na UFMA não seja lembrada apenas em seu nome. Mas afirma que é corriqueira essa ideia no Departamento de Educação.

A minha preocupação é fazer com que os estudos feministas e as relações de gênero no âmbito da educação não sejam o grupo de Diomar Motta. Embora muita gente diga: ‘mulher é coisa de Diomar Motta’. Isso é comum no nosso Departamento.

Desde que regressou do doutorado, sua luta tem sido constante em busca de inserir questões de gênero e, principalmente, formar uma massa crítica para que continue o seu legado.

Espero que nessa massa crítica, exatamente ela, tenha alguém para dar continuidade a esse legado. Todo mundo é meu/ minha/a sucessora, em potencial. E com isso cada um tem procurado se adaptar. Não existe uma imposição para se fazer isso, se fazer aquilo. Cada uma tem se adaptado de acordo com a temática que melhor se identifica, com a centralidade da pessoa mulher.

Em 2014, a presidenta Dilma Rousseff premiou mulheres com a Ordem Nacional do Mérito no Grau de Cavaleiro. O perfil exigido era ser professora normalista que trabalhasse com estudos feministas e de gênero. Do Brasil inteiro, onze professoras preencheram os requisitos. Entre elas, Diomar Motta.

A solicitação foi enviada para todos os estados. Recaindo a escolha a cargo das universidades públicas. Nas universidades, buscaram quem atendesse aquele perfil. Eram pessoas desconhecidas, sabe? Só mulher. Ela admitiu na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, neste ano só mulheres. O presidente

Fernando Henrique, que era professor, durante o seu mandato, só admitiu homens.

Com isso, em conformidade com o Decreto de 18 de março de 2011, Diomar Motta foi a primeira mulher maranhense e negra a receber a comenda!

APÊNDICE B – Biografia Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha



Créditos: Adenilda Moraes

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1976-1980), Mestra em Políticas Públicas (1996-1998) e Doutora em Políticas Públicas (2001-2005). Professora associada (aposentada desde 28/08/2014) da Universidade Federal do Maranhão, orientadora de Doutorado, fundadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos - GERAMUS. Primeira Secretária da Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão no período de janeiro de 2007 a abril de 2009. Sua produção foca os seguintes temas: serviço social, organização, movimentos sociais, gênero, feminismo, violência de gênero, violência doméstica, políticas públicas, pesquisa e ética profissional.

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha⁷

Lourdes Leitão nasceu em 11/02/1958 em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Tem 57⁸ anos, é casada e tem três filhos.

Foi a primeira Secretária de Estado da Mulher do Maranhão de 2007 a 2009, vice- Presidenta do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís nas gestões 2001- 2003, presidenta 2004-2006 e vice-presidenta 2013-2015. Participa ainda do Fórum de Mulheres Maranhenses. Seu engajamento político, com as políticas para as mulheres, vem de sua formação em Serviço Social.

Lourdes Leitão “*sonhava*” em ser professora. Por isso, fez o curso Normal. Porém, ao ministrar aula no período de estágio do curso, percebeu que não tinha inclinação para o ofício. Decidiu sobre que carreira seguir quando assistiu a palestra de uma estudante de Serviço Social.

Os pais naquela época, o curso bom para mulher era ser professora. Mas eu gostava, eu sonhava em ser professora. Só que quando eu fui para o terceiro ano do curso Normal eu comecei a dar aula mesmo no jardim de infância do ensino fundamental. Eu vi que eu não dava certo (risos) para fazer isso. Até que eu assisti uma palestra, que eu participava de um grupo da Igreja Católica de jovens. E um dia foi convidada uma estudante de Serviço Social, a Sandra Maria Torres, para falar sobre comunidade. Ela terminou falando de um trabalho que ela realizava em Barrerinhas com um sociólogo e um padre de educação popular com os lavradores e lavradoras. Quando eu escutei aquela palestra dela, eu disse: eu quero fazer Serviço Social. Porque antes a ideia que eu tinha de Serviço Social – na minha família tinham pessoas assistentes sociais – era a moça boazinha, para ter pena dos pobres. Então não era isso que eu queria. Mas quando eu vi a palestra da estudante, conheci outra perspectiva da profissão e disse: esse é o Serviço Social que eu quero fazer. E aí eu comecei. Eu era do movimento estudantil e era uma perspectiva que eu sempre queria: chegar um dia ao Departamento de Serviço Social.

⁷ <http://lattes.cnpq.br/7295015708722425>. Acesso em 24/08/2014.

⁸ Entrevista concedida em 29/08/2014.

Lourdes Leitão iniciou a carreira de assistente social em março de 1980 coordenando a Pastoral da Arquidiocese de São Luís. Em seguida fez um trabalho com a Cáritas, *“que era um trabalho de educação popular com a área palafitada da Liberdade, Floresta e Fé-em-Deus com quatro educadores populares.”* Nesse período, Lourdes Leitão realizou concurso para a UFMA como professora colaboradora, mas não foi nomeada: *“A gente acha que por uma certa questão política. Porque tinham outras pessoas aprovadas que não interessavam na época estar no quadro”*. Mais adiante se inscreveu novamente no concurso para docente daquela universidade. Porém, desistiu. Em seguida, fez concurso para a Escola Técnica Federal do Maranhão tendo sido aprovada em 5º lugar, assumindo o cargo em 1984. Quando houve novo concurso para a UFMA, Lourdes Leitão fez e foi aprovada, realizando o desejo de chegar ao Departamento de Serviço Social.

Eu tinha começado um trabalho lá na equipe do Divino, uma equipe multiprofissional ligada institucionalmente à Cáritas⁹ Brasileira Regional de São Luís, tinha casado há poucos meses e a exigência era escrever um trabalho e depois dar aula. E aí não dava para conciliar as duas coisas. Eu iniciando um trabalho, desisti do concurso. Fiz depois concurso para a Escola Técnica Federal do Maranhão, como técnica em assuntos educacionais. Depois assumi como assistente social. E aí trabalhei de 1984 até 1992. Quando abriu o concurso para UFMA, foi outro concurso, no caso, não tinha tido mais. Aí eu disse: Ah, esse eu vou fazer. Fiz e passei como professora do Departamento de Serviço Social. Fui coordenadora do curso durante dois anos, de 1998 a 2000.

Neste cargo, vivi grandes limites que estão colocados para a garantia das universidades públicas e com qualidade, o permanente embate entre as forças que pensam o fazem a UFMA, sobretudo nos espaços maiores de decisão – o Colegiado do curso de Serviço Social, o Conselho do Centro de Ciências Sociais, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário. Mas vislumbrei perspectivas e possibilidades que estão sendo construídas pelo

⁹ Uma entidade brasileira de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.

compromisso e paixão de segmentos de professores/as e alunos/as, em nosso curso e em outras universidades brasileiras.

Lourdes Leitão se considera feminista e comenta que não aceitava a herança patriarcal.

Eu acho que eu sempre fui feminista. Porque eu nunca obedeci e aceitei essas regras de que homem pode fazer e mulher não pode. Nas relações familiares, é até lógico que meu pai, de uma outra geração, pensasse assim: o homem é o provedor, a mulher, se ela tem um provedor, então ela não precisa trabalhar, não precisa estudar, ter um diploma. E eu não aceitei isso. Pensava em quando casar ter um marido que compartilhasse essas ideias. Achei (risos).

Quando coordenava a Pastoral da Juventude, embora a temática de gênero não fosse discutida em finais da década de 1970 e início da de 1980, a discussão surgia nos encontros com as mulheres da pastoral. Porém, a luta principal era por moradia e creche: *“nós resolvemos fazer no Dia Internacional da Mulher, um evento com filmes, debates e aí a gente percebeu que as mulheres reivindicavam, era necessidade para as mulheres a creche.”* Não foi possível a construção da creche, mas *“fizemos uma escolinha comunitária, que depois virou escola mesmo do município”*.

Ao chegar na UFMA em 1992, Lourdes Leitão foi procurada para participar de uma pesquisa nacional coordenada por Heleieth Saffioti e Suely de Souza Almeida, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre violência contra a mulher. Com o incentivo de Ieda Cutrim Batista, *“uma feminista histórica que ajudou a fundar a REDOR e que era no curso de Serviço Social, a voz que clamava no deserto”*, decide participar. Dessa pesquisa, Lourdes Leitão resolve fazer sua dissertação de mestrado (1995-1998).

Precisava ter pessoas aqui para realizar a pesquisa no Maranhão. A partir daí eu resolvi fazer minha dissertação de mestrado aproveitando os dados da pesquisa. Eu fui ver nas varas, nas criminais e nas de execução, os casos de violência contra a mulher, como é que estavam esses processos e analisar isso, os argumentos dos advogados, dos promotores, promotoras. Os resultados desses processos foram terríveis! Nós percebemos que aquela visão patriarcal, tradicional estava muito presente. Agora eu esqueci o tanto de processo, mais

de trinta, parece que foi. Mas o resultado... só um réu foi condenado por homicídio, cumpriu um terço da pena e desapareceu. Muitos processos arquivados, extintos...

Enquanto presidenta do Conselho Municipal da Condição Feminina em São Luís, sua equipe “*viu a fragilidade, preocupação com as organizações de mulheres aqui em São Luís, nos bairros.*” Ao mesmo tempo, Lourdes Leitão participava de um grupo de pesquisa no Departamento de Serviço Social em que questões como família, criança, adolescente, violência eram colocadas, exceto a questão de gênero. Quando a Secretaria da Mulher faz chamada para projetos, o Conselho submete um projeto de pesquisa.

A gente montou um projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq e a Secretaria da Mulher. Foi aquela a primeira vez que a Secretaria da Mulher fez a chamada, que era um projeto para ver a participação das mulheres nesses espaços. Era um projeto com três grandes eixos. Eu estava pesquisando sobre a organização de mulheres, se elas eram feministas, se tinha essa conotação. A outra colega pesquisava essas organizações de mulheres, mas vendo se elas tinham expectativas ou experiências de geração de trabalho e renda. E a outra colega, pesquisava sobre as mulheres nos sindicatos, sobretudo as mulheres negras nos sindicatos.

Dessa pesquisa, perceberam que seria necessário criar um grupo que discutisse essas questões mais especificamente. Então Lourdes Leitão foi fazer o doutorado (2001-2005), no qual trabalhou com as casas-abrigo pois na “*dissertação de mestrado, a gente trabalhava violência, mas não vimos a questão das políticas públicas. Uma pesquisa nacional sobre as casas-abrigo. Então eu fui estudar isso.*” Quando regressa, cria o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos-GERAMUS.

Aí eu já tinha voltado do doutorado, eu já podia coordenar o grupo. A professora Terezinha Moreira Lima, que já tinha se aposentado, estava na UEMA, também era doutora e Silvane Magali Vale Nascimento. Aí nós criamos em 2006, o GERAMUS, que ficou sob minha coordenação até o primeiro semestre de 2012. Depois de um tempo, nós incluímos geração também.

Relembra as dificuldades enfrentadas na universidade para incluir a disciplina

relações de gênero em Serviço Social.

Sempre com a luta para que o Departamento de Serviço Social incluísse como disciplina obrigatória relações de gênero. Foi muito difícil, porque para convencer as pessoas... E o que conseguimos num primeiro momento foi que ela fosse eletiva, fosse ministrada em quatro semestres para ver qual era a aceitação. Manteve-se na revisão curricular como optativa. Só uma vez ela foi ministrada num curso de férias, como disciplina de férias, que eu ministrei. Nós começamos a revisão curricular e aí lutamos muito para ela se tornar disciplina obrigatória. Ela e relações étnico raciais. Foi uma luta grande. Só que demorou um pouco, foi um processo meio longo de discutir, de fechar esse currículo e aí na retomada nós conseguimos. A correlação de forças (risos) se alterou e a gente conseguiu que agora, na proposta que está sendo finalizada e vai ser encaminhada para as instâncias superiores da UFMA, agora a disciplina vai ser obrigatória. Foi uma luta do nosso grupo.

Sua trajetória enquanto formadora das questões de gênero na universidade se dá desde a graduação, inserindo a temática nas disciplinas que ministrava através de oficinas. Nos trabalhos de conclusão de curso, as alunas demonstravam interesse em trabalhar com as questões de gênero e na Pós-Graduação também: “*quando vêm as orientações, geralmente vêm para mim (risos)*”. Porém, apesar do crescimento do interesse na temática, Lourdes Leitão considera que é preciso avançar mais.

Na graduação eu entrei na universidade ministrando a disciplina de ética profissional. Nessa disciplina, eu incluí uma discussão sobre a questão da assistente social mulher. Eu sempre fazia uma oficina para as pessoas se identificarem. Quem são essas mulheres que estão fazendo o curso, quem é aquela turma. E era interessante que algumas vezes teve situações em que a aluna não conseguiu participar das oficinas. Em pesquisa apareciam pessoas querendo discutir questão de gênero e a gente discutia, já pensando no TCC. Mas a gente encontra também aquelas que dizem: ‘Eu quero estudar sobre a mulher, mas eu não quero estudar sobre feminismo. Não quero estudar sobre gênero.’ Isso que é interessante!”

Lourdes Leitão também ministrou disciplina na residência em Serviço Social no hospital universitário da UFMA. Embora a disciplina pertencesse ao Departamento

de Serviço Social, era aberta para discentes de outros cursos como optativa. Porém, com a reformulação do currículo, a disciplina ficou restrita ao curso de Serviço Social.

Aqui, nós temos residência em Serviço Social. Tem uma disciplina que é ministrada por nós que é direitos sexuais e reprodutivos, que discute as políticas para as mulheres na área da saúde. Eu comecei com a discussão sobre gênero, a questão da diversidade. Eu nunca tinha participado das disciplinas da residência. Foi uma experiência muito interessante porque embora ela sendo da grade curricular de Serviço Social, era aberta como optativa para outros profissionais. Tinha fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo. Só não tinha médico. Pena que agora houve uma reformulação do currículo, ela vai ser ministrada agora só para Serviço Social. É uma pena, não é, porque...

Outra forma de discutir a temática na perspectiva de gênero é a jornada de políticas públicas que acontece a cada dois anos, e os Colóquios, concomitantemente. *“A partir da segunda jornada, em 2000, foi criado o Colóquio, sempre com a temática da jornada: gênero e políticas públicas. Já fizemos quatro Colóquios. No ano que vem vai ser a VI jornada. ”*

Atendendo ao pedido do Fórum Maranhense de Mulheres e dos grupos feministas do Maranhão – já que “nos governos de Roseana Sarney a gente não conseguia isso, às vezes o movimento nem conseguia ser recebido por ela, e no governo de Dr. Jackson já havia essa expectativa” – em 2007 Jackson Lago do PDT, governador, cria a primeira Secretaria de Estado da Mulher e convida Lourdes Leitão para ser a secretária, cargo que ocupou até 2009 e concomitantemente coordenando o GERAMUS.

Quem pensou a equipe da secretaria não era nenhuma feminista. Era uma coisa muito nova. As pessoas não sabiam bem como estruturar uma secretaria. E a dificuldade para trazer pessoas de outras secretarias que pudessem vir transferidas era muito difícil. Nós definimos que todas as gratificações seriam iguais: para as pessoas de nível médio, para as pessoas de nível superior. E aí nós tivemos que fazer um re arranjo, para a gente poder funcionar.

Durante esse período, continuei coordenando o GERAMUS desenvolvendo a pesquisa Mulheres, organização e mundo do trabalho: processos de lutas e

organização, orientando dissertações, monografias e iniciação científica e participando de bancas de qualificação e defesa de teses, dissertações e monografias.

A equipe havia assumido em janeiro e tinha até maio para realizar a conferência municipal e estadual e entre julho/agosto a conferência nacional: *“Então foi um esforço sobre-humano para conseguir fazer isso, sem orçamento, porque o orçamento ainda não estava aberto. ”* Diante dessa dificuldade, iniciou-se um processo de articulação com outras prefeituras para a realização da conferência municipal

Nós fomos para os prefeitos, para outras secretarias pedir o apoio. E conseguimos fazer as conferências regional e estadual, sem orçamento sem nada. Comemoramos o Dia Internacional da Mulher com um trabalho em quatro municípios em parceria com a caravana da mulher e a Secretaria de Cultura. Fizemos tipo um mutirão na praça Maria Aragão com serviço de saúde e shows das mulheres artistas. Foi um marco. E a partir, daí em 2008, nós transformamos em Mês da Mulher, envolvendo vários municípios, e em 2009 também.

Com o Plano Estadual de Política para as Mulheres elaborado, o governador assinou neste evento o pacto: *“nesse tempo fazia um pacto: da prefeitura ou do Estado para se comprometer com esse plano que até então o Estado não tinha assinado. O Plano Municipal já havia sido assinado pelo prefeito no Colóquio. ”*

Outra ação importante da Secretaria foi o incentivo para criar os Conselhos de Direitos da Mulher, *“organismos de políticas para as mulheres. ”* Nesse sentido, criava-se uma comissão para organizar a estrutura dos conselhos, acompanhava-se o processo eleitoral e quando as conselheiras assumiam, participavam de uma capacitação realizada pela secretaria. Lourdes Leitão considera como *“uma experiência muito interessante porque tinha uma equipe que ia para discutir a sensibilização das organizações, do prefeito, dos vereadores. Fizemos o Encontro de Conselhos da Mulher duas vezes. ”*

Essa experiência resultou na criação do Fórum Estadual de Organismos de Políticas para as Mulheres com os municípios onde havia organismo. Lourdes Leitão relembra emocionada:

Foi uma experiência muito interessante. Foi criado por decreto do governador no Diário Oficial. A gente se reunia pelo menos duas vezes por semestre. Aí passamos a fazer o 8 de março e os 16 dias de ativismo juntas. E eu participava do Comitê de Monitoramento do Plano Nacional, como representante das secretarias de estado, dos organismos estaduais. Eu e Cecília do Rio de Janeiro. Foi uma experiência muito, muito boa. Todo mês a gente estava em Brasília com todos os ministérios.

Em 2009, Lourdes Leitão e sua equipe elaboram uma proposta para concorrer ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. De início, seriam 12 estados no primeiro ano. Apesar de encaixar-se nos critérios exigidos pelo pacto, o Maranhão não estava incluído. Lourdes Leitão questionou: “como o Maranhão não está? Todos os critérios que foram colocados aí se encaixa o Maranhão. Nós tínhamos que participar.” A oportunidade surgiu quando um Estado não conseguiu realizar as atividades exigidas no tempo solicitado. Começa então a batalha para elaboração da proposta. Porém, o pacto não vingou.

Só que nós tínhamos um prazo mínimo. Era novembro e nós tínhamos que estar com a proposta pronta em janeiro. E aí nós fomos nos reunir com os secretários, com os municípios, mandaram uma técnica para cá, uma assessora que nos acompanhou e nós conseguimos fazer o projeto muito na área da violência. Era muito importante para a Secretaria porque nós praticamente dobrávamos nosso orçamento, íamos estruturar as Secretarias, porque onde não tinha centro de referência, a gente ia criar um núcleo na Secretaria de enfrentamento à violência com a contrapartida do prefeito de colocar o pessoal.

Nós fizemos tudo isso. Só que a grande frustração é que nós tínhamos marcado um dia para a ministra vir, os prefeitos daqui o governador para assinar o pacto e o convênio. Só que se uma Secretaria do Estado tiver com problemas financeiros de convênios, as outras Secretarias não podem fazer convenio federal. Então nós tínhamos duas pendências. E aí não conseguimos, o Estado não pôde fazer.

Em dezembro o Estado conseguiu se liberar. Era período do Natal, todas nós contentes. Um pouco antes do Natal o Estado ficou inadimplente de novo e o dinheiro não caiu. Ficamos nessa luta todo tempo. Dr. Jackson foi cassado e

o dinheiro não chegou. A primeira medida da governadora para mostrar serviço foi tirar o Estado da inadimplência. Aí o dinheiro cai na conta, só que não fôssemos nós que...

Outro projeto a ser negociado com o programa da SPM em parceria com uma ONG também não vingou, apesar de elaborado. O projeto iria se desenvolver em vários municípios. A coordenadora do projeto informou que seria um Estado por região. Pernambuco havia ocupado a vaga.

Eu disse: Não, mas o Maranhão tem que entrar. Ela disse: ‘Você quer?’ Quero, muito! Então nós vamos abrir uma exceção. O Nordeste vai ficar com dois estados. Aí nós começamos a discussão, trouxemos as secretarias para cá, era reunião dos ministérios, tinha nossa secretaria, tinha um grupo de mulheres, é uma ONG, tem nacional, foi criada aqui no estado. Então a atual secretária disse que foi ela quem trouxe (Risos), que ela que me chamou. Eu fui participar das reuniões, mas não é essa a história. E aí nós montamos tudo. E quando estava para deslanchar a coisa foi o momento da cassação também (do governador).

Lourdes Leitão tornou a Secretaria campo de estágio para as alunas de Serviço Social que se engajavam nos projetos: *“foi muito interessante essa experiência que acabou com a mudança de governo. Eu acho que hoje tem estagiárias, mas de uma universidade particular, não da UFMA.”*

Em abril de 2009 houve a cassação do governador Jackson Lago, assumindo a segunda colocada Roseana Sarney do PMDB, que nomeou Paulinha Lobão (apresentadora de um programa de televisão maranhense e esposa do senador Edson Lobão PMDB do Maranhão como Secretária de Estado da mulher.

Porém, a nomeação não agradou ao movimento de mulheres.

Eu acho que eles nem sabiam o que era uma secretaria da mulher. Como ela é uma pessoa que tem essa expressão, que faz essa filantropia com as mulheres, ela foi nomeada. Logo em seguida, houve uma reação imensa! O movimento de mulheres veio com tudo para cima nos blogs. Tinha coisa que eu nem sabia que estava acontecendo. As pessoas indignadas, como é que trocam a professora Lourdes Leitão por Paulinha. Foi tanta pressão!

Após esse momento, a nova secretária contactou Lourdes Leitão para uma conversa, que responde dizendo que queria conversar com ela também e conhecer a equipe. Na ocasião, o secretário da administração encontrava-se ao lado da secretária.

Eu fui com a equipe toda. As assessoras, as coordenações da secretaria. E aí nós começamos a conversar com ela. Eu fui mostrar o que nós fazíamos, quais eram as urgências que ela não podia deixar de fazer. Então eu coloquei todas essas coisas para ela, onde estava a questão do pacto e tal. O secretário disse: 'É, mas é muito trabalho, muita coisa.' Ela chegou a convidar várias das nossas assessoras para continuar, pouquíssimas aceitaram. Mas diante da pressão toda, ela acabou não resistindo e pediu demissão.

A partir de então a Secretaria ficou sem secretária e foi no período em que a verba caiu. Mas uma das assessoras que havia ficado no órgão, não sabendo o que fazer, entrou em contato com Lourdes Leitão “Dra. Lourdes, o que é que eu faço?” Lourdes Leitão aconselha: “Vá à Casa Civil, e diga para eles que o dinheiro é um pacto e tal.” Algum tempo depois Catharina Bacellar, administradora de uma ONG assumiu a secretaria.

Não tinha perspectiva de gênero, de feminismo, nada. E então o pacto ganhou outra cara, o plano estadual não foi viabilizado, não foi implementado, e o movimento tem tido dificuldades. Ela está até hoje. Faz encontros, eu não participo, porque o início foi muito difícil, porque eles assumiram o governo querendo mostrar que no governo de Dr. Jackson havia muito roubo, havia muita corrupção, a caça às bruxas. E na Secretaria da Mulher não foi diferente. Então indagavam como é que eu tinha roubado, como é que eu tinha feito. Não era isso. Nós começamos uma secretaria sem recursos até abril. Nós mantivemos aquela secretaria com ajuda das outras secretarias. Então não tinha isso. Precisava ver quando vinham os projetos. A gente contava os centavos. Então isso me magoou muito. Não dava para trabalhar junto com a secretaria.

O GERAMUS até participou de uma capacitação dada pela secretaria e era uma parte do pacto sobre violência. Mas eu disse: 'Gente, eu não participo disso não. Eu não vou me violentar, não vou.' A gente que concebeu esse pacto e ver

em que ele se transformou e participar disso, eu não consigo. Não vou. As outras colegas foram, foram vários os municípios, mas não participei. Foi difícil.

A experiência na secretaria teve dois lados: “uma experiência gratificante em algumas coisas, mas também foi difícil porque fica a sensação de que você não conseguiu (emociona-se). E foi muito doloroso o processo todo.”

No final de 2008 e início de 2009, mesmo período da cassação do governador, Lourdes Leitão sente sintomas de que sua saúde não vai bem.

No final de 2008, começo de 2009, eu resolvi procurar os médicos, porque eu comecei a sentir desde agosto uma dormência no pé. E nunca dava tempo de ir. Quando eu senti que estava piorando, foi que eu fui ao neurologista. Teve um dia que eu comecei a mancar. Fazendo os exames, não descobria nada. Quando eu fui fazer a ressonância do crânio, apareceram duas lesões sugestivas de AVC, isquemia. Mas eu fui para São Paulo porque não tinha nenhuma sintomatologia para AVC. Fiz outra bateria de exames, fiquei anticoagulada três meses, o tempo todo fazendo revisão. Foi na época que coincidiu com a cassação de Dr. Jackson. E aí, dessa confusão toda ... (se emociona). Depois a gente descobriu que era uma encefalite. E aí descobri por que: tive que fazer uma biópsia. Foram três laudos que não foram conclusivos. Até hoje não tem conclusão. O médico trabalha com a hipótese de ser viral. O médico preocupado, resolveu começar o tratamento com corticóide e depois com um anti viral. Então os sintomas maiores desapareceram. eu estava com problema de memória, com problema de fala, de digitação, de coordenação motora. Esses aí desapareceram. Só ficou a sequela física. Eu fiz fisioterapia, terapia ocupacional e análise.

Ela acredita que tais sintomas apareceram devido ao trabalho intensivo no período em que esteve à frente da secretaria e a decepção relacionada ao pacto.

A pancada da Secretaria da Mulher foi muito forte. Eu associo, não sei se tem a ver, porque essa grande frustração do pacto, foi dia 30 de junho... o último dia que podia fazer convênio, porque era ano eleitoral. Em agosto eu comecei a sentir a dormência, não liguei para ela. Então eu penso que tem aí uma somatização, alguma coisa assim que ajudou a desencadear isso.

A forma que Lourdes Leitão encontrou para superar a frustração do pacto foi a pesquisa realizada pelo GERAMUS relacionada aos organismos de políticas para as mulheres e posteriormente realizar um encontro com as secretarias. Viam na gestão da nova Secretária de Estado da Mulher a esperança da continuidade desse trabalho. Mas não aconteceu.

Inicialmente nós mandamos um questionário para todos os organismos de políticas para as mulheres solicitando que preenchessem um questionário. A gente perguntava desde quando nasceu, quem criou, quais foram as forças que criaram, até o programa, as condições de infra estrutura, quantos funcionários, quais eram os cargos de funcionários, salário, qual a relação com outras entidades, com outras secretarias, a questão da transversalidade, da intersectorialidade. E a gente acreditava que, num segundo momento em que a gente ia fazer o encontro com as secretarias, porque o financiamento do CNPq não dava para pagar esse encontro, a gente achava que Flavio Dino já ia ter ganho a eleição, e que ele seria o governador e que a Secretária da Mulher ia ser uma pessoa que ia continuar o nosso trabalho de fazer os encontros com as secretarias, mas não foi isso. Então o nosso trabalho não pôde ser feito do jeito que a gente queria.

Diante da conjuntura política, Lourdes Leitão não permaneceu no cargo de Secretária de Estado da Mulher, mas ficou com a Secretaria de São Luís. “*Eu sempre tive uma relação, sempre prestava assessoria, ajudava a organizar conferência. Participei da Conferência Estadual como delegada de São Luís, fui para Conferência Nacional*”. Regressou para o Fórum Maranhense de Mulheres, para a militância e para o GERAMUS.

As dificuldades de trabalhar numa secretaria não foram apenas projetos que não deram certo, apesar de elaborados. Porém, falta de parceria, envolvimento político com as questões de gênero.

Uma das dificuldades que a gente sentiu, eu acho que isso é comum, em quem é militante, é que o movimento nos cobra muito. É como se nós, porque estamos nesse lugar, de executivo, a gente passasse a ser uma pessoa que parece que não tem vinculação naquele momento, não tem compromisso com o movimento. Então em praça pública, em reunião, falam assim: ‘Dra. Lourdes Leitão, secretária, vá dizer para fulano que precisa disso, daquilo.’

Aí quando estamos no governo, percebemos que não depende do nosso compromisso, da nossa vontade porque tem muitos entraves. É um sistema. A dificuldade, a luta que você tem numa Secretaria da Mulher para que os outros respeitem você, para que compartilhem com você, até com as pessoas que trabalham com você, que às vezes são pessoas que trabalham com mulher, mas não estão numa perspectiva feminista, de gênero, é muito difícil.

Apesar dos obstáculos que causaram até mesmo dano à sua saúde, esta longa batalha trouxe para Lourdes Leitão o reconhecimento do seu trabalho, pois por onde transita, as pessoas a parabenizam pelo que realizou e deixou como legado.

Eu fico contente, a gente fica mais aliviada (risos) porque você conhece muita gente, você não sabe se é aluna, se foi da Secretaria, de onde é que você conhece, onde for tem essa relação, as pessoas vêm dizer: ‘Olha, que diferença da conferência estadual para essa, ah, eu lhe conheço eu participava dos eventos, Dra. Lourdes Leitão, que diferença da época. Porque a senhora vinha aqui, fazia seminário com a gente. ’ Então eu acho que a nossa ideia era assim, nós tínhamos que plantar os alicerces: criarmos os Conselhos, criarmos os Organismos de Política para as Mulheres, fazer o Plano Estadual e correr com os municípios para fazer os Planos Municipais... então isso eu acho que a gente conseguiu fazer, que a SPM ela seja uma coisa do Estado, não do governo. Que quem chegue, não possa retirá-la. Tanto que quando Roseana chegou ela não teve como retirar a Secretaria. Esse alicerce foi colocado e hoje existe, eu acho que nasceu apesar de todas as dificuldades com a primeira gestão da Secretaria de Estado da Mulher. Independente de eu ter sido a secretária. Porque as outras pessoas que acompanham, elas têm também um papel muito importante. Sozinha eu não conseguiria fazer nada.

O processo de aposentadoria de Lourdes Leitão encontra-se em tramitação. Quando se aposentar irá continuar como professora colaboradora da Pós-Graduação e no GERAMUS: “vou só diminuir o ritmo. ”

APÊNDICE C – Biografia Maria Mary Ferreira



Créditos: Adenilda Moraes

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1977-1981), é Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (1995-1999) e Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (2002-2006), e fez estágio doutoral na Universidade de Coimbra, em Portugal. Foi Secretária de Cultura do município de Arari, MA. Atualmente é Professora Associada I da Universidade Federal do Maranhão vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, tutora do Programa de Educação Tutorial PET/Biblioteconomia (2008). Sua produção foca os seguintes temas: mulher, política, mulher e poder, relações de gênero, cidadania, políticas públicas, informação, bibliotecas públicas e escolares. Membro da Coordenação Estadual do Fórum Maranhense de Mulheres.

Maria Mary Ferreira¹⁰

Mary Ferreira tem 59¹¹ anos, é casada, tem dois filhos, um com 27 anos e o outro com 22. Nascida numa família muito humilde de 11 irmãos, filha de pescador, a vida de restrições econômicas não retirou de Mary Ferreira o senso de liberdade que foi aprimorado pelo feminismo.

Embora eu venha de uma família muito pobre, eu sempre fui uma pessoa muito livre... e o feminismo me ajudou a acentuar mais ainda essa liberdade, o feminismo, de certa maneira, me deu uma liberdade de expressar, de falar... a minha relação com a minha família também foi influenciada pelo feminismo.

Mas o feminismo, na percepção de Mary Ferreira, também pode “*afastar possíveis candidatos a casamento*”. Apesar de ter tido “*muitos amores, muitas paixões e três casamentos*”, Mary Ferreira avalia que a militância sempre lhe ocupou muito, restando pouco tempo para as relações afetivas. “*Sou muito cobrada pela questão do tempo. Eu acho que esse talvez seja o principal problema... tem horas que eu não percebo como eu tiro o tempo do marido e dos filhos*”.

Os filhos foram acostumados com a vida atribulada da mãe desde a infância.

Eu sempre os levei, quando eles eram pequeninhos, para a militância. Quando eles não quiseram mais ir, eu conversava sobre a importância dessa militância. Então eles me cobravam, mas eles entendiam. Embora, algumas vezes, eles, como todo jovem, reclamem: “ah, mas tem horas que você deixou a gente só”. Mas eu considero que eles conseguem compreender claramente.

Com o atual marido, ela tenta conciliar vida pessoal e militância feminista.

Tem oito anos que estou com o Francisco...acho que no primeiro momento ele ficou meio animado com a possibilidade de casar com uma feminista, digamos assim. Mas depois ele passou a cobrar mais tempo, mais dedicação, mais presença e aí a gente tenta conciliar, diminuindo um pouco alguns

¹⁰ <http://lattes.cnpq.br/1813463162883226>. Acesso em 26/08/2014.

¹¹ Entrevista concedida em 28/08/2014.

trabalhos, mas eu confesso que isso é um problema complicado.

A família de origem também cobra mais tempo de dedicação de Mary Ferreira. *“Sempre cobrou. Mas hoje, depois de tanto tempo de entrega à militância e à vida acadêmica, a pergunta é: ‘Mary Ferreira, quando é que tu vais te aposentar? Não está na hora de parar?’ Não, eu só vou parar, quando eu morrer. Sou sempre cobrada”.* Apesar disso, Mary Ferreira percebe que os familiares admiram e reconhecem o seu trabalho.

Mary Ferreira e seus irmãos enfrentaram muitas adversidades para conseguir estudar, e nem todos conseguiram chegar ao ensino superior.

Não foi fácil estudar, precisava ir de canoa e pisar na lama para conseguir chegar à sala de aula. Enfrentei de fato a pobreza. Só eu e quatro irmãs conseguimos nos formar. Outros ainda não conseguiram. Dos irmãos todos, eu fui a que consegui chegar num grau mais avançado de estudo. Sou a única professora, sou a única doutora da família, até o momento.

Destaca, emocionada, que o conhecimento a fez sair da pobreza

Só consegui galgar alguns degraus da vida social na medida em que eu tive acesso ao conhecimento. Busquei isso com perseverança, busquei conhecimento e informação. Então a Biblioteconomia foi para mim como um acordar, um vislumbrar como eu poderia sair do lugar onde estava, sair de uma situação de muita pobreza para ter no conhecimento uma estratégia de sobrevivência. Então vi a Biblioteconomia como o campo que ilumina as pessoas para emergir da situação de desigualdade onde a maioria está.

Mary Ferreira começou a trabalhar muito cedo, como professora na alfabetização de adultos aos 14 anos, para ajudar na sobrevivência da família. Arrimo de família desde os 18 anos, entrou no curso de Biblioteconomia em 1977, aos 22 anos, e se formou em 1980, conciliando o trabalho com os estudos. Desde jovem, participou da vida política, foi do *“movimento estudantil, ao movimento sindical e ao movimento feminista, participei de todos os movimentos que emergiram no Maranhão neste período contra a Ditadura. O fato de já estar na universidade facilitava este acordar para os problemas que vivíamos com a repressão, pois havia muitos debates e naquela época o Movimento Estudantil era extremamente transgressor e politizado.”* Como

estudante participou em 1979 de uma grande mobilização, em São Luís, em torno da questão do transporte público. Este movimento, conhecido como a “greve da meia passagem”, marcou profundamente *“a vida de milhares de jovens em virtude da repressão que sofremos nos finais da ditadura militar.”* A greve da meia passagem foi um movimento que marcou profundamente a vida dos estudantes desta geração. Ela deixou um grande legado. A partir de então *“passei a me interessar pelo movimento feminista, que foi posso dizer minha segunda escola de formação política”*, pois segundo sua percepção contribuiu para entender mais claramente a relação desigual que existia dentro dos movimentos estudantis e sindicais. Mary Ferreira lembra que quando atuava no movimentos estudantil e sindical;

As mulheres eram estigmatizadas e inferiorizadas de forma clara. A relação desigual que tinha nesses dois movimentos era algo que me incomodou desde as primeiras reuniões que participei. Concomitantemente comecei a atuar no movimento feminista e daí passei a perceber a existência de relações desiguais. E expressava esse descontentamento com a forma desrespeitosa como éramos tratadas, às vezes até cerceadas nas nossas falas e propostas.

O feminismo despertou esse sentimento de inquietação com relação a inferiorização que nós mulheres sofriamos e acho que eu fiz disso um princípio. Considero esse um princípio, muito forte, e contribuiu para que durante toda minha vida eu colocasse isso como um ponto chave em minha história de vida em todos os sentidos: na vida familiar, na vida afetiva, na vida acadêmica, na sala de aula, em todos os lugares.... Para mim isso é um princípio.

A militância no movimento feminista inicia em 1980 quando, com outras companheiras, fundou o Grupo de Mulheres da Ilha, considerado o grupo pioneiro do feminismo no Maranhão. Esse grupo é uma referência de luta das mulheres maranhenses. Mary Ferreira viveu intensamente a luta feminista nos anos de 1980 e 1990 e considera que este grupo marca profundamente a vida das mulheres, pois proporcionou um amplo debate sobre a opressão das mulheres, sobre violência, sobre as desigualdades salariais, sobre a sub-representação na política, sobre a educação diferenciada, sobre a m a t e r n i d a d e e aborto.

Eu posso dizer que vivi a militância intensamente, durante toda a década de 1980 e de 1990, eu fiz a militância, junto com um grupo grande de pessoas,

muitas professoras que ajudaram a construir o feminismo no Maranhão. Nessa época eu era apenas uma aluna, uma espécie de discípula dessas professoras que contribuíram para o processo de construção política e feminista na cidade.

O Grupo de Mulheres da Ilha, relembra Mary Ferreira, articulado com outros grupos, a exemplo do Grupo Mulheres Negras Mãe Andresa, Viva Maria, 8 de Março, União de Mulheres, foram responsáveis pela criação da primeira Delegacia Especial da Mulher, pela implementação do PAISM no Maranhão, pela criação de núcleos de gênero em quase todos os partidos e sindicatos maranhenses, pela criação do Comitê de Mortalidade Materna, da Comissão da Mulher na Assembleia Legislativa e do Fórum Maranhense de Mulheres. A ação desse grupo é tema de sua dissertação de mestrado¹². Em suas considerações é enfática ao mostrar sua importância.

A história do feminismo no Maranhão, e de toda a sua luta na formulação e implementação de políticas públicas, está imbricada com a atuação do Grupo de Mulheres da Ilha, pioneiro nas discussões sobre a participação da mulher na sociedade. Tais discussões passavam a fazer parte do mundo real e geravam polêmicas, na medida em que se questionavam as contradições da esquerda. Nós tornamos pública a questão da mulher, porque antes do feminismo não era sequer uma questão pública. A contribuição do Grupo de Mulheres da Ilha na formulação de uma nova consciência na sociedade, na formação de opinião pública mais crítica, nas intervenções e nos eventos políticos na Câmara e Assembleia Legislativa, é considerada importante pois possibilitou visibilizar as reivindicações das mulheres nos espaços públicos.

Depois de formada, Mary Ferreira ingressou no serviço público estadual, como bibliotecária, com a mesma disposição para a militância. Em 1982, foi uma das líderes do movimento grevista de servidores públicos que lutou por melhores condições de trabalho e salário e contra a demissão em massa de milhares de trabalhadores. Nesse ano ocorriam em todo o país as primeiras eleições diretas para governador de Estado desde a década de 1960, em virtude da Ditadura Militar. O movimento dos funcionários públicos, além dos motivos trabalhistas, se contrapunha

¹² Defendida em 1999 e posteriormente publicada em livro: FERREIRA, Mary Ferreira. **As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2007.
FERREIRA, Mary Ferreira. **Os Bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão**. São Luís -MA, EDUFMA, 2010.

à indicação de Luiz Rocha, do PDS, o partido governista, dominado por Sarney, “que é o mandatário do estado desde 1966”. Por causa dessa greve Mary Ferreira foi demitida.

Foi depois da demissão que ela recebeu o convite para coordenar a Biblioteca Pública Municipal de Arari, cidade localizada há duas horas da capital, São Luís. Seu bom desempenho à frente da biblioteca resultou num convite para ser a titular da Secretaria de Cultura do Município. *“Aí comecei a articular um debate sobre a questão das políticas de informação, da importância da leitura para a construção da cidadania e da necessidade de organização das mulheres”.*

Mary Ferreira ficou em Arari durante sete anos, mas durante todo esse tempo não deixou de participar das atividades do Grupo de Mulheres da Ilha. Ao retornar em 1989 para São Luís, dirigiu o Arquivo Público Municipal, depois a Biblioteca Pública *“Benedito Leite, sempre trabalhando com a questão da informação e sempre buscando canais para a socialização da leitura”.*

Em 1992, fez concurso para a Universidade Federal do Maranhão, sendo logo nomeada professora auxiliar, a partir de então se alia a professoras que iniciavam as primeiras discussões para criar o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Cidadania e Relações de Gênero – NIEPEM, entre elas a professora Ieda Cutrim Batista e Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, ambas do Curso de Serviço Social. A criação do Núcleo era uma iniciativa de. *“Ieda Batista, já falecida, que era também do Grupo de Mulheres da Ilha e ao participar da fundação da REDOR retorna a São Luís empenhada na missão criar o Núcleo de Gênero na UFMA ”.*

Em 1993, realizamos as primeiras reuniões com as pesquisadoras que já atuavam na universidade e eram dos movimentos feministas ou já tinham produção acadêmica dentro dos estudos de gênero. Nesse caso eram eu, a professora Lourdes Leitão, a própria Ieda Batista, que tomou a iniciativa, a professora Sandra Nascimento, que é da Sociologia, a professora Terezinha Moreira Lima do Departamento de Serviço Social e a professora Diomar Motta do Departamento de Educação. Podemos então afirmar que fomos nós a dar início à construção do núcleo de estudos e pesquisa. A partir de então começa a se articular um debate mais intenso sobre os estudos de gênero na UFMA, embora já existisse esse debate desde a década de 1980, quando criamos o

Grupo Mulheres da Ilha, pioneiro do feminismo neste estado, criado após um Curso: Mulher na sociedade brasileira.

Então nós já éramos conhecidas por sermos feministas. Ainda não éramos conhecidas por sermos estudiosas das questões de gênero. E essa militância perpassava os debates na Universidade. Nesse sentido podemos dizer que não foi, digamos assim, difícil levar a discussão para dentro da universidade.

Entretanto, a legitimidade política não garantiu a legitimidade acadêmica no âmbito da instituição. Segundo Mary Ferreira, “foi difícil, desde o começo, garantir esse espaço político acadêmico, a estrutura, um local para que o Núcleo pudesse articular melhor os projetos entre os professores e professoras. Apoio logístico, por exemplo, tivemos por quatro anos um espaço cedido pelo diretor do Centro de Ciências gente não teve”. Infelizmente, na UFMA, o núcleo não chegou a se formalizar, juridicamente; este núcleo funcionou informalmente, ou seja, “não conseguem articular dentro da universidade um grupo mais orgânico, enquanto núcleo que favorecesse a criação de grupos que vão se formando a partir de temas de interesse dos grupos. Fica a frustração de não ter ainda oficializado o NIEPEM.

O primeiro impasse foi em relação onde ele ficaria ligado.... Quando nós terminamos o primeiro regimento uma das questões que a parecerista colocava é: quem financia o núcleo? E aí ficou patente para nós que havia uma antipatia em relação à proposta. Também porque não conseguimos reunir todas as estudiosas feministas tendo em vista que eram professoras de vários departamentos. Sempre nos apoiávamos umas nas outras buscando não se conseguia, porque cada uma começou a se engajar em um programa de Pós-Graduação e no programa cada uma foi criando e fortalecendo seu grupo e o núcleo deixou de ser prioridade, por conta disso eu não movimentei meu grupo, que com o tempo deixei de alimentar para fortalecer o NIEPEM.

Em 1995, Mary Ferreira inicia o mestrado, tendo como objeto de pesquisa o movimento de mulheres do Maranhão e as políticas públicas.

Neste trabalho Mary Ferreira recupera a “história, a trajetória do movimento de mulheres, do Grupo de Mulheres da Ilha e recupera também as mulheres que protagonizaram a luta feminista na década de 1980 e 1990”. Foi a partir deste momento que o “que era só uma militância política, que estava só no discurso, em

debate, ” virou reflexão teórica, acadêmica.

Mary Ferreira considera que seu envolvimento com a REDOR e com colegas de outras Universidades participantes da rede foi o catalisador de sua produção acadêmica, a partir da entrada no mestrado.

A REDOR, foi uma grande aliada e estimuladora da minha produção. E nesse processo de construção como pesquisadora e autora tive a contribuição inestimável da professora Luzia Álvares, da Universidade Federal do Par, da Ana Alice Costa e da Elisete Passos. A Luzia Álvares foi a primeira pessoa que eu procurei e que se mostrou disponível para ler os meus primeiros artigos e foi ela que de certa maneira me incentivou, estimulou e me deu asas para poder construir. Ela publicou meu primeiro artigo científico no livro dela: Mulher e modernidade na Amazônia, em 1997. O artigo abordava a importância do trabalho das parteiras maranhenses. A partir daí não parei mais. A Ana Alice me convidou para participar em 1998 da pesquisa da Redor sobre Mulher e participação política, campo que estudo e área que mais público atualmente.

Mary Ferreira reconhece que *“a academia apura a prática da militância, a academia amplia teu olhar para você poder qualificar melhor a militância”*. Na universidade, foi preciso conciliar a *“militância feminista com a vida acadêmica.”*

E não foi fácil, porque requer um grau de energia e desprendimento muito grande, além do fato de você ser muito cobrada pela academia. De certa maneira tentam desqualificar a tua produção. Eu ouvi muitas críticas de professores, professores até bem conhecidos na UFMA: ‘Professora, é impossível conciliar a vida de militante com a vida acadêmica. Uma coisa não vai sair boa. E certamente a produção acadêmica não vai prestar’. E eu dizia: Não! A minha produção vai prestar. E eu ficava contestando e insistindo nisso, sem deixar de militar e ao mesmo tempo começando a produzir meus primeiros projetos de pesquisa. A militância exige uma presença física permanente e a produção acadêmica exige uma espécie de volta para si. Por isso, sei que não é fácil. Mas como eu fiz uma opção de vida por articular teoria e práxis, considero importante e faz parte de minha opção de vida tornar minha produção acadêmica uma reflexão constante nos movimentos em que atuo, para mim a produção não deve ficar só no campo das ideias. Ela precisa circular, ela precisa interferir. Mas, sei o quanto foi e tem

sido difícil. Hoje afirmo: não é fácil conciliar.

É por pensar assim que a professora declara que tem a prática de divulgar e debater junto aos setores interessados tudo que produz e publica. *“De forma que tudo o que eu produzi até hoje, eu sempre pego o livro, boto debaixo do braço e saio pelos sindicatos, grupos de mães ... pelo Maranhão afora, aonde eu vou ministrar aulas ou vou palestrar, eu levo os livros que tenho publicado”*. E falo do processo de construção do trabalho. *“Porque vejo como uma forma de você mostrar para os alunos e para os públicos que estão me ouvindo que tudo é possível, pensar, militar, escrever publicar. Portanto, posso então afirmar que na minha prática política e pedagógica, como cientista social, é dizer: Você pode refletir, você pode produzir. Porque eu consegui. ”*

Para Mary Ferreira o fato de sua área acadêmica ser a Biblioteconomia *“de certa maneira dificulta”* sua ação. Em sua opinião, a Biblioteconomia tem dificuldade em discutir as questões relacionadas aos estudos de gênero e à política, pois é *“uma área extremamente técnica, com um discurso ‘tecnologicamente’ e uma prática política ainda muito atrasada”*, embora seja visível que nesta última década, a Biblioteconomia tenha alcançado um status de ciência mais preocupada com o mundo político e se envolvido mais profundamente com o campo das políticas públicas. O fato de Mary Ferreira ter feito Mestrado em Política Pública e Doutorado em Sociologia, abriram novos olhares desta bibliotecária e contribuído para ampliar os debates no Curso de Biblioteconomia. Mas, confessa que *“tem sido um desafio a cada dia. Hoje sou reconhecida, respeitada, mas sou muito cobrada: ‘Por que esse ponto tem que ser sempre com recorte de gênero?’ A Biblioteconomia é uma profissão feminina, assim como é também a Pedagogia e a Enfermagem, mesmo observo que os bibliotecários têm uma visão extremamente patriarcal nas questões de gênero”*.

Essa resistência no campo acadêmico a que pertence faz, às vezes, Mary Ferreira pensar *“em largar a Biblioteconomia e ficar só com a Sociologia”*. Mas como se considera persistente, diz que vai continuar, pois acredita, que é possível transformar o mundo pelas ideias e exemplos, os resultados com certeza virão.

Desse esforço, eu já tenho alguns resultados, algumas alunas que começam a estudar gênero na Biblioteconomia e também a discutir política, algumas questões de política, mercado, representação social ... ‘Ah, isso é para

professora Mary Ferreira'. De certa maneira já é uma identidade, vejo como certo respeito em relação ao que eu tenho construído e debatido de forma insistente.

Mary Ferreira até bem pouco tempo não estava vinculada a nenhum programa de Pós-Graduação. Para ela, este era “*um drama*”, pois era “ *muito cobrada por isso*”. A professora avalia que na sua “*Universidade, como em todas as Universidades, tem os grupos* e que seu perfil de “*ser muito briguenta*”, acabou por excluí-la de alguns programas, sob o argumento de que “*ela vai criar confusão aqui na ‘minha Pós’*”. Mas disse também que, de certa maneira, ainda não tinha buscado, pois sempre achou que “*alguém ia me convidar. Foi uma ilusão que eu criei*”.

Quando voltou do doutorado, em 2006, Mary Ferreira foi convidada para coordenar um programa de educação tutorial, tendo sua candidatura aprovada pelo Departamento de Biblioteconomia. Ela se entusiasmou com o programa e investiu no projeto de formação dos alunos, maioria mulheres, investindo de forma intensa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O programa e mais os outros afazeres na universidade e na militância acabaram adiando a procura dela por um Programa de Pós-Graduação para atuar. “*Então esse talvez tenha sido o principal fator que me impediu de buscar, de negociar a minha participação em algum programa*”.

Hoje está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, após ter sua candidatura aprovada e está com muita expectativa de realizar um trabalho importante nesse campo de formação.

Enfatiza que não consegue permanecer passiva diante de uma situação em que vê uma mulher sendo agredida, penalizada. “*Por isso que eu sou considerada briguenta. Mas ninguém se pergunta, nem questiona o porquê da briga*”. E justifica que sua consciência política é muito intensa e, por isso, não deixa essas questões passarem despercebidas.

Atualmente Mary Ferreira percebe mais claramente o reconhecimento de seu trabalho acadêmico, especialmente de sua contribuição para o campo dos estudos de gênero bem como para o campo da Biblioteconomia.

Ganhei vários prêmios: Direitos Humanos, Homenagem da Câmara Municipal

de São Luís e de Imperatriz, Comenda de Grã-Mestre da Ordem dos Timbiras da governadora Roseana Sarney pelo IV Centenário de São Luís, quando homenageou pessoas que contribuíram para a melhoria da cidade em várias áreas, Medalha da Assembleia Legislativa do Maranhão pelo trabalho desenvolvido em prol da luta das mulheres. Recebi as “Palmas Universitárias” da Universidade Federal do Maranhão pelo meu trabalho de professora e pesquisadora. Recebi muitas homenagens pelo meu trabalho feito pelo movimento de mulheres. Então, acho que há um reconhecimento público desse trabalho, aquilo que era uma militância na década de 1980, hoje é uma militância qualificada, com dados, pesquisas, com livros publicados, que traduzem meu crescimento intelectual que, é bom enfatizar, não está desvinculado da militância política.

Todas as homenagens foram para mim grandes surpresas e motivo, é claro, de grande contentamento. Dois mil e doze foi o ano em que eu mais recebi homenagens: a Comenda, as Palmas, a homenagem dos 400 anos de São Luís pela Assembleia. As Palmas Universitárias foi uma homenagem importante, uma vez que é dada a professores e funcionários que efetivamente têm se dedicado à academia. Fui indicada pelo meu Departamento (Biblioteconomia), acredito que pelo fato de ser uma das professoras que mais dá palestras, que mais escreve para congresso, que mais publica, então sou considerada uma das professoras mais produtivas. De certa maneira sou conhecida pelo lado acadêmico e pelo lado político e isso é uma coisa que me engrandece.

Hoje não dá para dizer: ‘Ah, ninguém conhece a professora Mary Ferreira. Ela é conhecida, ela é briguenta, mas ela é uma pessoa que sempre investiu nos estudos de gênero e sempre defendeu as causas feministas, as causas das mulheres, as causas das bibliotecas públicas’.

Além do livro que foi resultado da dissertação¹³ de mestrado sobre feminismo, um dos primeiros livros, na UFMA, a ser lançado sobre esse tema, Mary Ferreira também publicou outro chamado *Os Bastidores da Tribuna*¹⁴, resultado de seu

¹³ FERREIRA, Mary. **As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2007.

¹⁴ FERREIRA, Mary. **Os Bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão**. São Luís – MA, Edufma, 2010.

doutorado em Sociologia, na Universidade Estadual de São Paulo iniciado em 2002 e concluído em 2006. A professora também organizou diversas coletâneas¹⁵ articuladas a partir da REDOR.

Apesar de todo reconhecimento conquistado por Mary Ferreira, ela relata que ainda recebe críticas de colegas da universidade sobre seu campo de pesquisa e reflexão. *“Ainda existe um discurso ‘atravessado’, que diz: “Ah, mas ela só discute isso, só discute mulher”. Seu contra argumento é: “Alguém tem que discutir. Que tal você discutir comigo?”* Completa dizendo que todas as mulheres feministas que optam por estudar gênero enfrentam dificuldades e sofrem discriminação.

Porque estudos sobre feminismo e gênero ainda são vistos como estudos menores, não é dada ainda a devida ênfase para essa questão, é como se nós não fôssemos consideradas pesquisadoras. Então nossas dificuldades são primeiro como mulher pesquisadora, depois por ser mulher, pesquisadora e estudiosa de gênero e ainda mais feminista, pois dentro dos estudos de gênero você vê que nem todas elas trabalham com o recorte do feminismo, outro diferencial.

Por isso, considera importante a REDOR como rede Norte Nordeste de pesquisadoras feministas.

A minha compreensão sobre a questão do Norte e Nordeste também é muito clara, até porque nós que vivemos no Norte e Nordeste sabemos da correlação de forças regionais que existe. Para mim, todas as vezes que participei de eventos ou fiz doutorado lá em São Paulo, fiz um sanduíche lá em Portugal, para mim é muito clara essa relação de desigualdade que existe entre o Norte, Nordeste e o Sul/Sudeste. Por esta razão a REDOR é extremamente necessária e importante como articulação das pesquisadoras destas duas regiões. Essa

¹⁵ FERREIRA, Mary (Org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha; NIEPEM; REDOR, 1999. 136p. FERREIRA, Mary. ALVARES, Luzia Miranda. FERREIRA, Eunice. **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção de gênero**. São Luís: EDUFMA, 2001. 445p.; FERREIRA, Maria Mary. (Org.). **Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA, 2012. 264p. FERREIRA, Maria Mary. **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís: NIEPEM; REDOR, 2012. 413p. FERREIRA, Maria Mary. (Org.). **Políticas públicas de gênero: o pensar e o fazer em Imperatriz**. Imperatriz: Ed. Ética, 2013. 193p.

clareza me fez ver na REDOR, um espaço de fortalecimento dessa identidade norte nordestina, dessa identidade de pesquisadora de gênero e dessa identidade feminista que perpassa todo debate da REDOR.

Relembra que defendeu a importância de se marcar o feminismo na nomenclatura da Rede em 1997 em Alagoas.

Ainda não existia dentro do nome REDOR a expressão feminista. Então foi no Encontro de Maceió que resolvemos marcar o feminismo dentro da nomenclatura da REDOR, que passou a ser Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. Víamos nesta demarcação uma questão clara: que ser feminista significa uma opção política e uma opção de vida.

Mary Ferreira também considera muito importante a publicação de livros pela REDOR, *“para marcar e registrar os nossos saberes”*. Também porque, *“de certa maneira, isso também nos dá o status de pesquisadora, de cientista, porque você tem um produto, tem uma reflexão impressa e expressa”*. Num país com grande número de analfabetos, ela considera que publicar um livro *“significa poder e conhecimento, te faz mais conhecida, mais respeitada. O esforço é compensador”*.

O primeiro encontro da REDOR que a professora participou foi em 1997, em Alagoas. A partir de então tem acompanhado e participado dos encontros seguintes, exceto no período em que esteve fazendo Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra em Portugal. Sua relação com a REDOR torna-se mais estreita a partir de 1998, quando o grupo NIEPEM no qual atuava, assume o compromisso de realizar o 6º Encontro da REDOR no Maranhão *“Inclusive, Glória Rabay, Analice Costa e Cecília Sardenberg...Todas estavam presentes e lá fizemos uma primeira reunião sobre a questão das pesquisas integradas e aí eu passei a integrar o Grupo de Trabalho: Política e Feminismo”*. Foi a partir desse momento que Mary Ferreira passa *“a fazer todo investimento no sentido de estudar e aprofundar os estudos sobre as mulheres na política. E acho que consegui, realmente, ter uma leitura mais orgânica e clara sobre esse campo, sempre recortando a questão do Maranhão”*.

Para ela a REDOR já viveu e sobreviveu a muitas crises. *“Crises que considerávamos: ‘ah, mas não vai mais ter encontro’. Mas em todas essas crises,*

sempre tinha uma de nós que conseguia trazer à tona a importância da rede” e construir um consenso sobre a necessidade de “superar essa crise para que pudéssemos fortalecer e se integrar melhor a rede”. Assim, em meio a uma dessas crises, Mary Ferreira realizou em 2009 o XV encontro da REDOR no Maranhão e o IV Encontro de Pesquisadoras Maranhenses.

Ao finalizar Mary Ferreira se diz profundamente grata a todas as feministas integrantes da REDOR com as quais aprendeu muito, especialmente Ana Alice Costa a quem deve a ela sua entrada no Grupo de Trabalho da REDOR Gênero e Feminismo. Com ela deu os primeiros passos nos estudos sobre política e poder, a partir da pesquisa Cidadania, Participação Política da Mulher no Norte e Nordeste brasileiro. É grata também a Ieda Cutrim Batista, Elisete Passos e Cecília Maria Bacellar Sardenberg, que lhe inspiraram nos estudos de gênero; e a Maria Luzia Miranda Álvares, que a acolheu e que, em muitas situações, lhe tirou dúvidas e lhe ensinou caminhos para percorrer com mais facilidades o mundo acadêmico. Mary Ferreira também menciona Lucila Scavone que considera sua eterna orientadora, com quem criou o grupo de Mulheres da Ilha, e que lhe orientou no doutorado em Sociologia na Universidade Estadual Paulista-UNESP, lhe inspirou em muitos momentos da vida universitária.

APÊNDICE D - Roteiro para a entrevista com as acadêmicas feministas da UFMA

1. Você se considera feminista?
2. Quando você começou na academia? Quando o feminismo lhe conquistou?
Como foi que você começou a cruzar sua história acadêmica com os estudos
sobre mulher e gênero? É casada? Filhos/as?

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora

Esta pesquisa trata da **Institucionalização dos estudos de gênero em uma IFES: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Adenilda Bertoldo Alves de Moraes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

O objetivo do estudo é analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas feministas da UFMA, colhidas em entrevistas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero na UFMA. A finalidade deste trabalho é contribuir para visibilizar a importância dos estudos de gênero em instituições de ensino superior.

Solicitamos a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na dissertação, assim como sua imagem através de fotografia, e publicar em revistas científicas.

Informo que é possível haver algum desconforto não previsível proveniente da pesquisa, de acordo com o item 5 da resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012: “ Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. ”

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura da Participante da pesquisa

Atenciosamente,

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Orientadora

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes
Mestranda

Maiores informações:

Adenilda B.A. de Moraes

adenilda12@hotmail.com

Telefone: (83) 8828 6407 / 96334569

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora **Diomar das Graças Motta**

Esta pesquisa trata da **Institucionalização dos estudos de gênero em uma IFES: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Adenilda Bertoldo Alves de Moraes, mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

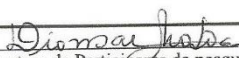
O objetivo do estudo é analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas feministas da UFMA, colhidas em entrevistas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero na UFMA. A finalidade deste trabalho é contribuir para visibilizar a importância dos estudos de gênero em instituições de ensino superior.

Solicitamos a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na dissertação, assim como sua imagem através de fotografia, e publicar em revistas científicas.

Informo que é possível haver algum desconforto não previsível proveniente da pesquisa, de acordo com o item 5 da resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.”

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura da Participante da pesquisa

Atenciosamente,

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Orientadora

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes
Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora **Lourdes Maria Leitão Nunes Rocha**

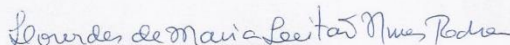
Esta pesquisa trata da **Institucionalização dos estudos de gênero em uma IFES: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Adenilda Bertoldo Alves de Moraes, mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho. O objetivo do estudo é analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas feministas da UFMA, colhidas em entrevistas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero na UFMA. A finalidade deste trabalho é contribuir para visibilizar a importância dos estudos de gênero em instituições de ensino superior.

Solicitamos a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na dissertação, assim como sua imagem através de fotografia, e publicar em revistas científicas.

Informo que é possível haver algum desconforto não previsível proveniente da pesquisa, de acordo com o item 5 da resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.”

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura da Participante da pesquisa

Atenciosamente,

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Orientadora

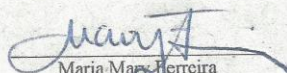
Adenilda Bertoldo Alves de Moraes
Mestranda

Maiores informações:
Adenilda B.A. de Moraes
adenilda12@hotmail.com
Telefone: (83) 8828 6407 / 9633 4562

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Maria Mary Ferreira, Professora da Universidade Federal do Maranhão autorizo a equipe da pesquisa **Institucionalização dos estudos de gênero em uma IFES: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida** que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Adenilda Bertoldo Alves de Moraes, mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da profa Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho, cujo objetivo é analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas feministas da UFMA, colhidas em entrevistas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero na UFMA com a finalidade contribuir para visibilizar a importância dos estudos de gênero em instituições de ensino superior a apresentar dados de minhas entrevistas assim como minha imagem através de fotografia, nos resultados deste estudo na dissertação, e publicar em revistas científicas. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Maria Mary Ferreira
Participante da pesquisa

Atenciosamente,

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Orientadora

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes
Mestranda

Maiores informações:
Adenilda B.A. de Moraes
adenilda12@hotmail.com
Telefone: (83) 8828 6407 / 9633 4562

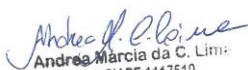


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 9ª Reunião realizada no dia 22/10/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“DOCENTES”**, da pesquisadora Adenilda Bertoldo Alves de Moraes. Prot. nº 0135/15. CAAE: 43097315.8.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Marcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB